

OPERAÇÃO DE REABILITAÇÃO URBANA DE AZEVEDO

Programa Estratégico de Reabilitação Urbana (PERU)

Relatório 02

Março 2024

VERSÃO FINAL

Porto.

[Esta página foi propositadamente deixada em branco na versão digital]

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	3
1. OPÇÕES ESTRATÉGICAS.....	6
1.1. Visão.....	6
1.2. Eixos estratégicos	6
1.3. Objetivos específicos.....	8
2. ÂMBITO DA ORU.....	9
2.1. Tipologia	9
2.2. Prazo de execução	9
2.2. Prioridades e operacionalização	9
3. PROGRAMA DA ORU.....	10
3.1. Projetos estruturantes e ações	10
3.2. Cronograma da operação.....	95
3.3. Programa de investimento e financiamento	98
4. MODELO INSTITUCIONAL.....	107
5. MEDIDAS DE PLANEAMENTO E GESTÃO TERRITORIAL.....	107
6. QUADRO DE BENEFÍCIOS FISCAIS E OUTROS INCENTIVOS.....	108
6.1. Impostos Municipais	108
6.2. Taxas devidas pelo estado de conservação	110
6.3. Regulamento Municipal de Isenções de Impostos	111
6.4. Taxas Municipais	112
ANEXO 1 PEÇAS DESENHADAS	114

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1. Faseamento metodológico	4
Figura 2. Conteúdo documental e fases de execução.....	5
Figura 3. Níveis de operacionalização	6
Figura 4. Eixos Estratégicos.....	7
Figura 5. Projetos estruturantes	12
Figura 6. PDM 2021 - Programa/Ação (PE-PF) na ARU de Azevedo	95

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1. Objetivos e eixos estratégicos	7
Tabela 2. Eixos estratégicos e objetivos específicos	8
Tabela 3. Projetos estruturantes e ações	11
Tabela 4. Cronograma das ações	97
Tabela 5. Natureza do investimento	98
Tabela 6. Componentes do investimento.....	98
Tabela 7. Natureza, componentes e estimativa de investimento por ação	99
Tabela 8. Distribuição do investimento público por ano da operação	100
Tabela 9. Base de cálculo para intervenções no Edificado	100
Tabela 10. Base de cálculo para intervenções no espaço público	101
Tabela 11. Potenciais fontes de financiamento por Ação	106

SIGLAS E ACRÓNIMOS

ARU	Área de Reabilitação Urbana
EBF	Estatuto dos Benefícios Fiscais
EE	Eixos Estratégicos
IEFP	Instituto de Emprego e Formação Profissional
IHRU	Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana
IMI	Imposto Municipal sobre Imóveis
IMT	Imposto Municipal sobre Transmissões Onerosas de Imóveis
NBS	Nature-based solutions
OE	Objetivos Estratégicos
OES	Objetivos Específicos
ORU	Operação de Reabilitação Urbana
PDM	Plano Diretor Municipal
PE	Projetos Estratégicos
PE-PF	Programa de Execução e Plano de Financiamento
PERU	Programa Estratégico de Reabilitação Urbana
PRR	Plano de Recuperação e Resiliência
Porto Vivo, SRU	Sociedade de Reabilitação Urbana do Porto, E.M., S.A
RJRU	Regime Jurídico da Reabilitação Urbana
STCP	Sociedade de Transportes Coletivos do Porto, E.I.M., S.A
USF	Unidade de Saúde Familiar
URBINAT	Urban Innovative & Inclusive Nature

INTRODUÇÃO

Objetivos do projeto

O presente Relatório (02) consiste na definição da Operação de Reabilitação Urbana (ORU) do tipo Sistemática para o território da Área de Reabilitação Urbana (ARU) de Azevedo, através da elaboração de um Programa Estratégico de Reabilitação Urbana (PERU).

A aprovação de área de reabilitação urbana de Azevedo publicada pelo Aviso n.º 525/2023 do Diário da República n.º 7/2023, Série II de 10 de janeiro, estabeleceu que seria implementada uma operação de reabilitação urbana do tipo sistemática orientada por um programa estratégico de reabilitação urbana, nos termos do disposto no artigo 8.º do Regime Jurídico da Reabilitação Urbana (RJRU), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 307/2009, de 23 de outubro, na redação atual:

“A operação de reabilitação urbana sistemática consiste numa intervenção integrada de reabilitação de uma área, dirigida à reabilitação do edificado e à qualificação das infraestruturas, dos equipamentos e dos espaços verdes e urbanos de utilização coletiva visando a requalificação e revitalização do tecido urbano, associada a um programa de investimento público.”¹

O pensamento estratégico para Azevedo de Campanhã como território prioritário, determinou que na área de intervenção da ARU de Azevedo se optasse pela definição de uma operação de reabilitação urbana do tipo sistemática, orientada por um programa estratégico de reabilitação urbana o qual estabelece um conjunto de ações materiais e imateriais articuladas.

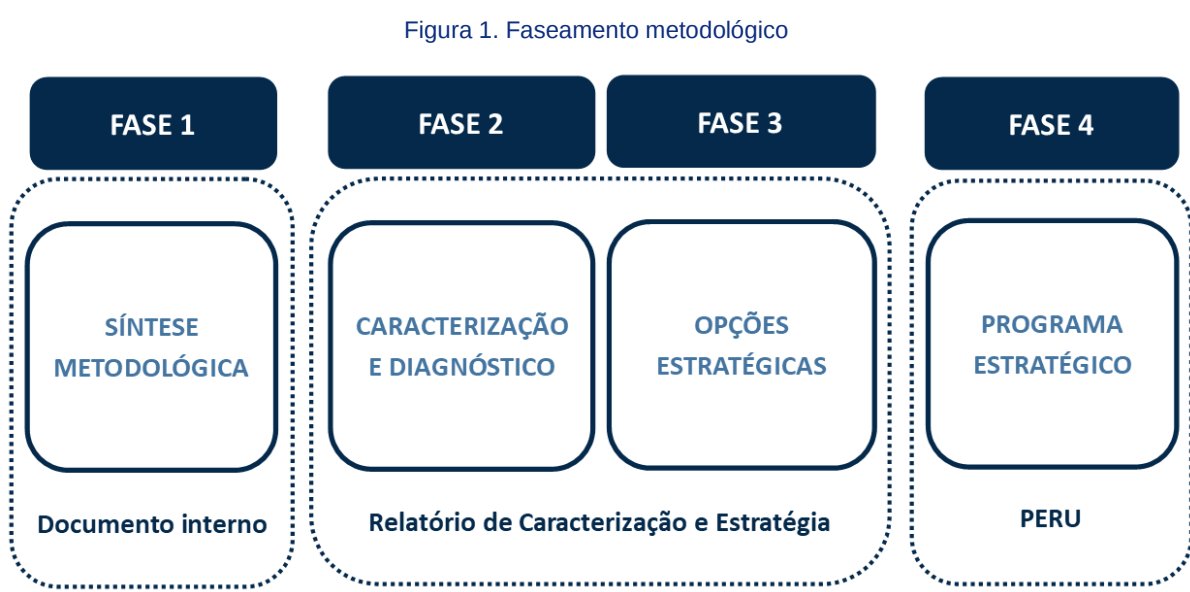
A aprovação da ORU sistemática constitui causa de utilidade pública para efeitos de expropriação, venda forçada ou constituição de servidões. Esta opção permite ainda, no âmbito das unidades de intervenção, a criação de parcerias com entidades privadas, condição que não poderá ser adotada em sede de operações de reabilitação do tipo simples.

Através do instrumento próprio, o PERU, a ORU sistemática potenciará um conjunto de efeitos imediatos fundamentais para a captação de investimento e dinamização urbana local. Com efeito, este programa capacita o Município do Porto a atuar direta ou indiretamente, através do envolvimento de privados, garantindo uma abordagem de planeamento mais eficiente alicerçada nos instrumentos de execução previstos no regime jurídico da reabilitação urbana.

¹ N.º 3 do artigo 8.º do RJRU

Notas metodológicas

Para elaboração deste projeto estabeleceram-se quatro fases de trabalho (Figura 1). Iniciou-se através de documento metodológico orientador da sequência dos trabalhos e respetivas fases de execução. Seguiu-se a caracterização e diagnóstico do território de Azevedo, cujo estudo de base se fundamenta na definição das opções estratégicas e o esboço do modelo territorial. Por fim, tendo por base os pressupostos elencados na estratégia territorial, procedeu-se à definição da ORU sistemática através da elaboração do respetivo programa estratégico de reabilitação urbana.

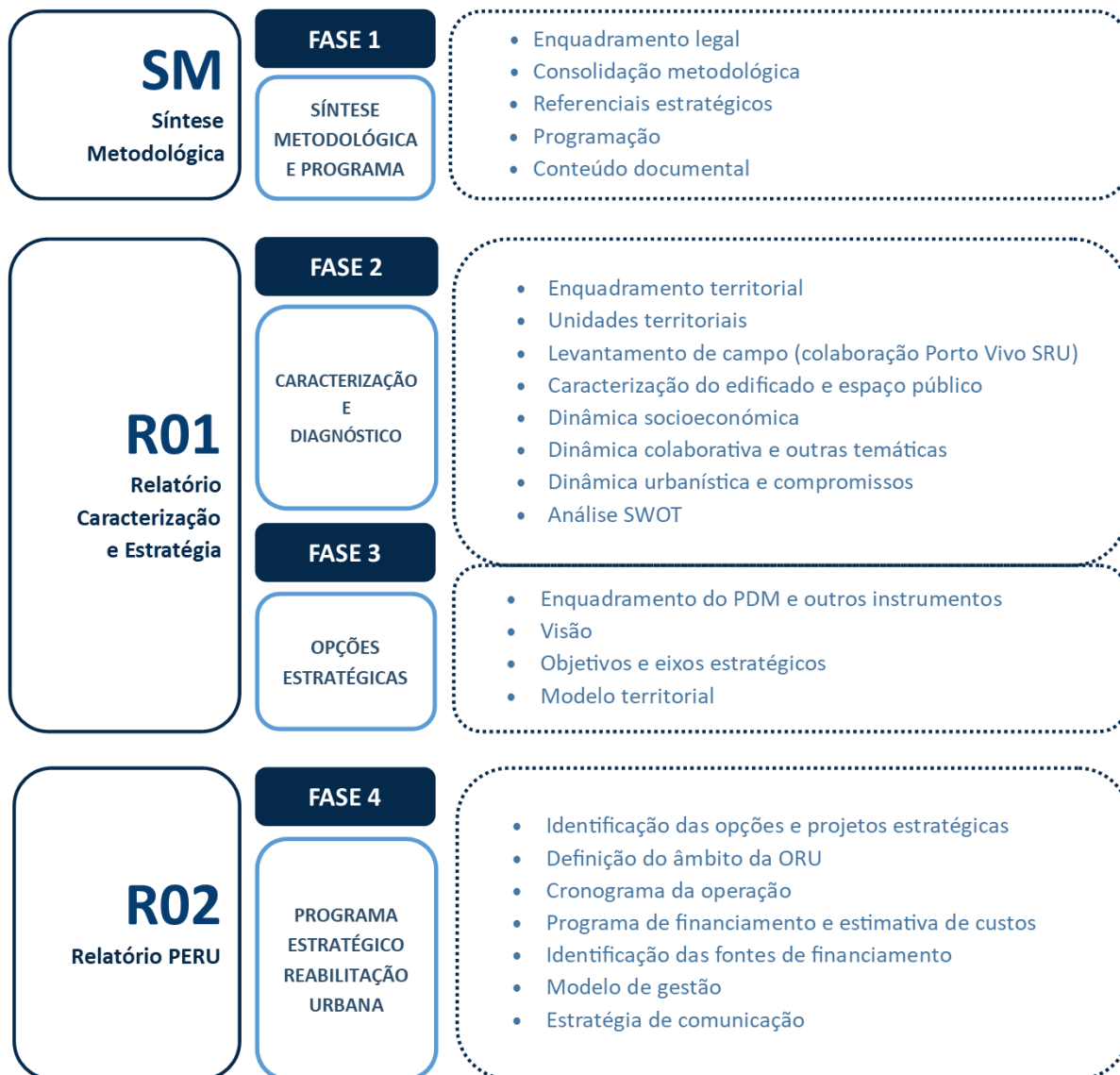


Fonte: CMP/DMPU/DMPOT

Conteúdo documental

O conteúdo documental final do projeto é composto por dois Relatórios – o Relatório (R01) Diagnóstico e Estratégia, e o Relatório (R02) – Definição da ORU. A Figura 2 apresenta os temas e os tópicos abordados em cada documento e a respetiva fase de execução.

Figura 2. Conteúdo documental e fases de execução



Fonte: CMP/DMPU/DMPOT

1. OPÇÕES ESTRATÉGICAS

1.1. Visão

O futuro do território pressupõe a sua transformação num espaço urbano qualificado e coeso, bem integrado no espaço urbano da cidade do Porto, com capacidade de atração e de gerar valor, sendo que, para o efeito se preconiza nestes termos a Visão estratégica para Azevedo de Campanhã:

“Azevedo de Campanhã, um espaço urbano único, ativo natural e patrimonial de excelência, socialmente equilibrado, atrativo a residentes e atividades económicas”

A operacionalização da estratégia pressupõe a definição de níveis (Figura 3) alinhados com os objetivos estratégicos definidos para a delimitação da ARU e que, por sua vez, enquadram os eixos estratégicos, assim como os objetivos específicos, finalmente materializados em projetos estruturantes e ações.

Figura 3. Níveis de operacionalização



Fonte: CMP/DMPU/DMPOT

1.2. Eixos estratégicos

No Relatório 01 definiu-se a Matriz da estratégia territorial, com oito Eixos Estratégicos (EE), alinhados com os Objetivos Estratégicos (OE) estabelecidos na delimitação da ARU (Tabela 1).

Estes Eixos Estratégicos configuram a estrutura base que dará corpo à Visão. A Visão de futuro para Azevedo e S. Pedro de Campanhã é o resultado da reflexão técnica informada sobre o território para o qual se pretende uma intervenção de reabilitação integrada, que promova a valorização das suas potencialidades e a dinamização das estruturas e recursos locais, orientada por uma estratégia de desenvolvimento urbano criterioso e inclusivo da população residente, que salvaguarde a identidade histórica, cultural e ambiental.

Tabela 1. Objetivos e eixos estratégicos

Objetivos Estratégicos (OE)	Eixos Estratégicos (EE)
OE1 Afirmar Azevedo como espaço urbano baseado no equilíbrio do suporte natural com a herança patrimonial edificada	EE1 Ambiente natural e urbano qualificado
	EE2 Valorização do património edificado
OE2 Estruturar o território de modo a superar as desconexões internas e externas, para uma integração orgânica na cidade	EE3 Estruturação e conectividade integradas
OE3 Incentivar a reabilitação do edificado, a multifuncionalidade e a instalação de equipamentos de referência qualificadores da vida urbana	EE4 Funções urbanas qualificadas
	EE5 Vitalidade urbana e coesão social
OE4 Potenciar a base económica, diversificada e articulada com os ativos territoriais e ambientais, capaz de gerar crescimento socioeconómico	EE6 Economia, inovação, formação e emprego qualificado
	EE7 Iniciativas de escala supra-local
OE5 Envolver os atores territoriais na estratégia de regeneração urbana, através de modelos colaborativos	EE8 Inovação na comunicação e envolvimento em soluções

Fonte: CMP/DMPU/DMPOT

Figura 4. Eixos Estratégicos



Fonte: CMP/DMPU/DMPOT

1.3. Objetivos específicos

Em cadeia com os Eixos Estratégicos foram estabelecidos os Objetivos Específicos (OES), que detalham com maior acuidade as intervenções pretendidas que se interligam numa lógica multisectorial, de acordo com os eixos estratégicos de intervenção no território e no tecido social, e permitem em seguida definir os projetos estruturantes e as respetivas ações.

Tabela 2. Eixos estratégicos e objetivos específicos

Eixos Estratégicos (EE)	Objetivos específicos (OES)
EE1 Ambiente natural e urbano qualificado	OES1 Promover a continuidade ecológica e a fruição através da requalificação paisagística e ambiental do vale dos rios Tinto e Torto
	OES2 Estimular a biodiversidade associada à reabilitação de linhas de água
	OES3 Fomentar projetos inovadores no domínio das <i>NbS (Nature-based solutions)</i> – ambiente, energia, economia circular e neutralidade carbónica
EE2 Valorização do património edificado	OES4 Incentivar a reabilitação do edificado e a requalificação funcional
	OES5 Valorizar e divulgar os bens culturais e o património edificado
EE3 Estruturação e conectividade integradas	OES6 Requalificar e promover novas ligações viárias de conexão com a envolvente externa
	OES7 Incrementar a rede de transportes públicos, incluindo implementação de nova linha de metro
	OES8 Intervir em arruamentos locais e promover redes pedonais inclusivas na hierarquização de percursos
	OES9 Qualificar o espaço público de fruição dotando-o de pequenos equipamentos de dinamização e mobiliário urbano adequado
	OES10 Reforçar os eixos de dinamização urbana, requalificando o espaço público, a rede viária e os transportes coletivos
EE4 Funções urbanas qualificadas	OES11 Implementar uma distribuição criteriosa dos equipamentos estruturantes e de proximidade
	OES12 Fomentar modelos habitacionais acessíveis adequados ao tecido social, fora das dinâmicas especulativas do mercado
	OES13 Incentivar a instalação de atividades relevantes geradoras de fluxos, nos sectores de serviços, comércio, indústria e turismo
EE5 Vitalidade urbana e coesão social	OES14 Implementar ações nos domínios da saúde e bem-estar, desporto, educação, ação social e cultura
	OES15 Promover uma oferta diversificada dos sectores de comércio e serviços de proximidade
	OES16 Mitigar os focos de pobreza, desemprego e exclusão social, baixa escolaridade e da marginalidade
EE6 Economia, inovação, formação e emprego qualificado	OES17 Consolidar e reforçar as infraestruturas nos espaços do PDM para atividades económicas, com primazia à indústria e serviços de tecnologia limpa, produtos e serviços sustentáveis
	OES18 Promover ações de revitalização do tecido empresarial, tendo em vista a promoção da oferta e o reforço da empregabilidade
	OES19 Apoiar a requalificação e instalação do comércio e dos serviços de proximidade
EE7 Iniciativas de escala supra-local	OES20 Apostar na instalação e desenvolvimento de equipamentos-âncora tendo em vista a afirmação territorial de Azevedo num forte ativo da Cidade
	OES21 Promover a excelência dos ativos naturais de uso público em afirmação - parque urbano Oriental e a frente Fluvial - indutores de atração turística, forasteiros e visitantes ocasionais
EE8 Inovação na comunicação e envolvimento em soluções	OES22 Gerar dinâmicas colaborativas com os atores territoriais em variados domínios da sustentabilidade territorial, com vista à adoção de soluções inovadoras com impacto social e económico

Fonte: CMP/DMPU/DMPOT

2. ÂMBITO DA ORU

2.1. Tipologia

Tal como foi definido na delimitação da ARU de Azevedo, a operação de reabilitação urbana (ORU) a desenvolver será do tipo Sistemática, ou seja, através da definição de um Programa Estratégico de Reabilitação Urbana (PERU) associado a um investimento público que articule e alavanque o investimento privado, numa atuação integrada, visando a requalificação e revitalização do tecido urbano incluindo o edificado, as infraestruturas os espaços verdes e os equipamentos de utilização coletiva.

Na área delimitada pela ARU de Azevedo já estão em vigor os apoios e benefícios fiscais, designadamente ao nível dos impostos municipais sobre o património, incentivos decorrentes dos estatutos dos benefícios fiscais (IVA, IRS e IRC), entre outros, a conceder aos proprietários e detentores de direitos sobre o património edificado objeto de ações de reabilitação urbana.

A aprovação da ORU sistemática constitui causa de utilidade pública e confere poderes acrescidos ao Município para efeitos de imposição da obrigação de reabilitar e obras coercivas, empreitada única, demolição de edifícios, direito de preferência, arrendamento forçado, constituição de servidão, expropriação, venda forçada, reestruturação da propriedade, podendo ser criados programas complementares que promovam a reabilitação e reutilização do edificado.

2.2. Prazo de execução

A ORU de Azevedo deverá ser executada no prazo de 10 anos, desenvolvendo-se as intervenções propostas entre 2024 e 2033. Este prazo, de acordo com o estipulado pelo art.º 20º do RJRU, poderá, eventualmente, ser prorrogado por mais 5 anos, até 2038, atingindo-se, assim, o âmbito temporal máximo fixado para a vigência de uma ORU, 15 anos (art.º 20.º do RJRU).

Segundo o mesmo artigo do RJRU e considerando a concretização integral da ORU, deverá ser regularmente promovida a avaliação da execução da operação, designadamente do grau de desenvolvimento do programa de ação definido e da prossecução dos objetivos estratégicos (art.º 20.º - A do RJRU).

2.2. Prioridades e operacionalização

O programa da ORU a desenvolver no capítulo seguinte, estabelece as prioridades de acordo com o impacto esperado de cada projeto estruturante e o seu conjunto de ações tendo em consideração o impacto que terão nos respetivos eixos estratégicos, refletindo-se no cronograma de execução.

A operacionalização para além de estabelecer as prioridades de execução, deve ter em conta o recurso às fontes de financiamento, devendo para tal fazer escolhas criteriosas e fundamentadas tendo em conta as várias componentes do investimento.

3. PROGRAMA DA ORU

3.1. Projetos estruturantes e ações

A concretização da estratégia de reabilitação urbana preconizada para a ARU de Azevedo irá assentar na implementação de um conjunto de Projetos Estruturantes (PE), que se assumem como iniciativas fundamentais para a geração de novas dinâmicas de regeneração urbana para cada uma das unidades territoriais da ARU.

Os Projetos Estruturantes (PE) resultam do modelo formulado na Estratégia Territorial (R01) e decorrem dos Eixos Estratégicos (EE) os quais sustentam e materializam a Visão para o território, e correspondem a propostas concretas de intervenção que, no seu conjunto, visam a concretização dos Objetivos Estratégicos (OE) e dos Objetivos Específicos (OES) subjacentes à estratégia de reabilitação urbana da ARU de Azevedo.

Neste processo identificaram-se nove (9) Projetos Estruturantes (PE) os quais incidem de forma abrangente em diferentes lugares do território da ARU, abrangendo intervenções físicas ou imateriais que fundamentam e materializam a Estratégia Territorial.

- **PE1.** Ligações viárias estruturantes
- **PE2.** Eixos viários locais e espaço público
- **PE3.** Parque Oriental e o vale do rio Tinto
- **PE4.** Vale do rio Torto
- **PE5.** Frente ribeirinha
- **PE6.** Património edificado, conjuntos e lugares
- **PE7.** Equipamentos coletivos
- **PE8.** Ação social, educação e emprego
- **PE9.** Divulgação, envolvimento e participação

Estes Projetos Estruturantes (PE) correspondem a intervenções direcionadas a locais específicos, cujas características, dimensão e efeitos potenciadores no conjunto do território, ganham uma particular relevância na alavancagem da estratégia. Apresentam-se como motores do processo global de regeneração do território de intervenção, e com efeitos contaminadores da envolvente.

Organizados por eixo estratégico (EE) de intervenção, tendo por foco a concretização dos objetivos estratégicos e específicos associados a determinado eixo terão, pela sua transversalidade, um impacto direto ou indireto na concretização dos objetivos associados a outros eixos de intervenção.

Os nove (9) Projetos Estruturantes, serão operacionalizados através de variadas intervenções materiais e imateriais que corporizam a ORU de Azevedo, sistematizadas aqui na matriz (Tabela 3) com o descritivo da cada uma das trinta e duas (32) Ações.

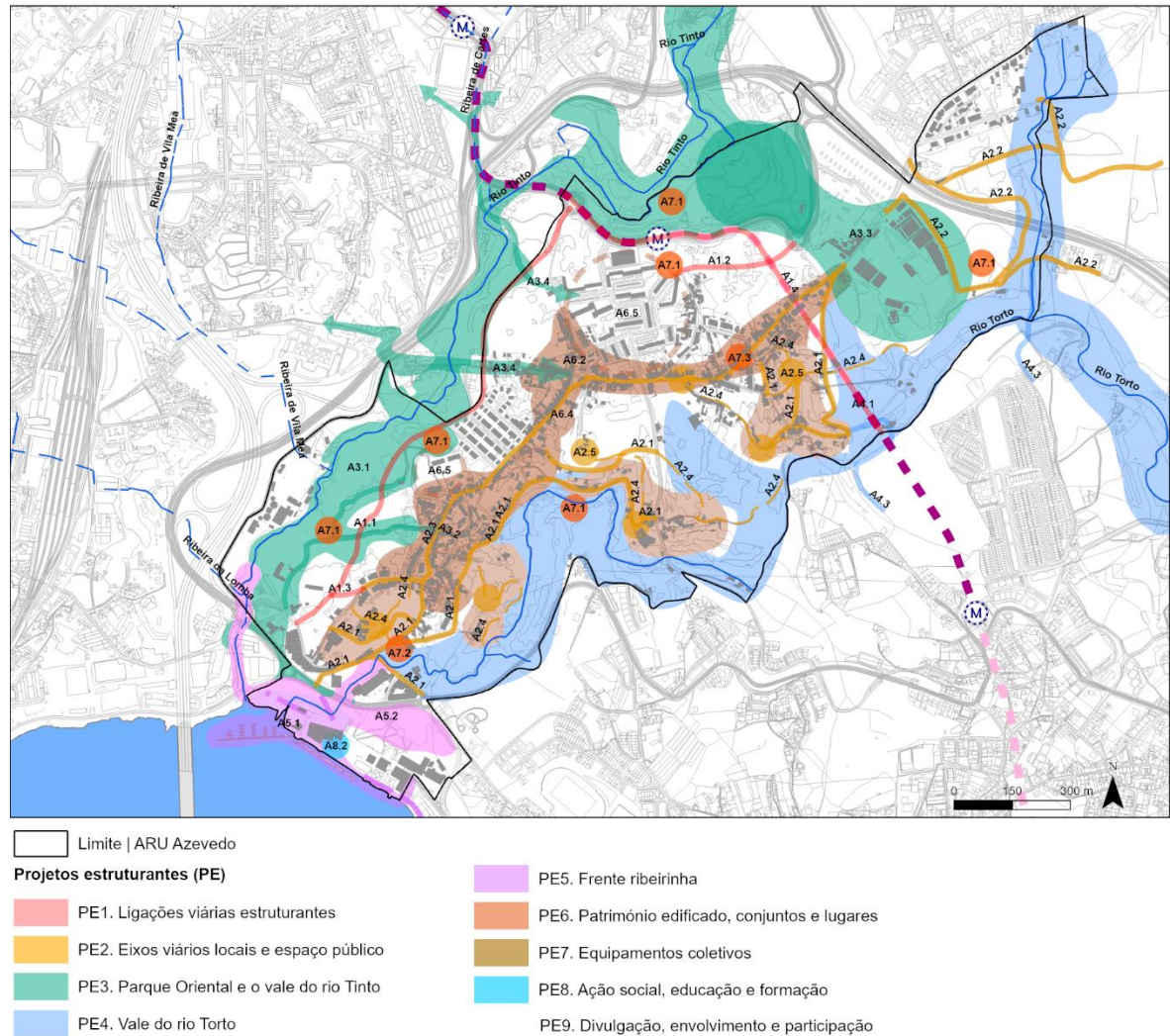
Tabela 3. Projetos estruturantes e ações

Projeto estruturante (PE)	Ação (A)
PE1. Ligações viárias estruturantes	A1.1. Criação da via estruturante do parque Oriental para a ligação do Freixo à rotunda do Ribeirinho A1.2. Execução do eixo urbano complementar de ligação da Granja ao nó das Areias A1.3. Criação da via alternativa à rua da Senhora da Hora A1.4. Construção de estruturas complementares à nova linha de Metro Souto-Dragão
PE2. Eixos viários locais e espaço público	A2.1. Requalificação viária dos núcleos urbanos históricos – Bacelo, Levada, Granja e Furamontes A2.2. Estruturação viária do núcleo urbano a criar nas Areias e nova ligação intermunicipal A2.3. Intervenção no espaço público, na rede viária e transportes coletivos no eixo S. Pedro - Meiral - Azevedo A2.4. Intervenção nos arruamentos locais promovendo redes pedonais inclusivas e a hierarquização de percursos A2.5. Qualificação e criação de espaços de fruição pública, pequenos largos e praças, dotando-os de mobiliário urbano
PE3. Parque Oriental e o vale do rio Tinto	A3.1. Requalificação ambiental e paisagística do vale do rio Tinto na continuidade ecológica do parque Oriental A3.2. Valorização das calçadas e caminhos históricos de fruição A3.3. Promoção de um corredor verde-âncora entre o parque Oriental e o viveiro municipal através do loteamento das Areias A3.4. Valorização viária e pedonal entre Azevedo e Bonjôia e do Lagarteiro à ponte de Tiraes
PE4. Vale do rio Torto	A4.1. Continuidade ecológica nas margens do rio Torto e salvaguarda da prática agrícola A4.2. Criação de projetos inovadores no domínio das <i>NbS</i> (<i>Nature-based solutions</i>) A4.3. Valorização das ligações viárias e pedonais intermunicipais
PE5. Frente ribeirinha	A5.1. Criação de espaços verdes de fruição na envolvente da marina do Freixo A5.2. Promoção de corredor verde-âncora na frente ribeirinha conectado ao vale dos rios Tinto e Torto
PE6. Património edificado, conjuntos e lugares	A6.1. Elaboração de estudo para o reordenamento e a qualificação urbana A6.2. Valorização patrimonial e socioeconómica do eixo S. Pedro - Meiral - Azevedo A6.3. Reabilitação do edificado degradado A6.4. Reabilitação do edificado tipo “ilha” A6.5. Reabilitação do edificado tipo “bairro social”
PE7. Equipamentos coletivos	A7.1. Instalação de pequenos equipamentos do tipo <i>Dog park</i> , <i>Kid park</i> e <i>Radical spot</i> , associados às áreas de fruição coletiva A7.2. Reabilitação do campo de futebol juvenil da Associação Branco e Negro, Vitória e Campanhã, na rua da Levada A7.3. Instalação da extensão da unidade de saúde familiar de Azevedo de Campanhã em parcela da junta de freguesia
PE8. Ação social, educação e formação	A8.1. Promover iniciativas de ação social no âmbito da Rede Social do Porto A8.2. Associar a formação tecnológica ao futuro <i>Media park</i> no Museu da Imprensa A8.3. Implementar ações de formação profissional em parceria com o agrupamento escolar
PE9. Divulgação, envolvimento e participação	A9.1. Desenvolver um plano de comunicação do PERU A9.2. Identificar a rede de atores com impacto social e económico no território A9.3. Dinamizar um fórum de cidadania

Fonte: CMP/DMPU/DMPOT

Na Figura 5, mapeiam-se as ações (A) correspondentes aos projetos estruturantes (PE) com cor distinta, de modo a identificar as ações concretas atribuídas a cada PE.

Figura 5. Projetos estruturantes



Fonte: CMP/DMPU/DMPOT

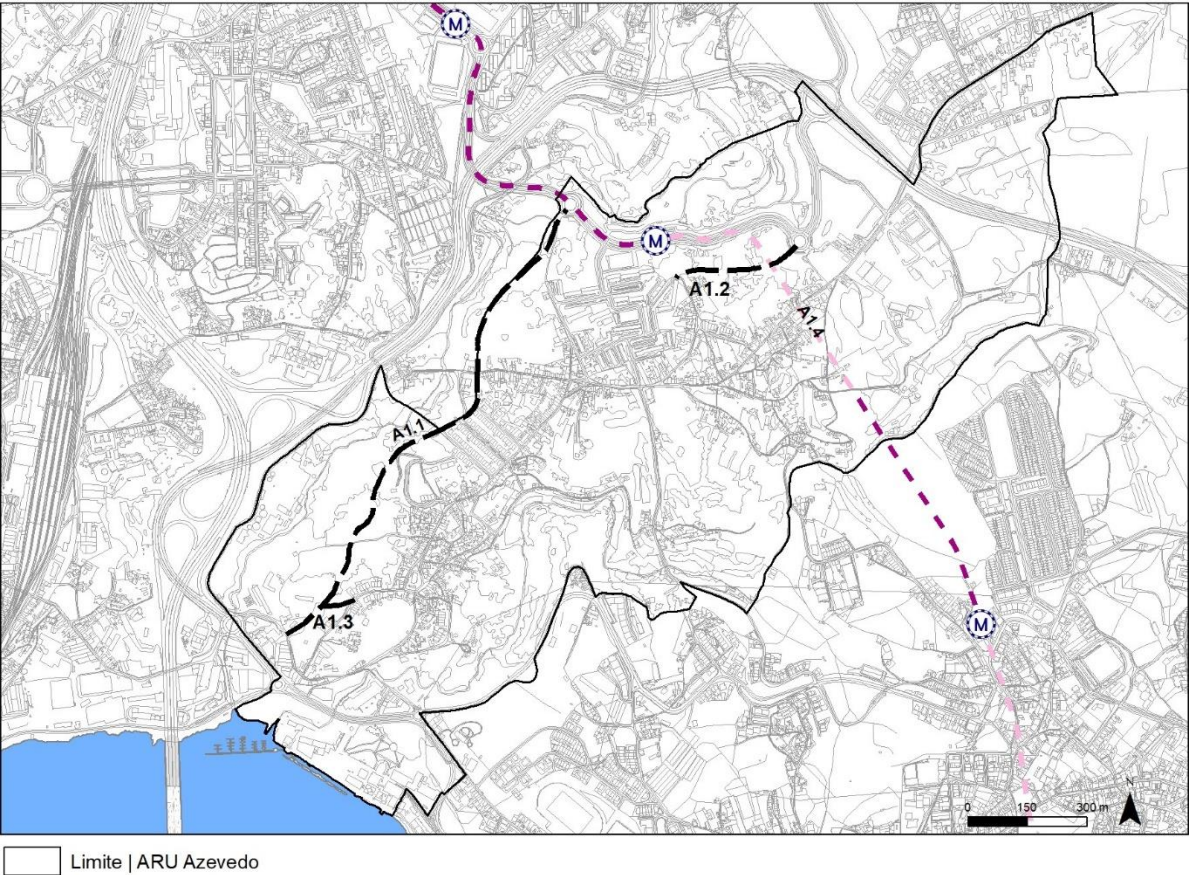
Os projetos estruturantes (PE) e as ações (A) estão estruturados em fichas-síntese nas páginas seguintes, contendo: - a planta de enquadramento espacial; a descrição sucinta dos objetivos estratégicos e específicos em que se inscrevem; e ainda, o nível de impacto esperado nos eixos estratégicos (EE).

Segue-se uma ficha para cada ação: - a descrição; o tipo de intervenção e entidades a envolver; as medições e a área de intervenção (se aplicável); o investimento (estimativa e natureza); a fonte potencial de financiamento; e por fim, o cronograma previsional de execução.

Em peça autónoma disponível no Anexo deste Relatório 02 encontram-se discriminadas as 32 ações.

PE1. LIGAÇÕES VIÁRIAS ESTRUTURANTES

EE3. Estruturação e conectividade integradas



Limite | ARU Azevedo

PE1. Ligações viárias estruturantes

- A1.1. Criação da via estruturante do parque Oriental para ligação do Freixo à rotunda do Ribeirinho
- A1.2. Execução do eixo urbano complementar de ligação da Granja ao nó das Areias
- A1.3. Criação da via alternativa à rua da Senhora da Hora
- A1.4. Construção de estruturas complementares à nova linha de Metro Souto-Dragão

Objetivos estratégicos

- OE2** Estruturar o território de modo a superar as desconexões internas e externas, para uma integração orgânica na cidade

Objetivos específicos

- OES6** Requalificar e promover novas ligações viárias de conexão com a envolvente externa
- OES7** Incrementar a rede de transportes públicos, incluindo a implementação de nova linha de metro
- OES8** Intervir em arruamentos locais e promover redes pedonais inclusivas na hierarquização de percursos
- OES9** Qualificar o espaço público de fruição dotando-o de pequenos equipamentos de dinamização e mobiliário urbano adequado
- OES10** Reforçar os eixos de dinamização urbana, requalificando o espaço público, a rede viária e os transportes coletivos

Descrição

A reestruturação da rede viária, através do reforço e da criação de ligações estruturantes, permitirá a superação dos obstáculos à conectividade interna e externa, com a cidade e com o concelho vizinho de Gondomar, sendo este o âmbito do Projeto. Para além do importante papel destes eixos, pelo seu carácter estruturante na interconexão entre o núcleo urbano e os espaços verdes associados ao parque Oriental, sublinha-se o valor ambiental e patrimonial da rede histórica de trilhos de circulação mais ampla, e que deve ser considerada no desenvolvimento de cada uma das ações deste projeto estratégico.

Para o efeito elegeram-se quatro Ações neste domínio, com destaque para a nova ligação entre a rotunda do Freixo (a sul) e a rotunda do Ribeirinho (a norte), dois dos principais nódulos de acesso à ARU. A melhoria da acessibilidade externa proporcionada por esta estrutura, será complementada por intervenções mais cirúrgicas, centradas no fecho de malhas e na eliminação de estrangulamentos da rede local, tais como: o eixo de ligação da Granja ao nó das Areias; a via alternativa à rua da Senhora da Hora para fluidez do autocarro; ou ainda novas vias complementares à futura linha de metro entre o centro de Gondomar e o estádio do Dragão. Estas intervenções de estruturação do tráfego viário, com forte incidência na conectividade interna, resultarão em melhores condições de acesso aos modos de transporte ativos.

Ações

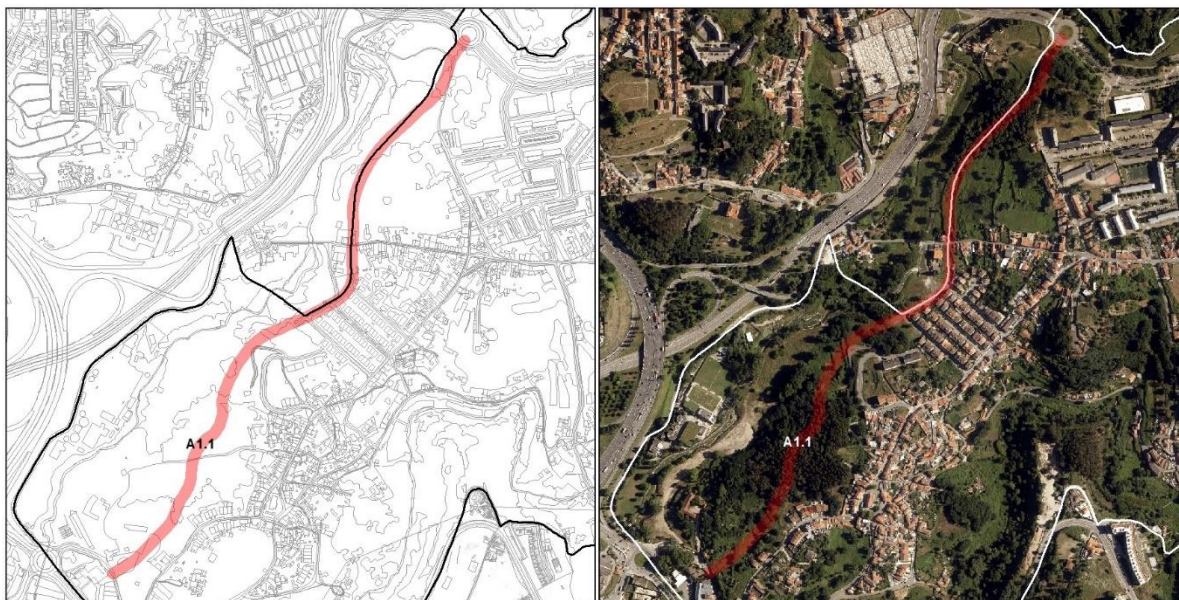
- A1.1.** Criação da via estruturante do parque Oriental para ligação da rua do Freixo à rotunda do Ribeirinho
- A1.2.** Execução do eixo urbano complementar de ligação da Granja ao nó das Areias
- A1.3.** Criação da via alternativa à rua da Senhora da Hora
- A1.4.** Construção de estruturas complementares à nova linha de Metro Souto-Dragão

Impacto nos Eixos Estratégicos

EE1	EE2	EE3	EE4	EE5	EE6	EE7	EE8
Ambiente natural e urbano qualificado	Valorização do património edificado	Estruturação e conectividade integradas	Funções urbanas qualificadas	Vitalidade urbana e coesão social	Economia, inovação, formação e emprego qualificado	Iniciativas de escala supra-local	Inovação na comunicação e envolvimento em soluções
• • •	• •	• • • •	• • •	• • •	• •	• • •	—

A1.1.

Criação da via estruturante do parque Oriental para ligação da rua do Freixo à rotunda do Ribeirinho



Descrição

A presente Ação visa organizar a acessibilidade interna da ARU assegurando a continuidade entre os diversos sectores internos e externos à qual se atribui importância acrescida em termos de corredor de continuidade e de complemento da rede existente. A criação de uma via estruturante paralela à extensão do parque Oriental, na margem esquerda do rio Tinto, estabelecerá a conexão viária desde a rua do Freixo, a sul, até à rotunda do Ribeirinho, a norte.

Com efeito, ao estabelecer esta ligação alternativa ao eixo urbano de S. Pedro - Meiral - Azevedo, onde o estrangulamento morfológico da malha urbana restringe a fluidez ao nível dos diferentes modos de transporte, trará melhorias significativas para a acessibilidade promovendo a continuidade sequencial com a restante rede urbana local.

No desenho desta via deve ser considerada a criação de plataformas de partilha adequadas à circulação pedonal, de bicicletas, e de outros modos suaves, em conjunto com a valorização do espaço público, devendo prever-se as infraestruturas necessárias, em particular, vala técnica para instalação de redes diversas, iluminação pública e abastecimento de bebedouros associados à circulação dos modos suaves, sempre com uma lógica de racionalização, eficiência e sustentabilidade.

Tipo de intervenção

Principais entidades a envolver

Rede viária e Espaço público

CMP e privados

Medições

Área de intervenção

Eixos viários – 150€/m²

16 428m² (1369m X 12m)

Investimento

Estimativa

2 464 200€ (não inclui expropriações, aquisição de terrenos, estudos e projetos das empreitadas)

Natureza

Pública e privada

Fonte potencial de financiamento

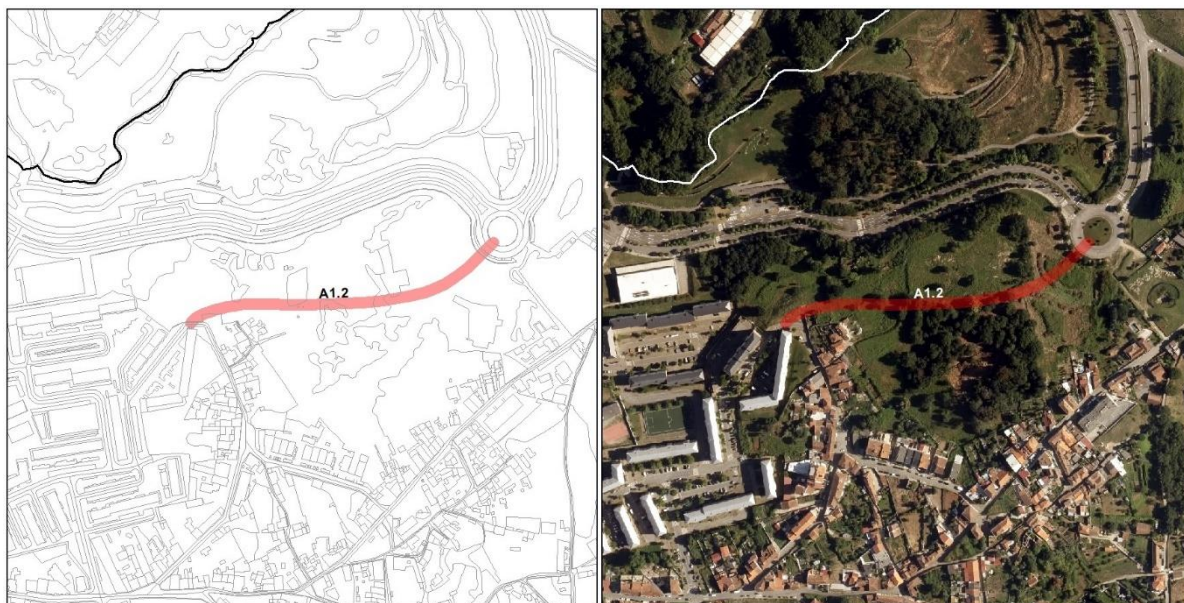
Municipal; Comunitário (Portugal 2030 - Programa Regional do Norte 2021-2027)

Cronograma previsional

2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033
.	.	.	.						

A1.2.

Execução do eixo urbano complementar de ligação da Granja ao nó das Areias



Descrição

Esta Ação visa estabelecer uma ligação viária entre a rua de José de Brito e a rotunda do Casal facilitando o acesso ao nó das Areias, coletor da distribuição de tráfego no IC29. Por sua vez a concretização desta Ação permitirá a melhoria da estrutura interna do bairro do Lagarteiro, garantindo a fluidez do tráfego para sul através da rua 8 de Setembro, até à estrada da Granja e a rua Luís de Camões (antiga estrada nacional 209), ambas já no concelho de Gondomar, assegurando assim uma importante continuidade rodoviária intermunicipal.

Esta via apresenta-se como uma solução alternativa mais favorável ao traçado do “eixo complementar” proposto no PDM na respetiva planta de ordenamento – carta de estrutura viária e estacionamento. Com efeito, o traçado agora proposto permite reduzir a dimensão linear em cerca de 100m, medidos desde a rua de José de Brito até à rotunda do Casal. Por outro lado a inserção em terreno quase plano é também mais favorável face à orografia do traçado anterior, e evita-se ainda a amputação de parte significativa do pequeno núcleo urbano identitário existente na rua da Aldeia.

Nesta Ação deverá ainda promover-se a reabilitação da restante estrutura viária deste eixo, considerando o reperfilamento das ruas do Dr. Manuel Figueiredo e 8 de Setembro, bem como o seu ramal de conexão com a estrada da Granja.

A execução deverá ser enquadrada em conjunto com a valorização do espaço público, prevendo a dotação de plataformas de partilha adequadas à circulação pedonal, de bicicletas, e de outros modos suaves, incluindo todas as infraestruturas necessárias ao bom desempenho.

Tipo de intervenção	Principais entidades a envolver
Rede viária e Espaço público	CMP e privados

Medições	
Área de intervenção	
Eixos viários – 150€/m²	3912m² (326 x 12 m)

Investimento	
Estimativa	Natureza
586 800€ <i>(não inclui expropriações, aquisição de terrenos, estudos e projetos das empreitadas)</i>	Pública e privados

Fonte potencial de financiamento
Municipal; Comunitário (Portugal 2030 - Programa Regional do Norte 2021-2027)

Cronograma previsional																			
2024		2025		2026		2027		2028		2029		2030		2031		2032		2033	
.	.	.	.	.	.	.	.	.	.										

A1.3. Criação da via alternativa à rua da Senhora da Hora



Descrição

Uma das situações críticas de estrangulamento rodoviário ocorre com os autocarros no entroncamento da rua do Freixo com a rua da Senhora da Hora, face ao ângulo apertado de viragem à esquerda e à pendente a vencer nesta manobra, com prejuízo para desempenho do transporte e para a fluidez do tráfego.

Para resolver este constrangimento na circulação do transporte público esta Ação visa criar uma via alternativa a este troço da rua da Senhora da Hora, estabelecendo-se uma articulação entre a via proposta na ação A1.1 Freixo/Ribeirinho através da derivação, a partir desta, de um pequeno tramo viário até um cota superior da rua da Senhora da Hora, com uma dimensão linear aproximada de 60m.

Com esta intervenção é expectável a constituição de uma nova frente urbana em área cuja qualificação de solo o PDM atribui a subclasse de espaço de edifícios de tipo moradia, devendo para tal nesta ação promover-se o envolvimento dos privados detentores do terreno necessário. A mobilidade suave e um desenho coerente do espaço público com a restante estruturação viária é uma das premissas a respeitar.

Tipo de intervenção	Principais entidades a envolver
Rede viária e Espaço público	CMP e privados

Medições	
Área de intervenção	
Eixos viários – 150€/m²	870m² (87x10m)

Investimento	
Estimativa	Natureza
130 500€ <i>(não inclui expropriações, aquisição de terrenos, estudos e projetos das empreitadas)</i>	Pública e privada

Fonte potencial de financiamento
Municipal; Comunitário (Portugal 2030 - Programa Regional do Norte 2021-2027)

Cronograma previsual																			
2024		2025		2026		2027		2028		2029		2030		2031		2032		2033	
.	.	.	.	.	.	.	.												

A1.4.

Construção de estruturas complementares à nova linha de Metro Souto-Dragão



Descrição

A inserção da nova linha do Metro do Porto, ainda sem programação definida, ligará o centro de Gondomar (Souto) à Estação do Dragão. A linha prevê em Gondomar as estações de Hospital e Lagoa, seguindo no Porto através do vale do rio Torto prevendo uma estação junto ao bairro do Lagarteiro perto da entrada no parque Oriental.

Espera-se que o projeto Metro garanta a salvaguarda ambiental do vale do rio Torto e uma adequada inserção no contexto urbano, com destaque para o seguinte:

- Integrar a estação do Lagarteiro de forma adequada de modo a servir as populações locais, os utentes do parque de urbano e o futuro centro empresarial das Areias;
- Assegurar o menor impacto possível na travessia do vale do rio Torto para não se comprometer a integridade ambiental do vale.

Considerando ainda os fluxos de mobilidade expectáveis na área habitacional e de lazer, bem como no futuro espaço empresarial das Areias, é suposto um desenho cuidado do espaço público envolvente à infraestrutura do Metro, com as componentes necessárias a um bom desempenho urbano.

Tipo de intervenção	Principais entidades a envolver
Espaço público - estruturas complementares	CMP, Metro do Porto

Medições	
Área de intervenção	
Espaço público – estruturas de apoio – 50€/m²	4650m² (775X6m)

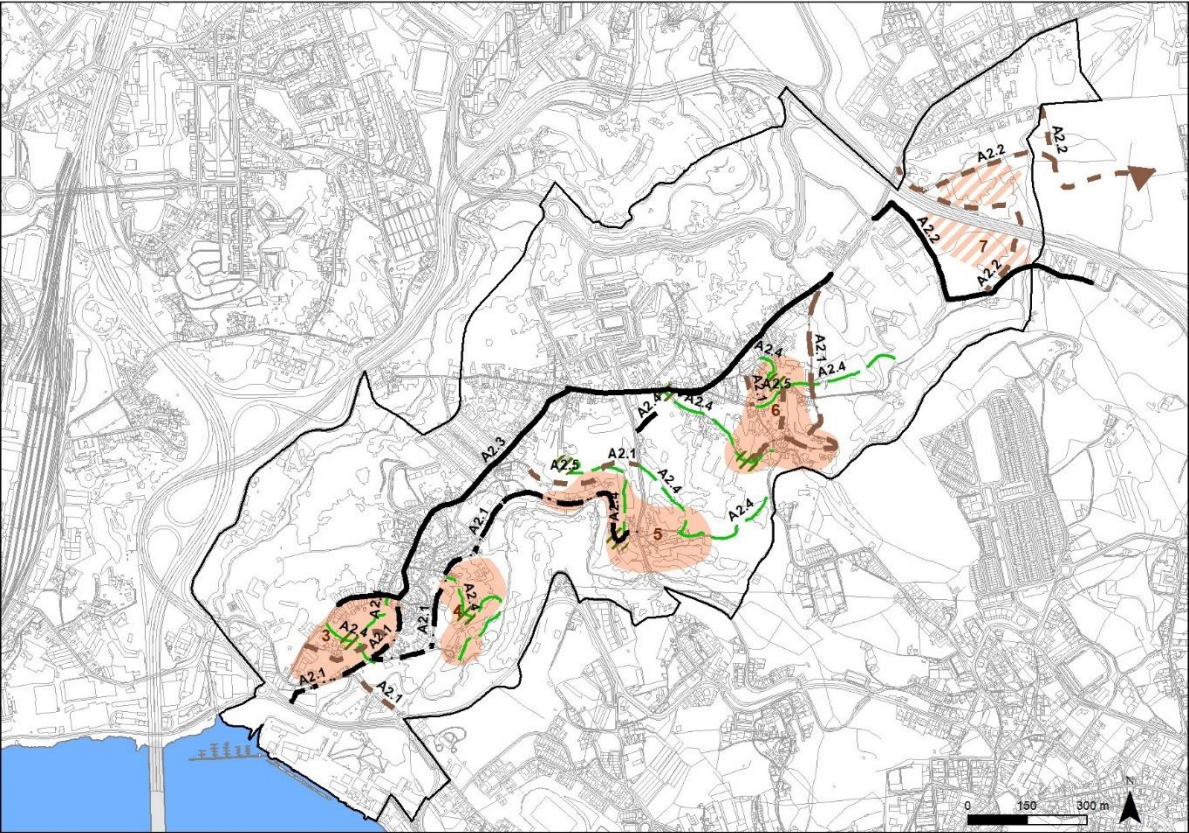
Investimento	
Estimativa	Natureza
232 500€	Pública

Fonte potencial de financiamento
Municipal; Comunitário (Portugal 2030 - Programa Regional do Norte 2021-2027)

Cronograma previsional									
2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033
								.	.
								.	.

PE2. EIXOS VIÁRIOS LOCAIS E ESPAÇO PÚBLICO

EE3. Estruturação e conectividade integradas



Limite | ARU Azevedo

PE2. Eixos viários locais e espaço público

- A2.1. Requalificação viária dos núcleos urbanos históricos – Bacelo, Levada, Granja e Furamontes
- A2.2. Estruturação viária do núcleo urbano a criar nas Areias e nova ligação intermunicipal
- A2.3. Intervenção no espaço público, na rede viária e transportes coletivos no eixo S. Pedro - Meiral - Azevedo
- A2.4. Intervenção nos arruamentos locais promovendo redes pedonais inclusivas e a hierarquização de percursos
- A2.5. Qualificação e criação de espaços de fruição pública, pequenos largos e praças, dotando-os de mobiliário urbano

Núcleos urbanos

3 - Bacelo 4 - Levada 5 - Granja 6 - Furamontes 7 - Areias

Objetivos estratégicos

OE2 Estruturar o território de modo a superar as desconexões internas e externas, para uma integração orgânica na cidade

Objetivos específicos

- OES6 Requalificar e promover novas ligações viárias de conexão com a envolvente externa
- OES7 Incrementar a rede de transportes públicos, incluindo a implementação de nova linha de metro
- OES8 Intervir em arruamentos locais e promover redes pedonais inclusivas na hierarquização de percursos
- OES9 Qualificar o espaço público de fruição dotando-o de pequenos equipamentos de dinamização e mobiliário urbano adequado

OES10 Reforçar os eixos de dinamização urbana, requalificando o espaço público, a rede viária e os transportes coletivos

Descrição

A requalificação e a estruturação da rede fina local irá proporcionar uma melhoria substancial do espaço público, permitindo a circulação pedonal e dos modos suaves. Com efeito, a expansão e a qualificação da rede viária e pedonal, através do reforço na estruturação dos tecidos urbanos propiciará ainda a instalação de equipamentos e espaços de fruição coletiva. Dada a sua importância no usufruto e na vivência urbana, e porque estes espaços integram também uma relevante malha histórica mais ampla, devem as ações neste domínio reger-se pelos valores ambientais e patrimoniais em presença.

No domínio deste Projeto elegeram-se cinco Ações, envolvendo a requalificação urbana de quatro núcleos históricos e a estruturação de novo núcleo residencial das Areias. A intervenção no eixo S. Pedro – Meiral – Azevedo é uma das intervenções fundamentais para a mobilidade interna na ARU de Azevedo, a que se soma a intervenção em variados outros arruamentos locais com ênfase na criação de redes pedonais inclusivas e na hierarquização de percursos. Por último destaca-se a Ação dedicada à implementação de pequenos espaços de convivialidade - largos, pequenas praças ou jardins - dinamizadores da vida urbana.

Ações

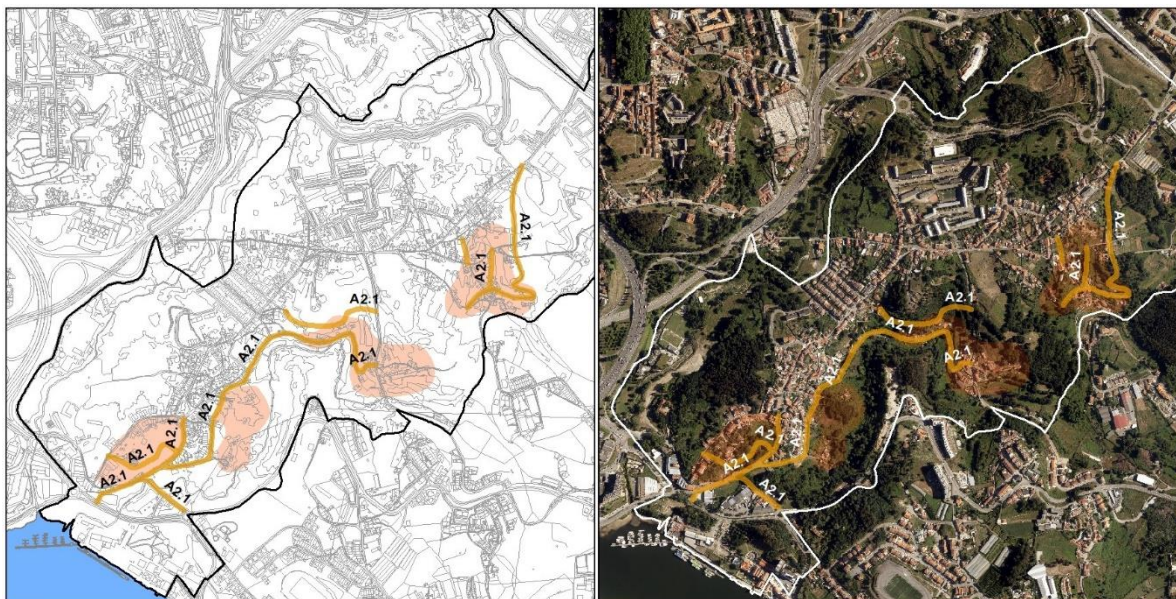
A2.1.	Requalificação viária dos núcleos urbanos históricos – Bacelo, Levada, Granja e Furamontes
A2.2.	Estruturação viária do núcleo urbano a criar nas Areias e nova ligação intermunicipal
A2.3.	Intervenção no espaço público, na rede viária e transportes coletivos no eixo S. Pedro - Meiral - Azevedo
A2.4.	Intervenção nos arruamentos locais promovendo redes pedonais inclusivas e a hierarquização de percursos
A2.5.	Qualificação e criação de espaços de fruição pública, pequenos largos e praças, dotando-os de mobiliário urbano

Impacto nos Eixos Estratégicos

EE1	EE2	EE3	EE4	EE5	EE6	EE7	EE8
Ambiente natural e urbano qualificado	Valorização do património edificado	Estruturação e conectividade integradas	Funções urbanas qualificadas	Vitalidade urbana e coesão social	Economia, inovação, formação e emprego qualificado	Iniciativas de escala supra-local	Inovação na comunicação e envolvimento em soluções
• • •	• •	• • • •	• • •	• • •	• •	• • •	—

A2.1.

Requalificação viária dos núcleos urbanos históricos – Bacelo, Levada, Granja e Furamontes



Descrição

Esta Ação incide sobre os núcleos urbanos de génese rural que se localizam ao longo do vale do rio Torto. Pretende-se valorizar a identidade histórica através da melhoria significativa do espaço público, como incentivo à reabilitação do edificado existente promovendo a atratividade destes núcleos, inseridos em espaços de proximidade de grande valor paisagístico e ambiental.

Promover a hierarquização das vias e percursos existentes, associando arborização pública, em articulação com os espaços de conectividade, identificados nas ações seguintes deste PE2, bem como o incentivo às atividades rurais existentes, caracterizadoras destas pequenas centralidades difusas de cariz histórico.

Elencam-se em resumo as seguintes intervenções viárias de cada um dos núcleos:

- Bacelo**
 - Reabilitar e reperfilar a rua do Bacelo
 - Criar arruamento adaptado à morfologia do terreno da rua da Senhora da Hora à rua do Bacelo
- Levada**
 - Reabilitar e reperfilar a rua e travessa da Levada
- Granja**
 - Reabilitar a rua da Granja, ajustando o perfil e dimensionamento ao estritamente necessário
 - Criar um desvio na rua da Granja ligando à rua 8 de Setembro alternativo ao traçado no PDM
- Furamontes**
 - Reperfilamento e infraestruturação da rua de Furamontes atribuindo-lhe função de partilha
 - Completar o troço da travessa da ponte do Gato em falta

Tipo de intervenção

Principais entidades a envolver

Rede viária e Espaço público

CMP

Medições

Área de intervenção

Eixos viários a criar	150€/m ²	5940m ² (990x6m)
Eixos viários a qualificar	100€/m ²	10 800m ² (2700x4m)

Intervenções

		Dimensão (m)
Bacelo	Reabilitar e reperfilar	419
	Criar ligação rua Sra. Hora - Bacelo	265
	Criar ligação rua Freixo - Bacelo	178
Levada	Reabilitar e reperfilar	488
Granja	Reabilitar e reperfilar	1077
	Nova ligação à rua Sra. Hora	326
Furamontes	Reabilitar e reperfilar	716
	Criar troço da travessa ponte do Gato	78
	Criar ligação travessa de Azevedo à rua Furamontes	143

Investimento

Estimativa

Eixos viários a criar	891 000€
Eixos viários a qualificar	1 080 000€
Total	1 971 000 €

Natureza

Pública

Fonte potencial de financiamento

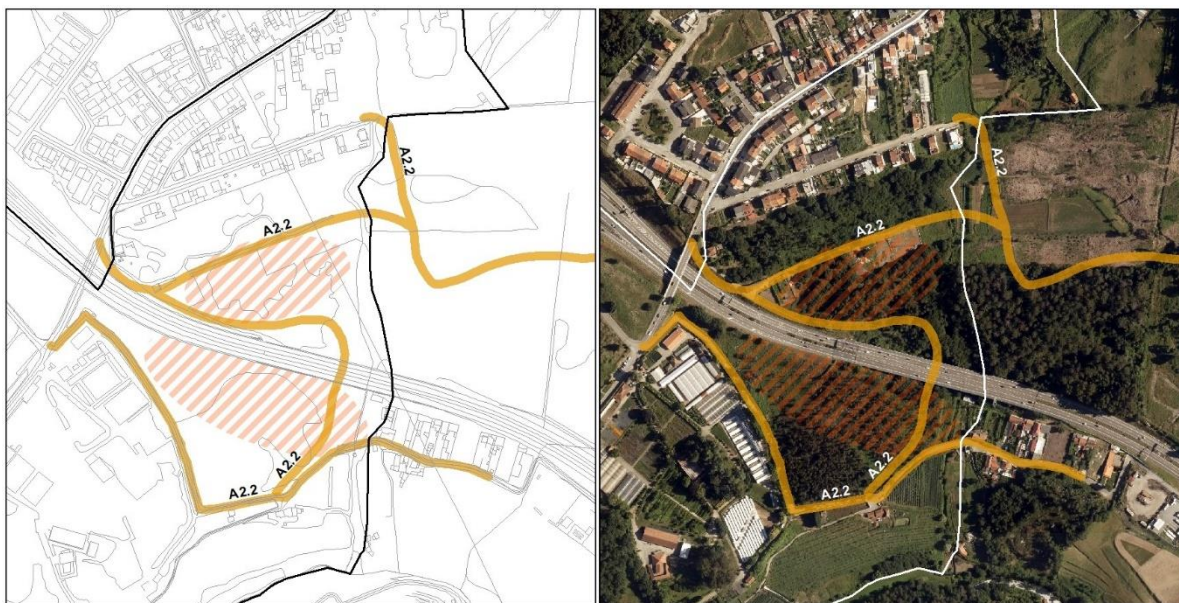
Municipal; Comunitário (Portugal 2030 - Programa Regional do Norte 2021-2027)

Cronograma previsual

2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033
		•	•	•	•				

A2.2.

Estruturação viária do núcleo urbano a criar nas Areias e nova ligação intermunicipal



Descrição

A presente Ação visa complementar a rede viária secundária para promover as ligações rodoviárias intermunicipais, melhorando a fluidez de trânsito com particular impacto ao nível do transporte público coletivo e do transporte logístico de bens e mercadorias.

Criar novas vias de ligação para estruturação do novo núcleo urbano unifamiliar a desenvolver, associando sempre que possível arborização pública, consubstanciando um sistema viário alternativo à rua das Areias, de modo a garantir a fluidez rodoviária local e a circulação de veículos de maior dimensão.

São as seguintes as intervenções viárias no núcleo das Areias:

- Criar vias estruturantes, para o novo núcleo urbano, com ligação à rua das Águas Férreas de Campanhã e à travessa das Águas Férreas de Campanhã sob o viaduto do IC29
- Ligar a rua Nova das Areias, existente a norte, ao núcleo urbano a criar
- Estabelecer uma nova ligação intermunicipal a norte do IC29 com a rua da Portelinha, na freguesia de Fânzeres, Gondomar
- Requalificar a travessa das Águas Férreas de Campanhã do lado da entrada norte do CROA
- Requalificar a rua das Águas Férreas de Campanhã a sul do IC29 na ligação intermunicipal para nascente

Tipo de intervenção

Rede viária e Espaço público

Principais entidades a envolver

CMP, CMG, IP – Infraestruturas de Portugal e particulares

Medições

Área de intervenção		
Eixos viários a criar	150€/m ²	5340m ² (890x6m)
Eixos viários a qualificar	100€/m ²	2360m ² (590x4m)

Intervenções

		Dimensão (m)
1	Criar as vias estruturantes para novo núcleo das Areias	867
2	Ligar a rua Nova das Areias ao núcleo a criar	23
3	Requalificar a travessa das Águas Férreas de Campanhã	453
4	Requalificar a rua das Águas Férreas de Campanhã	137

Investimento

Estimativa		Natureza
Eixos viários a criar	801 000€	Pública
Eixos viários a qualificar	236 000€	
Total	1 037 000 €	

Fonte potencial de financiamento

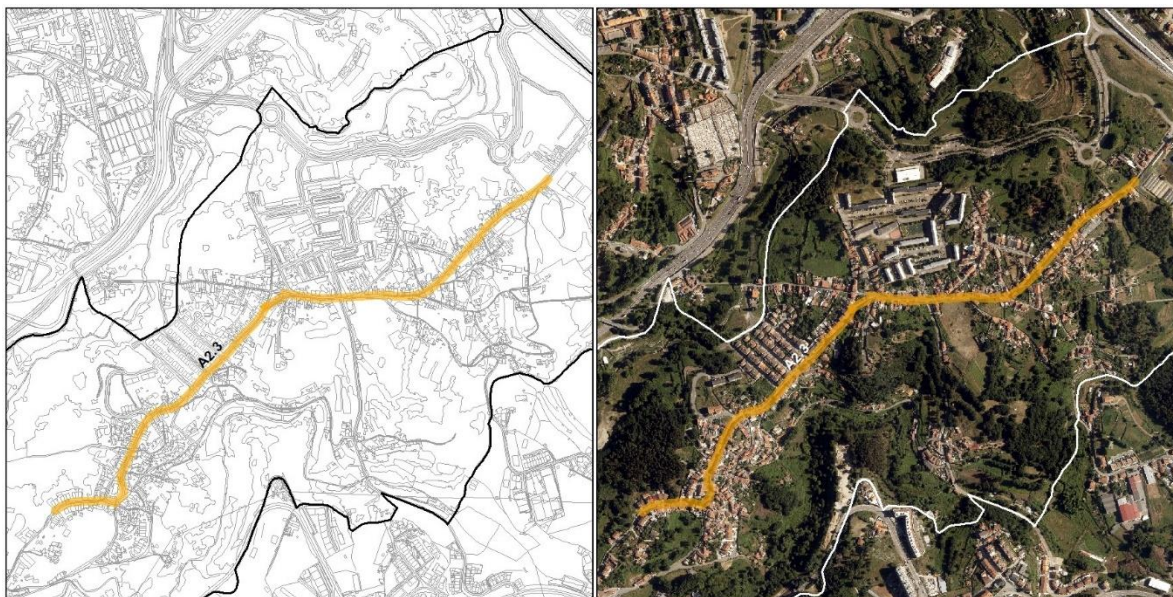
Municipal; Comunitário (Portugal 2030 - Programa Regional do Norte 2021-2027)

Cronograma previsual

2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033
			.	.	.	.			

A2.3.

Intervenção no espaço público, na rede viária e transportes coletivos no eixo S. Pedro - Meiral - Azevedo



Descrição

O eixo de dinamização urbana S. Pedro – Meiral – Azevedo, partindo do largo de S. Pedro ao longo da rua do Meiral e prosseguindo pela rua de Azevedo, representa um espaço urbano com elevada importância para a vivência urbana de Azevedo de Campanhã, por força da associação deste eixo às atividades económicas. Com efeito, é ali que se concentram os estabelecimentos de comércio e serviços de proximidade destinados à população tais como a farmácia, o posto de correios, a mercearia, o talho, a peixaria, ou o café entre outros. Assim, é fundamental para valorizar este contexto urbano, que esta Ação se traduza numa estrutura viária e um espaço público qualificados e atrativos, bem servido de transportes públicos, assegurando uma partilha pedonal segura e funcional, associando sempre que possível a arborização pública.

São as seguintes as intervenções no espaço público:

- Requalificar todo o eixo viário redefinindo os seus alinhamentos marginais
- Adaptar materiais dos pavimentos adequados às diferentes valências de mobilidade rodoviárias e pedonais incluindo os modos suaves
- Dotar das infraestruturas essenciais atendendo à funcionalidade, o conforto e ao bom desempenho
- Limitar o tráfego automóvel às funções locais, distribuindo-o criteriosamente pela nova estrutura a implementar na ARU

Tipo de intervenção	Principais entidades a envolver
Rede viária e Espaço público	CMP, STCP

Medições		
Área de intervenção		
Eixos viários a qualificar	75€/m²	6640m² (1660x4m)

Intervenções	
	Dimensão (m)
Requalificar o eixo viário de São Pedro à rua da Areias	1600

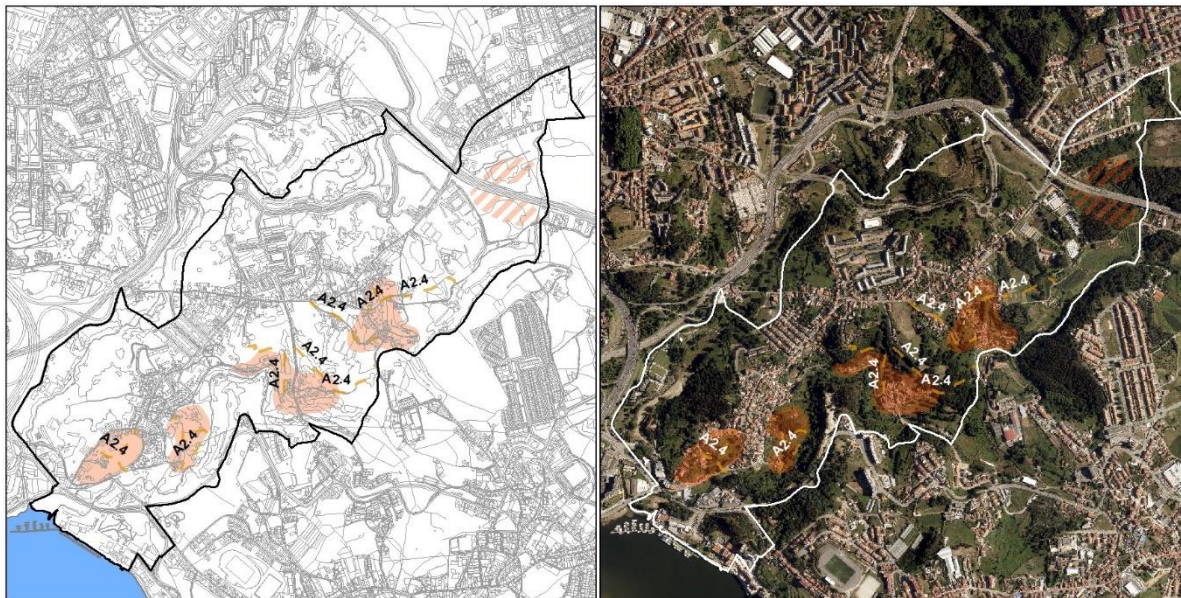
Investimento	
Estimativa	Natureza
Eixos viários a qualificar	498 000€ Pública

Fonte potencial de financiamento
Municipal; Comunitário (Portugal 2030 - Programa Regional do Norte 2021-2027)

Cronograma previsional																			
2024		2025		2026		2027		2028		2029		2030		2031		2032		2033	
				.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.				

A2.4.

Intervenção nos arruamentos locais promovendo redes pedonais inclusivas e a hierarquização de percursos



Descrição

O reforço do valor identitário e de articulação dos núcleos locais com o resto do território, através da valorização de ligações preexistentes de carácter reticular, de grande importância para as deslocações da população, é o objetivo desta Ação. Este conjunto de caminhos a intervir decorre essencialmente de uma estrutura fundiária ainda marcada no território e a sua valorização tem como objetivo incentivar as ligações entre os pequenos núcleos urbanos de baixa densidade através das zonas verdes em percurso de natureza.

Pretende-se vias partilhadas para as pessoas e modos de transporte suaves, em conjunto com a valorização do espaço público, diferenciadas por pavimentos adequados a diferentes valências de mobilidade, associando sempre que possível arborização pública. Dotar estas infraestruturas em particular, de iluminação pública e bebedouros, numa lógica de racionalidade, sustentabilidade e eficiência energética.

- | | |
|------------|---|
| Bacelo | – Criar percurso pedonal e ciclável a partir do largo de S. Pedro |
| Granja | – Criar percurso pedonal desde a Capela do Forte ao largo da Granja |
| | – Criar percurso pedonal e ciclável da Granja à ponte do Gato |
| Furamontes | – Reperfilar a travessa de Azevedo até à travessa das Areias como via pedonal |
| | – Repor o traçado pedonal e ciclável da calçada do Calvário |

Tipo de intervenção

Principais entidades a envolver

Rede pedonal e de partilha

CMP

Medições

Área de intervenção

Rede pedonal a criar	100€/m ²	6704m ² (1676x4m)
Rede pedonal a qualificar	50€/m ²	3564m ² (891x4m)

Intervenções

		Dimensão (m)
Bacelo	Criar percurso pedonal a partir do largo de S. Pedro	343
Levada	Criar percurso pedonal da rua da Levada à travessa de S. Pedro	430
Granja	Criar percurso pedonal da Capela do Forte à Granja	387
	Criar percurso pedonal da Granja à ponte do Gato	516
Furamontes	Reperfilar a travessa de Azevedo até à travessa das Areias	399
	Repor o traçado pedonal da calçada do Calvário	127
	Reperfilar a rua da Ponte do Gato	365

Investimento

Estimativa		Natureza
Percursos pedonais a criar	670 400€	Pública
Arruamentos a qualificar	178 200€	
Total	848 600 €	

Fonte potencial de financiamento

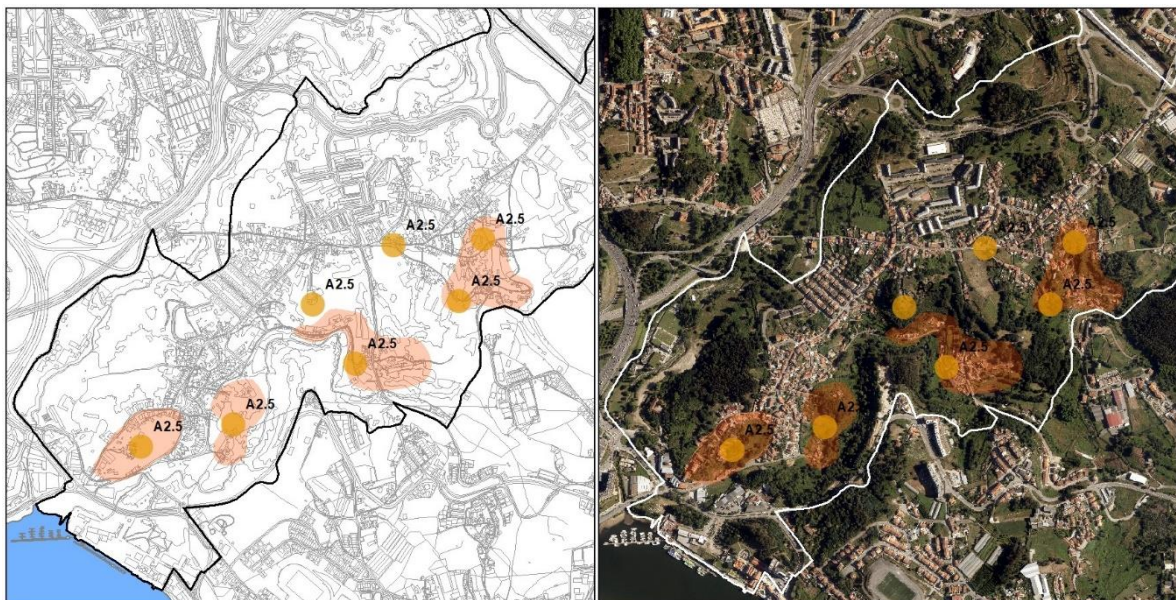
Municipal; Comunitário (Portugal 2030 - Programa Regional do Norte 2021-2027)

Cronograma previsional

2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033
		•	•	•	•	•	•		

A2.5.

Qualificação e criação de espaços de fruição pública, pequenos largos e praças, dotando-os de mobiliário urbano



Descrição

A valorização do espaço público destes núcleos urbanos, passa pela existência de pequenos espaços de convivialidade. Locais específicos em conexão com o percurso pedonal, vocacionados para atração, o encontro, e a partilha de atividades de bem-estar e lazer.

Para o efeito, no âmbito desta ação preconiza-se a implementação de pequenos espaços públicos de conexão, morfologicamente associados a pequenos largos ou praças arborizadas e jardins de proximidade, lugares de fruição e de confluência urbana, em sintonia com a articulação do sistema de mobilidade, associado à valorização da estrutura viária existente prevista na ação 2.4.

As intervenções incluem infraestruturas necessárias das diversas redes, e entre estas a iluminação pública, o abastecimento de água a bebedouros públicos e outras associadas aos percursos pedonais e cicláveis, numa lógica de racionalização de recursos, eficiência e sustentabilidade. São os seguintes os largos ou praças a criar:

- Largo do Bacelo (panorâmico) na confluência da nova rua e do percurso pedonal a criar
- Largo da Levada junto ao rio com ligação aos percursos pedonais do rio Torto
- Largo da Granja junto à antiga Fábrica de Moagem de Trigo, na margem do rio Torto
- Largo do Monte do Forte, ponto de partida do percurso pedonal da Granja
- Largo/praça no cruzamento da travessa de Azevedo com a calçada do Calvário
- Largo/praça no entroncamento da rua de Furamontes e a rua da Ponte do Gato
- Largo/praça no entroncamento da rua de Azevedo e a rua das Areias

Tipo de intervenção

Principais entidades a envolver

Rede pedonal e de partilha	CMP
----------------------------	-----

Medições

Área de intervenção		
Espaço público (largos e praças)	150€/m ²	2800m ² (7x400m ²)

Intervenções

	Dimensão (m ²)
Largo panorâmico do Bacelo	452
Largo da Levada junto ao rio Torto	452
Largo da Granja da antiga Fábrica de Moagem de Trigo	452
Largo do Monte do Forte	452
Largo da travessa de Azevedo com a calçada do Calvário	452
Largo da rua de Furamontes com rua da Ponte do Gato	452
Largo da rua de Azevedo com a rua das Areias	452

Investimento

Estimativa	Natureza
Largos e praças (a criar) 420 000€	Pública

Fonte potencial de financiamento

Municipal; Comunitário (Portugal 2030 - Programa Regional do Norte 2021-2027)

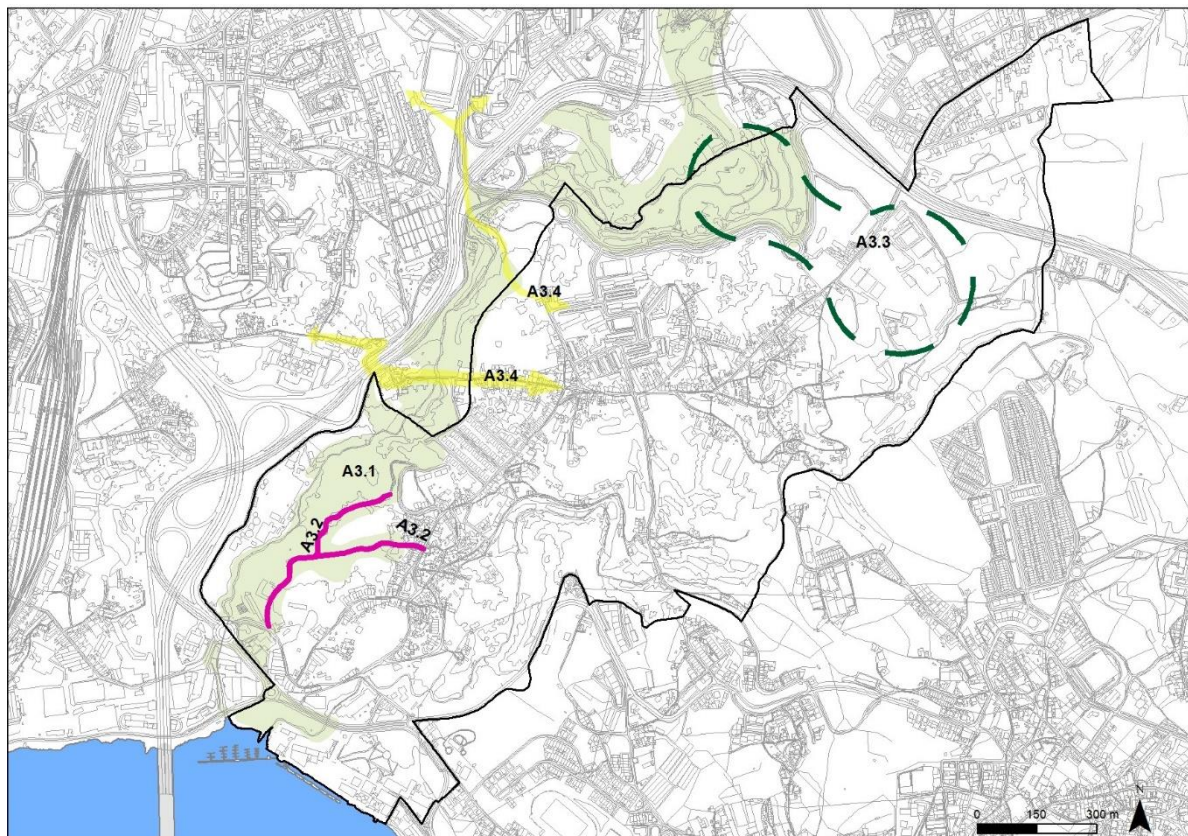
Cronograma previsual

2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033
				.	.	.	.	.	.

PE3. PARQUE ORIENTAL E O VALE DO RIO TINTO

EE1. Ambiente natural e urbano qualificado

EE7. Iniciativas de escala supra-local



Limite | ARU Azevedo

PE3. Parque Oriental e o vale do rio Tinto

- A3.1. Requalificação ambiental e paisagística do vale do rio Tinto na continuidade ecológica do parque Oriental
- A3.2. Valorização das calçadas e caminhos históricos de fruição
- A3.3. Promoção de um corredor verde-âncora entre o parque Oriental e o Viveiro municipal através do loteamento das Areias
- A3.4. Valorização viária e pedonal entre Azevedo e Bonjónia e do Lagarteiro à ponte de Tirares

Objetivos estratégicos

- OE1** Afirmar Azevedo como espaço urbano baseado no equilíbrio do suporte natural com a herança patrimonial edificada.
- OE4** Potenciar a base económica, diversificada e articulada com os ativos territoriais e ambientais, capaz de gerar crescimento socioeconómico.

Objetivos específicos

- OES1** Promover a continuidade ecológica e a fruição através da requalificação paisagística e ambiental do vale dos rios Tinto e Torto
- OES2** Estimular a biodiversidade associada à reabilitação de linhas de água
- OES3** Fomentar projetos inovadores no domínio das *NbS (Nature-based solutions)* – ambiente, energia, economia circular e neutralidade carbónica
- OES20** Apostar na instalação e desenvolvimento de equipamentos-âncora tendo em vista a afirmação territorial de Azevedo num forte ativo da Cidade
- OES21** Promover a excelência dos ativos naturais de uso público em afirmação - parque urbano Oriental e frente Fluvial - indutores de atração turística, forasteiros e visitantes ocasionais

Descrição

A expansão do parque Oriental e a requalificação do vale do rio Tinto compreende um conjunto abrangente de propostas que se inscrevem simultaneamente em objetivos de carácter ambiental e patrimonial. Com efeito, para além do reforço da cobertura verde do parque e da ligação às estruturas ambientais vizinhas, através da implementação de “corredores verdes”, está prevista a valorização do património histórico, natural e paisagístico da zona, com a criação de percursos pedonais e cicláveis específicos, bem com a implementação de iniciativas e projetos no âmbito das *nature based solutions (NbS)*, nos domínios do ambiente, energia, economia circular e neutralidade carbónica. Prevê-se igualmente um impacto significativo na vertente socioeconómica e na revitalização demográfica e qualidade de vida, extensível a toda a zona Oriental do Porto.

Este Projeto executa-se em quatro Ações, com destaque para a continuidade ecológica do parque Oriental, associada à valorização dos caminhos históricos como espaços de fruição. A norte, entre o parque e o viveiro municipal, estabelece-se um “corredor verde” de ligação entre os vales dos rios Tinto e Torto, sendo para o efeito necessário um pequeno ajuste ao Loteamento empresarial das Areias. Por último as intervenções de valorização das ligações viárias e pedonais entre as ruas de Azevedo e Bonjónia, e da rua do Lagarteiro às pontes de Tirares e Cartes.

Ações

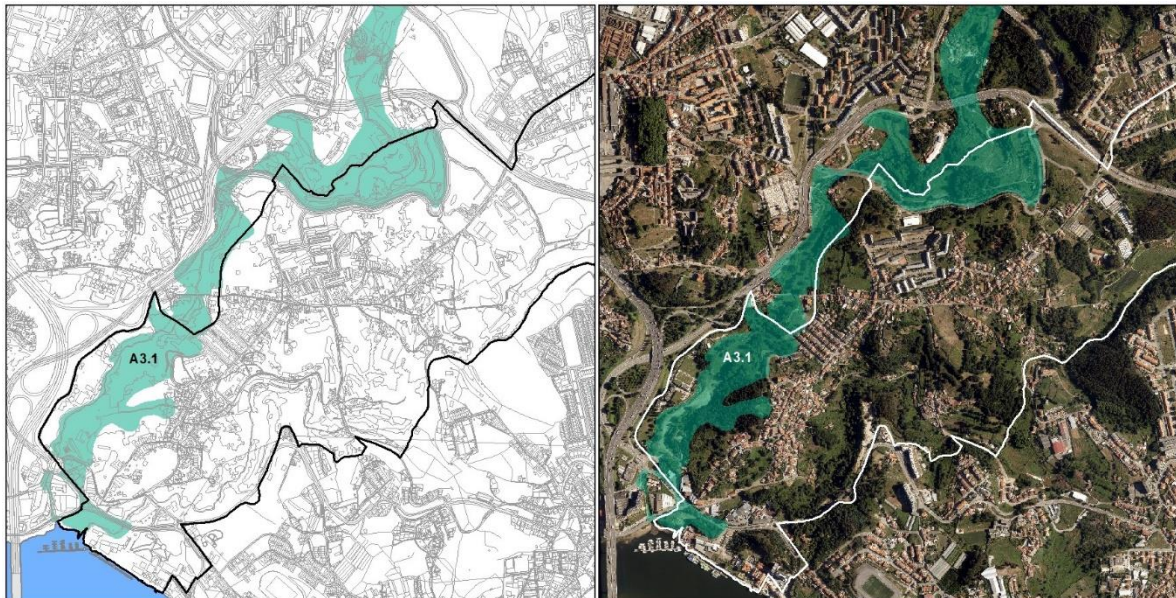
- A3.1.
- Requalificação ambiental e paisagística do vale do rio Tinto na continuidade ecológica do parque Oriental
- A3.2.
- Valorização das calçadas e caminhos históricos de fruição
- A3.3.
- Promoção de um corredor verde-âncora entre o parque Oriental e o viveiro municipal através do loteamento das Areias
- A3.4.
- Valorização viária e pedonal entre Azevedo e Bonjónia e do Lagarteiro à ponte de Tirares

Impacto nos Eixos Estratégicos

EE1	EE2	EE3	EE4	EE5	EE6	EE7	EE8
Ambiente natural e urbano qualificado	Valorização do património edificado	Estruturação e conectividade integradas	Funções urbanas qualificadas	Vitalidade urbana e coesão social	Economia, inovação, formação e emprego qualificado	Iniciativas de escala supra-local	Inovação na comunicação e envolvimento em soluções
• • • •	• •	• • • •	• • •	• • •	• •	• • • •	—

A3.1.

Requalificação ambiental e paisagística do vale do rio Tinto na continuidade ecológica do parque Oriental



Descrição

A expansão do parque Oriental para sul, na sequência da obra de ligação das descargas da ETAR do Meiral à ETAR do Freixo, a despoluição do rio Tinto e a criação do percurso pedonal e ciclável, traduziu-se numa mais-valia para qualificação de Azevedo de Campanhã, sendo inegável a maior visibilidade do território, assumindo-se já numa referência ambiental do Porto Oriental.

Para além da área do parque em processo de consolidação ambiental, a margem esquerda do rio Tinto, integra uma área classificada no PDM de “elevado valor ecológico”, acrescida de relevância histórico-cultural, inclui espaços privados, associados a equipamentos, a ruas, a eixos de circulação e ainda matas urbanas que interessa preservar e qualificar. Neste sentido esta Ação tem como propósito as seguintes intervenções:

- Promover a requalificação das margens do rio Tinto já integradas no parque Oriental, assente em galeria ripícola arbórea contínua
- Proceder às intervenções intermunicipais de qualificação ambiental necessárias
- Consolidar a estrutura verde e estabelecer ligações de fruição com a linha de água
- Criar clareiras adequadas a atividades lúdicas em harmonia com os espaços verdes
- Implementar medidas de limpeza, desmatação e controlo de infestantes
- Promover a sensibilização ambiental junto dos jovens e da população em geral

Tipo de intervenção	Principais entidades a envolver
Espaço público	CMP e privados

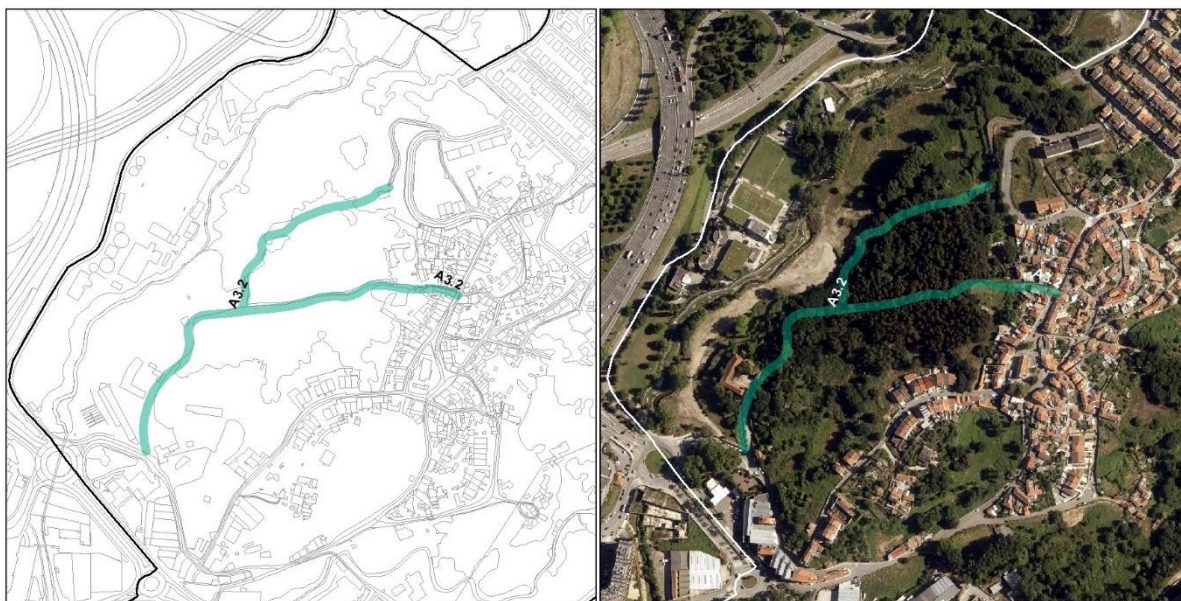
Medições		
Área de intervenção		
Espaço verde público	15€/m²	255 000m²

Investimento		
Estimativa		Natureza
Consolidar a estrutura verde de fruição	3 825 000€	Pública

Fonte potencial de financiamento
Municipal; Comunitário (Portugal 2030 - Programa Regional do Norte 2021-2027) e (LIFE – Sub Programa Natureza e Biodiversidade)

Cronograma previsional																			
2024		2025		2026		2027		2028		2029		2030		2031		2032		2033	
		.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.

A3.2. Valorização das calçadas e caminhos históricos de fruição



Descrição

O processo de consolidação ambiental da margem esquerda do vale do rio Tinto, descrito na ação anterior, tem continuidade na presente Ação cujo objeto é a valorização, preservação e salvaguarda das antigas calçadas e caminhos, percorridos pela população nas suas deslocações do interior de Azevedo ao Esteiro de Campanhã. Estes percursos pedestres traçados na envolvente à Quinta da Revolta estão ainda intactos assumindo-se como “caminhos históricos” de excecional valor ambiental e patrimonial.

A estratégia de intervenção nestes caminhos passará pela consolidação da estrutura verde existente, através de iniciativas de desmatização e controlo de espécies, conferindo ao conjunto uma maior transparência e visibilidade, aumentando deste modo a perceção de segurança na fruição destes percursos pedonais, relevantes para a estruturação da interconexão entre o núcleo urbano e os espaços verdes associados ao parque Oriental.

As intervenções de valorização dos caminhos passará pela infraestruturação das diversas redes, desde a iluminação pública, aos bebedouros e outras amenidades associadas à circulação pedonal e ciclável, balizados por critérios de racionalização, eficiência e sustentabilidade.

Esta ação materializa-se nas seguintes intervenções:

- Desmatar a envolvente aos caminhos eliminando arbóreas invasoras
- Reperfilar e pavimentar a calçada de S. Pedro
- Reperfilar e pavimentar o caminho do vale (da rua de Costa Barreto à calçada de S. Pedro)
- Instalar as infraestruturas adequadas necessárias

Tipo de intervenção

Principais entidades a envolver

Rede de “caminhos históricos”

CMP

Medições

Área de intervenção

Calçadas e caminhos a qualificar

100€/m²

2403m² (801x3m)

Investimento

Estimativa

Total

240 300 €

Natureza

Pública

Fonte potencial de financiamento

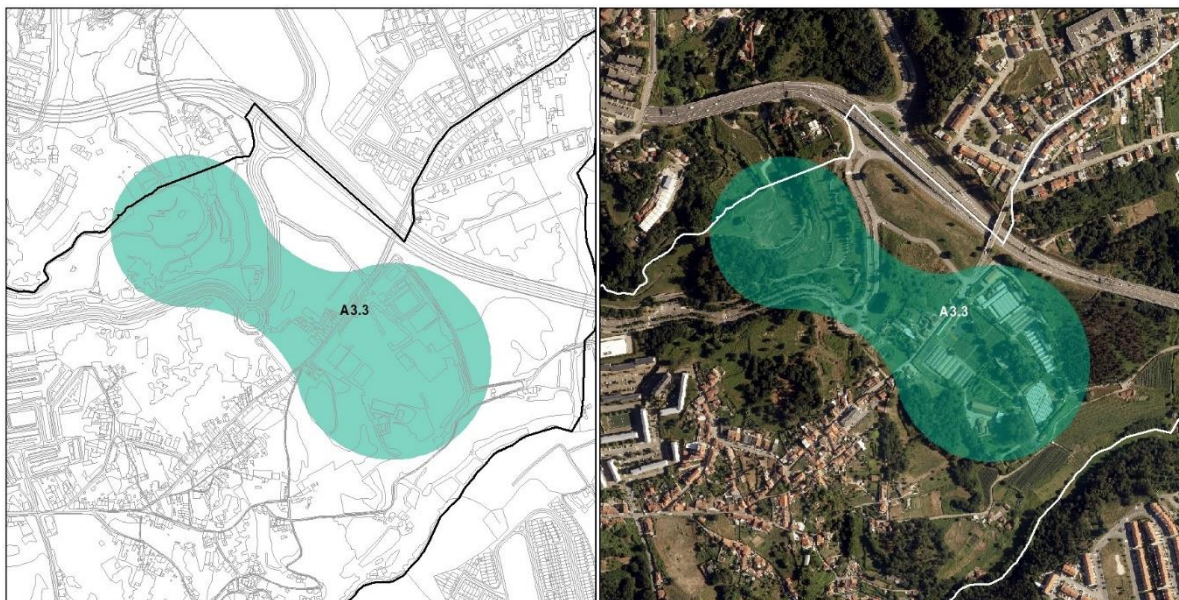
Municipal; Comunitário (Portugal 2030 - Programa Regional do Norte 2021-2027) e (LIFE – Sub Programa Natureza e Biodiversidade)

Cronograma previsual

2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033
			.	.	.	.			

A3.3.

Promoção de um corredor verde-âncora entre o parque Oriental e o viveiro Municipal através do loteamento das Areias



Descrição

No espaço urbano situado nas imediações do nó das Areias (confrontante a nascente com a avenida Cidade de León e a rotunda do Casal e a nascente com a rua das Areias e o viveiro Municipal) está prevista uma operação de loteamento com obras de urbanização P/II/170482/11/CMP. O Alvará de Loteamento (AL) datado de 17/12/2013 em nome do Município, é constituído por 19 lotes para a edificação de um centro Empresarial e 55 fogos.

Considerando o tempo decorrido sem que a obra tenha avançado, afigura-se como oportuna uma pequena alteração ao desenho do loteamento por forma a este constituir um contínuo verde entre o parque Oriental e o viveiro Municipal. Um corredor verde contínuo, desde o parque urbano até à mancha verde agroambiental do vale do rio Torto, um significativo ativo ambiental. Simultaneamente o projeto de loteamento deve responder ao impasse gerado no nó de ligação entre a rua e o viaduto das Areias com a travessa das Águas Férreas de Campanhã, através de uma plataforma giratória de tráfego a inserir no corredor verde.

Esta Ação pressupõe as intervenções seguintes:

- Alteração ao alvará de loteamento municipal
- Reformulação do eixo rodoviário secundário proposto no loteamento municipal
- Criação de um corredor verde central perpendicular ao portal do viveiro, com base num contínuo verde multiestratificado especialmente relevante ao nível das árvores
- Resolução da ligação viária na rua e viaduto das Areias com a travessa das Águas Férreas de Campanhã

Tipo de intervenção	Principais entidades a envolver
Rede viária e Espaço público	CMP e privados

Medições		
Área de intervenção		
Espaço público	100€/m²	8000m²

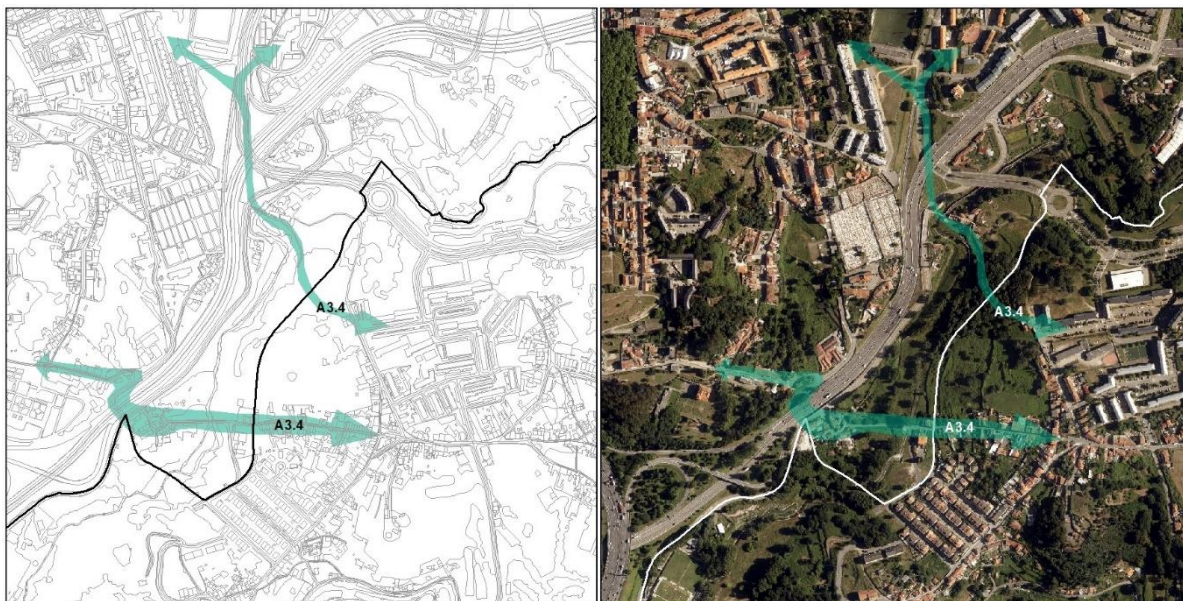
Investimento		
Estimativa	Natureza	
Total	800 000 €	Pública

Fonte potencial de financiamento
Municipal; Comunitário (Portugal 2030 - Programa Regional do Norte 2021-2027) e (LIFE – Sub Programa Natureza e Biodiversidade)

Cronograma previsional																			
2024		2025		2026		2027		2028		2029		2030		2031		2032		2033	
						.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.

A3.4.

Valorização viária e pedonal entre Azevedo e Bonjóia e do Lagarteiro à ponte de Tiraes



Descrição

A conectividade viária entre Azevedo de Campanhã e o resto da cidade tem sido muito dificultada devido à construção na envolvente de variados eixos rodoviários de grande capacidade, designadamente a Estrada da Circunvalação (EN12), a Via de Cintura Interna (IC23) e o Itinerário Complementar (IC29). Em resultado, vários arruamentos e estradas de Azevedo foram sendo eliminados ou substancialmente alterados com o surgimento dos grandes eixos rodoviários.

Com esta Ação pretende-se enquadrar o sistema de mobilidade interna com a valorização do espaço público, qualificar e resolver os nós viários, e em simultâneo intervir na estrutura rodoviária local, recuperando os antigos percursos e áreas ambientais conexas que potenciem a qualidade paisagística e ambiental em benefício da capacitação funcional.

As intervenções compreendem o seguinte:

- Requalificação da rua de Azevedo – especial enfoque no atravessamento da EN12 e seu prolongamento até à rua de Bonjóia – adotar um perfil de rua de partilha para modos suaves e transportes públicos;
- Requalificação do antigo troço da rua do Lagarteiro – um dos corredores saudáveis das *NbS* identificadas no projeto URBiNAT, que percorre o interior de uma zona arborizada até à ponte de Tiraes sobre o rio Tinto – para estabelecer ligações pedonais entre três bairros municipais – Lagarteiro, Falcão e Cerco do Porto.

Tipo de intervenção	Principais entidades a envolver
Rede viária e Espaço público	CMP

Medições

Área de intervenção		
Ruas de partilha, calçadas e caminhos a qualificar	100€/m²	416m² (104x4m)
Ruas de partilha, calçadas e caminhos a qualificar	100€/m²	3744m² (518x6m)

Intervenções	
	Dimensão (m²)
Requalificação do antigo troço da rua do Lagarteiro	104
Requalificação da rua de Azevedo	518

Investimento	
Estimativa	Natureza
416 000 € <i>(não inclui expropriações, aquisição de terrenos, estudos e projetos das empreitadas)</i>	Pública

Fonte potencial de financiamento

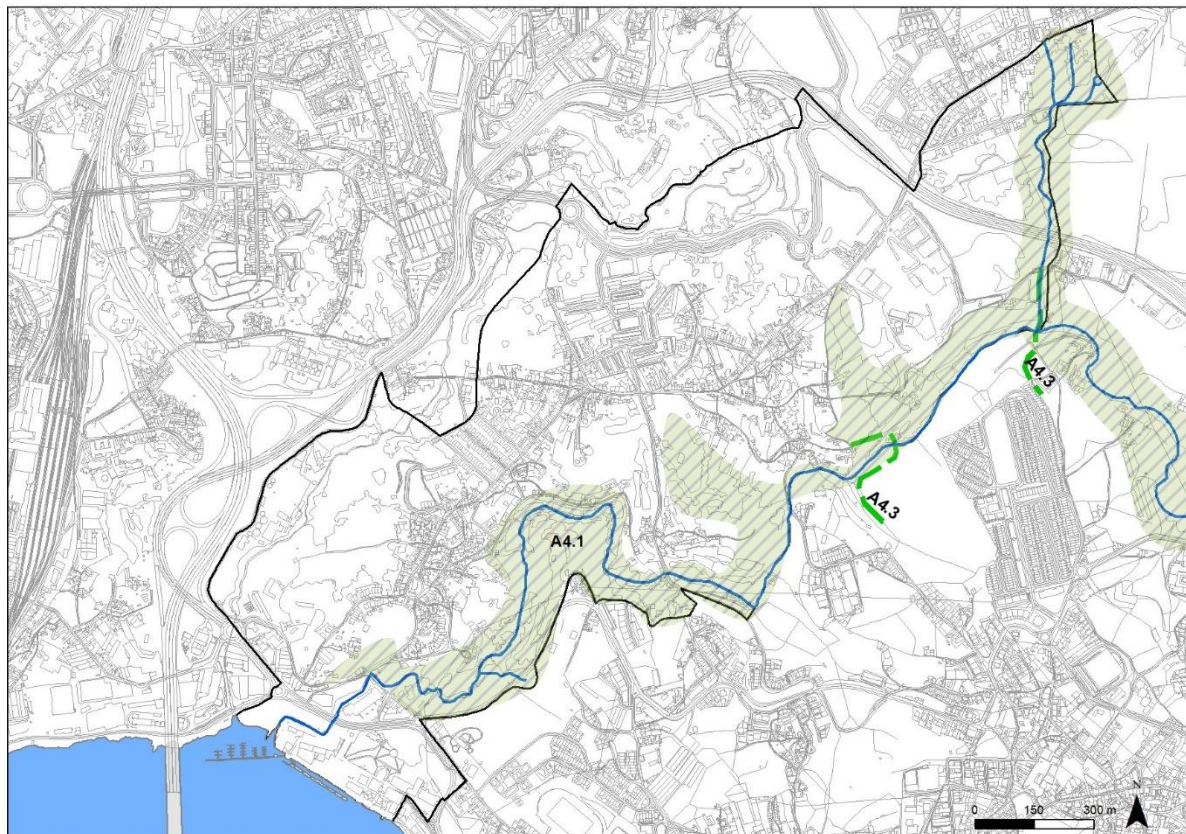
Municipal; Comunitário (Portugal 2030 - Programa Regional do Norte 2021-2027) e (LIFE – Sub Programa Natureza e Biodiversidade)

Cronograma previsual

2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033
	.	.	.	.	.				

PE4. VALE DO RIO TORTO

EE1. Ambiente natural e urbano qualificado
EE7. Iniciativas de escala supra-local



□ Limite | ARU Azevedo

PE4. Vale do rio Torto

- A4.1. Continuidade ecológica nas margens do rio Torto e salvaguarda da prática agrícola
- A4.2. Criação de projetos inovadores no domínio das NbS (Nature-based solutions)
- A4.3. Valorização das ligações viárias e pedonais intermunicipais

Objetivos estratégicos

- OE1** Afirmar Azevedo como espaço urbano baseado no equilíbrio do suporte natural com a herança patrimonial edificada
- OE4** Potenciar a base económica, diversificada e articulada com os ativos territoriais e ambientais, capaz de gerar crescimento socioeconómico

Objetivos específicos

- OES1** Promover a continuidade ecológica e a fruição através da requalificação paisagística e ambiental do vale dos rios Tinto e Torto
- OES2** Estimular a biodiversidade associada à reabilitação de linhas de água
- OES3** Fomentar projetos inovadores no domínio das NbS (*Nature-based solutions*) – ambiente, energia, economia circular e neutralidade carbónica.
- OES20** Apostar na instalação e desenvolvimento de equipamentos-âncora tendo em vista a afirmação territorial de Azevedo num forte ativo da Cidade
- OES21** Promover a excelência dos ativos naturais de uso público em afirmação - parque urbano Oriental e a frente Fluvial - indutores de atração turística, forasteiros e visitantes ocasionais

Descrição

O vale do rio Torto será objeto de um profundo processo de revitalização ambiental que inclui, entre outras medidas, o estímulo à biodiversidade, a revitalização de linhas de água e a articulação entre os traços identitários rurais, ainda preservados neste território em conjunto com todo o seu potencial ambiental. A génese rural deste espaço urbano confere-lhe um enorme potencial para o desenvolvimento de soluções inovadoras centradas na recuperação, proteção e gestão dos ecossistemas naturais, podendo ser explorado num laboratório ambiental dedicado às dinâmicas naturais nas diversas dimensões.

Sob o ponto de vista do usufruto urbano-rural integrado na malha histórica mais ampla, e do ponto de vista do usufruto recreativo dos trilhos e da paisagem, as ações neste domínio devem ter sempre presentes estes valores patrimoniais e ambientais do vale do rio Torto.

Este Projeto desenvolve-se em três Ações, com destaque para o incentivo às atividades agrícolas como garantia da continuidade ecológica do vale do rio Torto, associado à reabilitação das linhas de água e à biodiversidade, bem como apoiar projetos inovadores no âmbito de soluções baseadas na natureza. Por último, no domínio da acessibilidade, pretende-se viabilizar e reabilitar velhos percursos pedonais e outras ligações viárias intermunicipais.

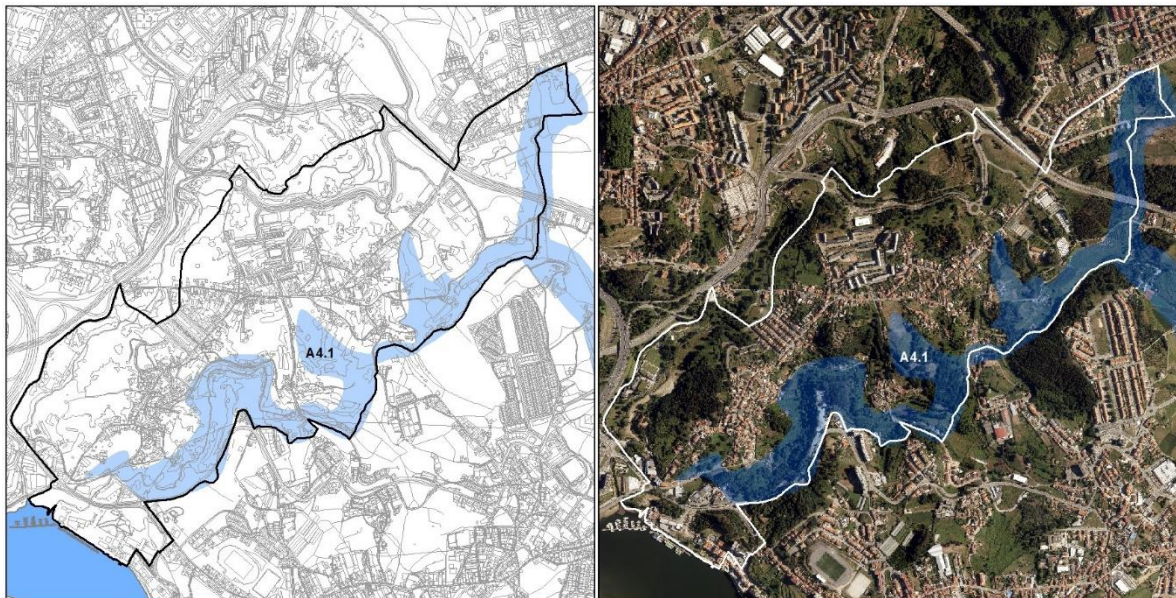
Ações

- A4.1.** Continuidade ecológica nas margens do rio Torto e salvaguarda da prática agrícola
- A4.2.** Criação de projetos inovadores no domínio das *NbS (Nature-based Solutions)*
- A4.3.** Valorização das ligações viárias e pedonais intermunicipais

EE1	EE2	EE3	EE4	EE5	EE6	EE7	EE8
Ambiente natural e urbano qualificado	Valorização do património edificado	Estruturação e conectividade integradas	Funções urbanas qualificadas	Vitalidade urbana e coesão social	Economia, inovação, formação e emprego qualificado	Iniciativas de escala supra-local	Inovação na comunicação e envolvimento em soluções
• • • •	• •	• • • •	• • •	• • •	• •	• • • •	—

A4.1.

Continuidade ecológica nas margens do rio Torto e salvaguarda da prática agrícola



Descrição

O rio Torto percorre cerca de 12 km, desde a nascente em Baguim do Monte, Gondomar, seguindo por áreas de relevo suave em Rio Tinto e Fânzeres, até aos vales de fraturas em Azevedo desaguando por fim no rio Douro. A bacia hidrográfica do rio Torto, constituída por pequenos afluentes destaca-se pela presença de ecossistemas, ativos territoriais ou vestígios da ocupação rural originária em explorações em minifúndio. Ao longo de séculos cultivou-se milho, centeio e cevada, hortaliças e frutas, bem como a criação de gado bovino e caprino, numa organização fundiária de um conjunto quintas das quais restam apenas parte das estruturas rústicas.

A presente Ação tem como propósito a requalificação deste ecossistema, através de ações intermunicipais de despoluição da bacia hidrográfica preservando a continuidade ecológica e os ecossistemas do rio Torto, promovendo a salvaguarda das práticas agrícolas e atividades endógenas.

As intervenções a considerar são as seguintes:

- Encetar o processo de despoluição do rio Torto para valorizar o sistema ribeirinho
- Desmatar as margens conservando o coberto vegetal em boas condições fitossanitárias
- Reforçar a galeria ripícola e o fomento da vegetação autóctone de forma sistémica
- Recuperar os sistemas e habitats prioritários para a conservação
- Promover a biodiversidade e o equilíbrio ambiental valorizando o ecossistema paisagístico
- Integrar as atividades agrícolas para a consolidação do corredor ecológico
- Criar trilhos pedestres de lazer, de usufruto e de conhecimento

Tipo de intervenção	Principais entidades a envolver
Espaço verde público e privado	CMP e particulares

Medições		
Área de intervenção		
Espaço verde público e privado	15€/m²	77 504m²

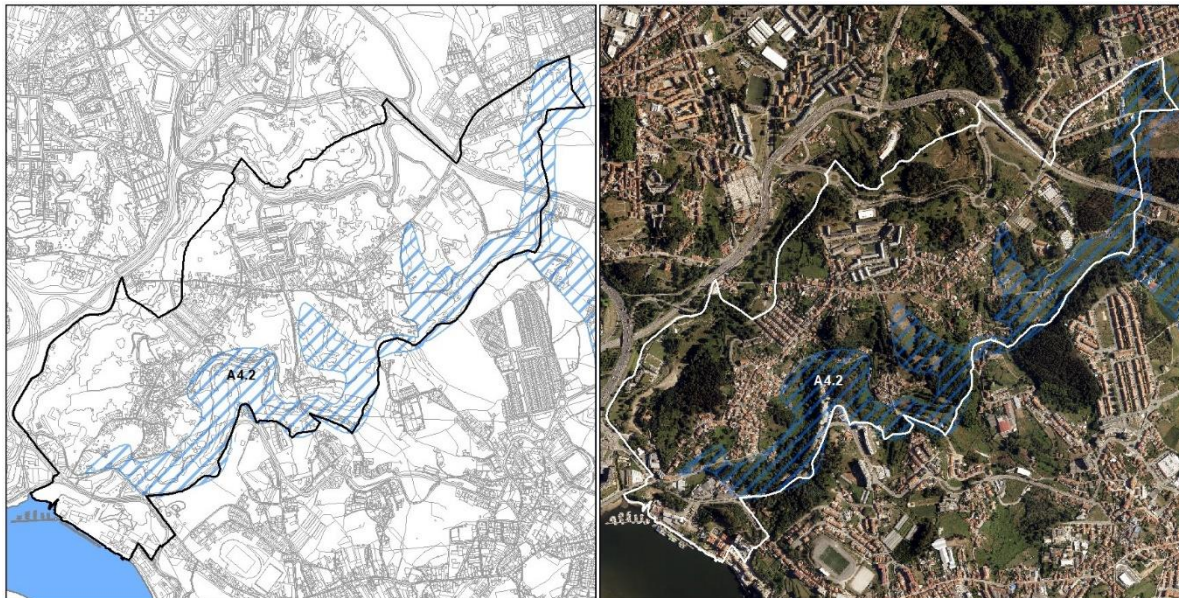
Investimento	
Estimativa	Natureza
1 162 560 € (não inclui demolições, movimentos de terras, expropriações, aquisição de terrenos, estudos e projetos das empreitadas)	Pública e privada

Fonte potencial de financiamento
Municipal; Comunitário (Portugal 2030 - Programa Regional do Norte 2021-2027) e (LIFE – Sub Programa Natureza e Biodiversidade) e (LIFE – Sub Programa de Mitigação e Adaptação às Alterações Climáticas)

Cronograma previsual																			
2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033										
		.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.

A4.2.

Criação de projetos inovadores no domínio das *NbS* (Nature-based Solutions)


Descrição

O vale do rio Torto possui características ambientais bem vinculadas pelo contexto rural, associadas a uma morfologia urbana orgânica não planeada, ajustada à orografia do terreno. Na bacia do rio Torto, subsiste uma comunidade com forte sentimento de pertença, a qual se atribui um papel fundamental na preservação da autenticidade deste lugar. O vale representa em suma um espaço com especial apetência para implementar iniciativas na área da sustentabilidade ambiental, focadas no uso dos recursos e no valor económico e social, mais ou menos inovadoras, com efeitos palpáveis na resiliência do território, mitigadoras do impacto urbano e ambiental de riscos vários, cada vez mais frequentes.

O termo *Nature-based Solutions (NbS)* criado pela União Europeia, *soluções baseadas na natureza*, em português, é um conceito abrangente que contempla soluções de engenharia que mimetizam os processos naturais, numa variedade de abordagens relacionadas com os ecossistemas inseridos no ambiente urbano. Implementadas individualmente ou integradas com outras soluções de engenharia clássica, visam um ambiente urbano mais sustentável, resiliente e saudável.

Neste sentido pretende-se com esta Ação gerar massa crítica, para investigar e propor soluções baseadas na natureza, considerando as seguintes iniciativas:

- Envolver centros de conhecimento e investigadores nas áreas da engenharia do ambiente da arquitetura e da paisagem para novas ideias e soluções
- Experimentar modelos de construção ecológica e sustentável, dirigida às atividades ambientais na bacia do rio Torto

- Adotar modelos colaborativos, integrados e sistemáticos envolvendo os atores locais no processo de implementação de NbS

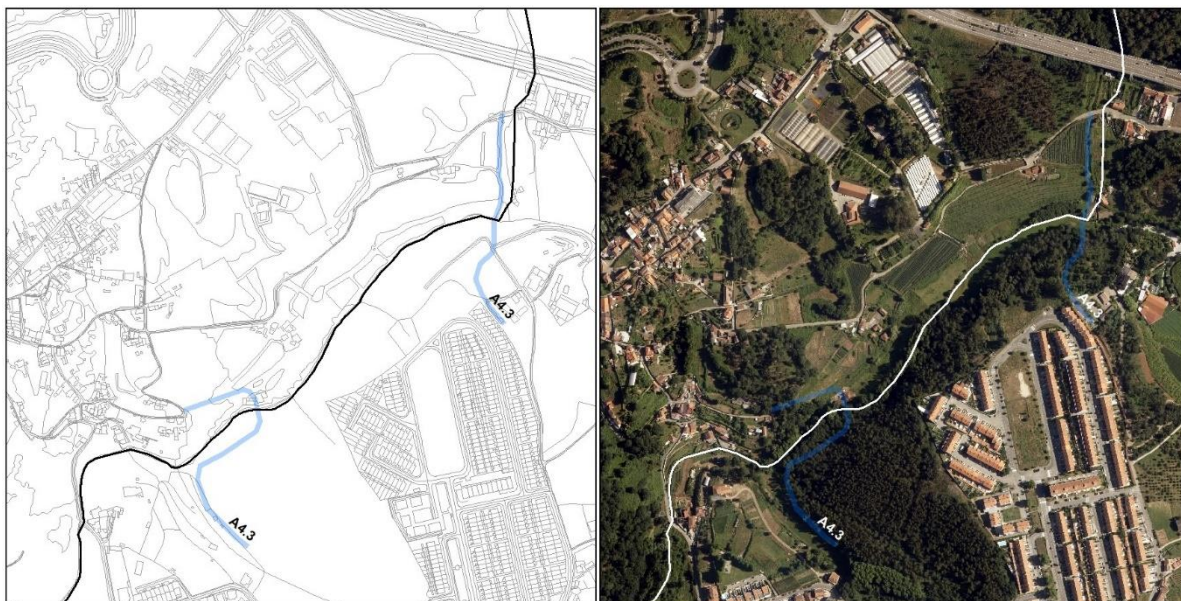
Tipo de intervenção	Principais entidades a envolver
Ações imateriais	CMP/ Outras Instituições

Investimento	
Estimativa Investimento indireto (IND) – corresponderá à afetação de recursos materiais e humanos na dependência das entidades envolvidas	Natureza Pública ou privada

Fonte potencial de financiamento
Municipal; Comunitário (Portugal 2030 - Programa Regional do Norte 2021-2027) e (LIFE – Sub Programa Natureza e Biodiversidade) e (LIFE – Sub Programa de Mitigação e Adaptação às Alterações Climáticas)

Cronograma previsional																			
2024		2025		2026		2027		2028		2029		2030		2031		2032		2033	
		.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.

A4.3. Valorização das ligações viárias e pedonais intermunicipais



Descrição

Parte significativa da fronteira administrativa com o concelho de Gondomar é estabelecida pelo leito do rio Torto. Há registo de antigos pontos de atravessamento entre as margens tais como a “ponte do gato”, a “ponte do moinho” ou a “ponte da azenha de baixo”. Muito utilizados pela população nas suas deslocações diárias, o valor patrimonial identitário destes percursos de articulação entre núcleos locais, justifica a recuperação destas velhas ligações de carácter reticular. O propósito desta Ação será da reposição de antigas ligações pedonais intermunicipais através das margens do rio valorizando assim o corredor ecológico.

As intervenções a considerar são as seguintes:

- Reconstruir a ponte da quinta do moinho e respetivo caminho pedonal intermunicipal entre a rua de Furamontes e a rua da Capela da Lagoa (Valbom, Gondomar)
- Reconstruir a ponte da azenha de baixo e respetivo caminho pedonal intermunicipal entre a rua das Águas Férreas de Campanhã e a rua de Bailão, Lagoa (Valbom, Gondomar)
- Desmatar a envolvente aos caminhos eliminando arbóreas invasoras
- Instalar as infraestruturas adequadas necessárias

Tipo de intervenção	Principais entidades a envolver
Rede viária e Espaço público	CMP

Medições		
Área de intervenção		
Caminhos pedonais	100€/m²	2295m² (765x3m)
Espaço público	50€/m²	24310m²

Investimento		
Estimativa		Natureza
Calçadas e caminhos	229 500€	Pública
Espaço público	1 215 500€	
Total	1 445 000 €	

Fonte potencial de financiamento
Municipal; Comunitário (Portugal 2030 - Programa Regional do Norte 2021-2027)

Cronograma previsional																			
2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033										
			.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.

PE5. FRENTE RIBEIRINHA

EE1. Ambiente natural e urbano qualificado
EE7. Iniciativas de escala supra-local



Limite | ARU Azevedo

PE5. Frente ribeirinha

- A5.1. Criação de espaços de fruição na envolvente da marina do Freixo
- A5.2. Promoção de corredor verde-âncora na frente ribeirinha conectado ao vale dos rios Tinto e Torto

Objetivos estratégicos

OE1	Afirmar Azevedo como espaço urbano baseado no equilíbrio do suporte natural com a herança patrimonial edificada
OE4	Potenciar a base económica, diversificada e articulada com os ativos territoriais e ambientais, capaz de gerar crescimento socioeconómico

Objetivos específicos

OES1	Promover a continuidade ecológica e a fruição através da requalificação paisagística e ambiental do vale dos rios Tinto e Torto
OES2	Estimular a biodiversidade associada à reabilitação de linhas de água
OES3	Fomentar projetos inovadores no domínio das <i>NbS</i> – ambiente, energia, economia circular e neutralidade carbónica.
OE20	Apostar na instalação e desenvolvimento de equipamentos-âncora tendo em vista a afirmação territorial de Azevedo num forte ativo da Cidade
OE21	Promover a excelência dos ativos naturais de uso público em afirmação - parque urbano Oriental e a frente Fluvial - indutores de atração turística, forasteiros e visitantes ocasionais

Descrição

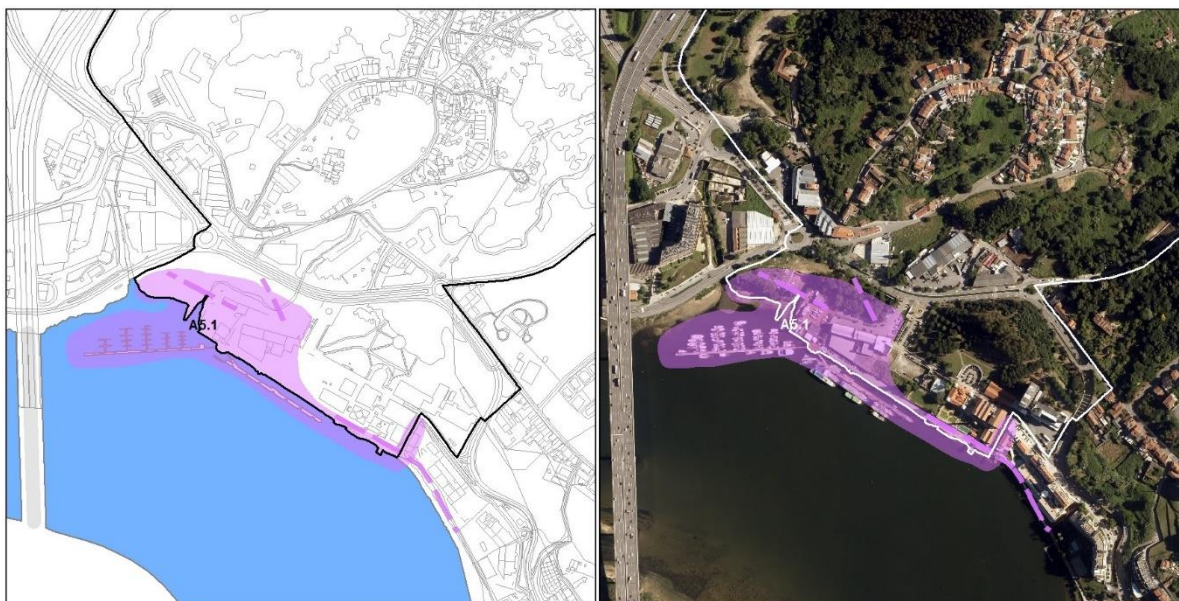
A frente ribeirinha do Freixo ou Esteiro de Campanhã (lugar onde durante séculos uma pequena comunidade se dedicava à pesca e ao comércio fluvial no rio Douro) é hoje um espaço de fruição e lazer associado à marina do Freixo, cais de abrigo de pequenas e médias embarcações turísticas e de recreio. O Freixo é a unidade territorial e Azevedo que possui maior visibilidade à escala da Área Metropolitana do Porto. Apesar da elevada atratividade do sector mais oriental da frente fluvial do Douro, conferida pela qualidade ambiental e paisagística, esta ainda padece de défices significativos do ponto de vista da continuidade formal e da qualificação do espaço de uso público. As duas ações previstas neste projeto incidem na valorização dos seus ativos naturais e na requalificação do espaço público da frente ribeirinha. Tal compreenderá a revitalização de equipamentos e infraestruturas mais relevantes, associada à criação do corredor verde-âncora conectado ao vale dos rios Tinto e Torto.

Ações

- A5.1.** Criação de espaços de fruição na envolvente da marina do Freixo
- A5.2.** Promoção de corredor verde-âncora na frente ribeirinha conectado ao vale dos rios Tinto e Torto

EE1	EE2	EE3	EE4	EE5	EE6	EE7	EE8
Ambiente natural e urbano qualificado	Valorização do património edificado	Estruturação e conectividade integradas	Funções urbanas qualificadas	Vitalidade urbana e coesão social	Economia, inovação, formação e emprego qualificado	Iniciativas de escala supra-local	Inovação na comunicação e envolvimento em soluções
• • • •	• • • •	• • •	• • •	• • • •	• • •	• • •	—

A5.1. Criação de espaços verdes de fruição na envolvente da marina do Freixo



Descrição

A frente fluvial do rio Douro constituída pela marina do Freixo juntamente com o reabilitado Palácio do Freixo, confere ao lugar o maior dos significados no contexto da cidade do Porto em termos da sua qualidade formal, ambiental, arquitetónica e paisagística.

Contudo o lugar carece de uma reorganização coerente com as necessidades funcionais associadas ao sector turístico e de lazer, sendo necessária uma profunda reorganização formal do espaço público garantindo a continuidade ao longo da frente de água.

Esta Ação tem por objeto a qualificação do conjunto deste espaço, tendo em vista o usufruto pedonal e ciclável e corresponder em simultâneo às necessidades funcionais das estruturas existentes relacionadas com as embarcações de recreio e turismo atracadas no cais, mas também dar resposta a outras valências relacionadas com as atividades do sector do turismo tais como o alojamento e a restauração e ainda do destino incerto para o Museu Nacional da Imprensa. Face a estas diferentes valências, esta Ação pressupõe um estudo urbanístico de conjunto que equacione uma resposta integrada a estas necessidades.

Esta ação compreende as seguintes intervenções:

- Requalificar a frente ribeirinha desde a foz do rio Tinto até ao limite do concelho articulada com o passadiço do Gramido
- Recuperar a ponte do rio Torto conectando-a ao espaço fronteiro ao Museu da Imprensa
- Recuperar a ponte sobre o rio Torto junto à Marina conectando-a com o passeio da marginal do Douro (avenida de Paiva Couceiro)

Tipo de intervenção	Principais entidades a envolver
Espaço público	CMP
Espaços verdes	CMP e privado
Mobilidade suave	CMP e privado

Medições		
Área de intervenção		
Caminhos pedonais	100€/m²	1026m² (342x3m)
Espaço público	50€/m²	52637m²

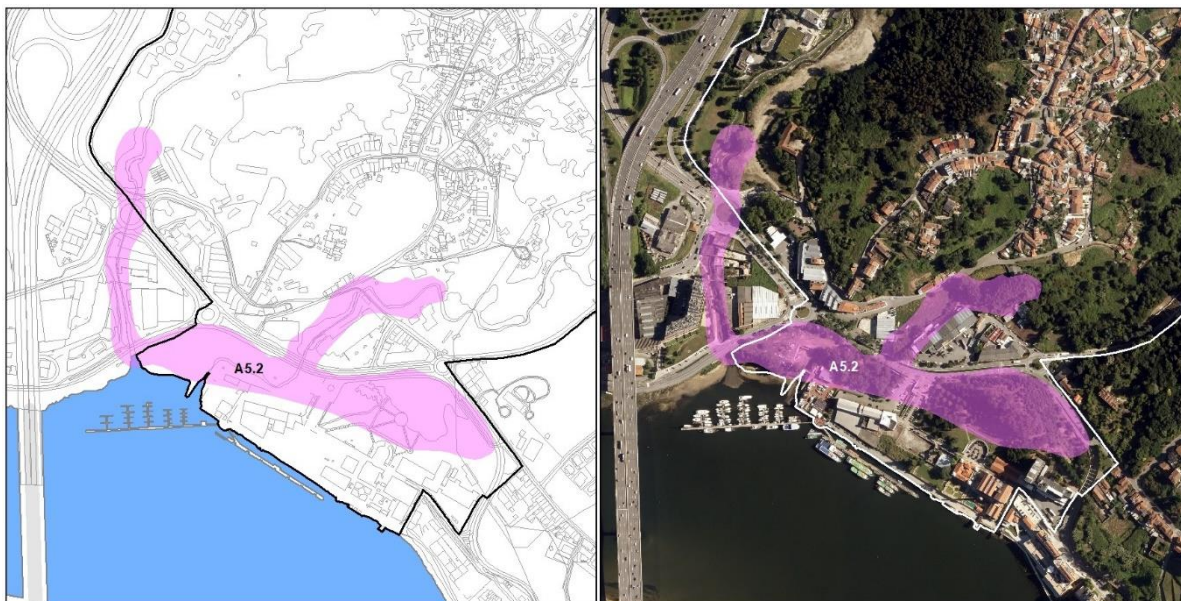
Investimento		
Estimativa		Natureza
Caminhos pedonais	102 600€	Pública e privada
Espaço público	2 631 850€	
Total	2 734 450 €	

Fonte potencial de financiamento
Municipal; Comunitário (Portugal 2030 - Programa Regional do Norte 2021-2027) e (LIFE – Sub Programa Natureza e Biodiversidade) e Fundo Ambiental (Mitigação das Alterações Climáticas)

Cronograma previsional																			
2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033										
		.	.	.	.	.	.												

A5.2.

Promoção de corredor verde-âncora na frente ribeirinha conectado ao vale dos rios Tinto e Torto



Descrição

A valorização da frente ribeirinha incluiu não só os trechos finais dos rios Tinto e Torto, mas também a mancha vegetal e arbórea que os acompanha até ao Esteiro de Campanhã. Com efeito, não deve ser dissociada a componente ecológica e paisagista na reorganização deste espaço.

Para o equilíbrio ambiental do conjunto o corredor verde que acompanha os rios Tinto e Torto, assente em galeria ripícola arbórea contínua, será conectado ao espaço alargado na frente do rio Douro e da Marina, estabelecendo-se assim a continuidade do corredor verde que percorre Azevedo de Campanhã e possui um enorme potencial de fruição, impondo-se como um imenso ativo ambiental.

Esta Ação compreende as seguintes intervenções:

- Promover a continuidade do corredor verde-âncora dos vales dos rios Tinto e Torto ao Esteiro de Campanhã junto à marina do Freixo
- Articular os percursos com as vias existentes em articulação com o corredor verde
- Renaturalizar os espaços necessários à formalização do corredor verde-âncora
- Adaptar as ligações rodoviárias existentes às necessidades de mobilidade suave e pedonal

Tipo de intervenção	Principais entidades a envolver
Espaços verdes	CMP

Medições		
Área de intervenção		
Espaços verdes públicos	60€/m²	70 243 m²

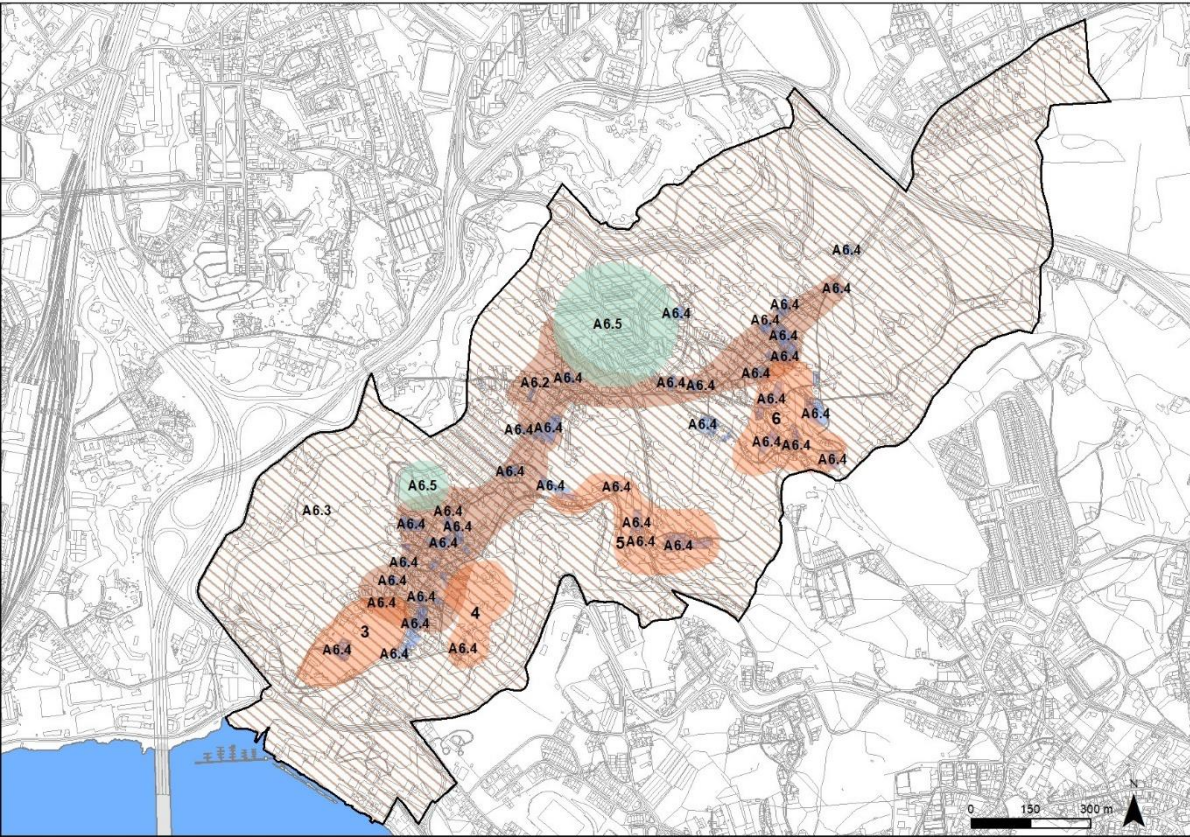
Investimento	
Estimativa 4 214 580€ (não inclui demolições, movimentos de terras, expropriações, aquisição de terrenos, estudos e projetos das empreitadas)	Natureza Pública

Fonte potencial de financiamento
Municipal; Comunitário (Portugal 2030 - Programa Regional do Norte 2021-2027) e (LIFE – Sub Programa Natureza e Biodiversidade) e Fundo Ambiental (Mitigação das Alterações Climáticas)

Cronograma previsional																			
2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033										
		.	.	.	.	.	.	.	.										

PE6. PATRIMÓNIO EDIFICADO, CONJUNTOS E LUGARES

- EE2. Valorização do património edificado
- EE4. Funções urbanas qualificadas
- EE6. Economia, inovação, formação e emprego qualificado
- EE7. Iniciativas de escala supra-local



Limite | ARU Azevedo

PE6. Património edificado, conjuntos e lugares

- A6.1. Elaboração de estudo para o reordenamento e a qualificação urbana
- A6.2. Valorização patrimonial e socioeconómica do eixo de S. Pedro - Meiral - Azevedo
- A6.3. Reabilitação do edificado degradado
- A6.4. Reabilitação do edificado tipo “ilha”
- A6.5. Reabilitação do edificado tipo “bairro social”

Núcleos urbanos

- 3 - Bacelo 4 - Levada 5 - Granja 6 - Furamontes

Objetivos estratégicos

OE1	Afirmar Azevedo como espaço urbano baseado no equilíbrio do suporte natural com a herança patrimonial edificada
OE3	Incentivar a reabilitação do edificado, a multifuncionalidade e a instalação de equipamentos de referência qualificadores da vida urbana
OE4	Potenciar a base económica, diversificada e articulada com os ativos territoriais e ambientais, capaz de gerar crescimento socioeconómico

Objetivos específicos

OES4	Incentivar a reabilitação do edificado e a requalificação funcional
OES5	Valorizar e divulgar os bens culturais e o património edificado
OES11	Implementar uma distribuição criteriosa dos equipamentos estruturantes e de proximidade
OES12	Fomentar modelos habitacionais acessíveis adequados ao tecido social, fora das dinâmicas especulativas do mercado
OES13	Incentivar a instalação de atividades relevantes geradoras de fluxos, nos sectores de serviços, comércio, indústria e turismo
OES17	Consolidar e reforçar as infraestruturas nos espaços do PDM para atividades económicas, com primazia à indústria e serviços de tecnologia limpa, produtos e serviços sustentáveis
OES18	Promover ações de revitalização do tecido empresarial, tendo em vista a promoção da oferta e o reforço da empregabilidade
OES19	Apoiar a requalificação e instalação de comércio e de serviços de proximidade
OES20	Apostar na instalação e desenvolvimento de equipamentos-âncora tendo em vista a afirmação territorial de Azevedo num forte ativo da Cidade
OES21	Promover a excelência dos ativos naturais de uso público em afirmação - parque urbano Oriental e frente Fluvial - indutores de atração turística, forasteiros e visitantes ocasionais

Ações

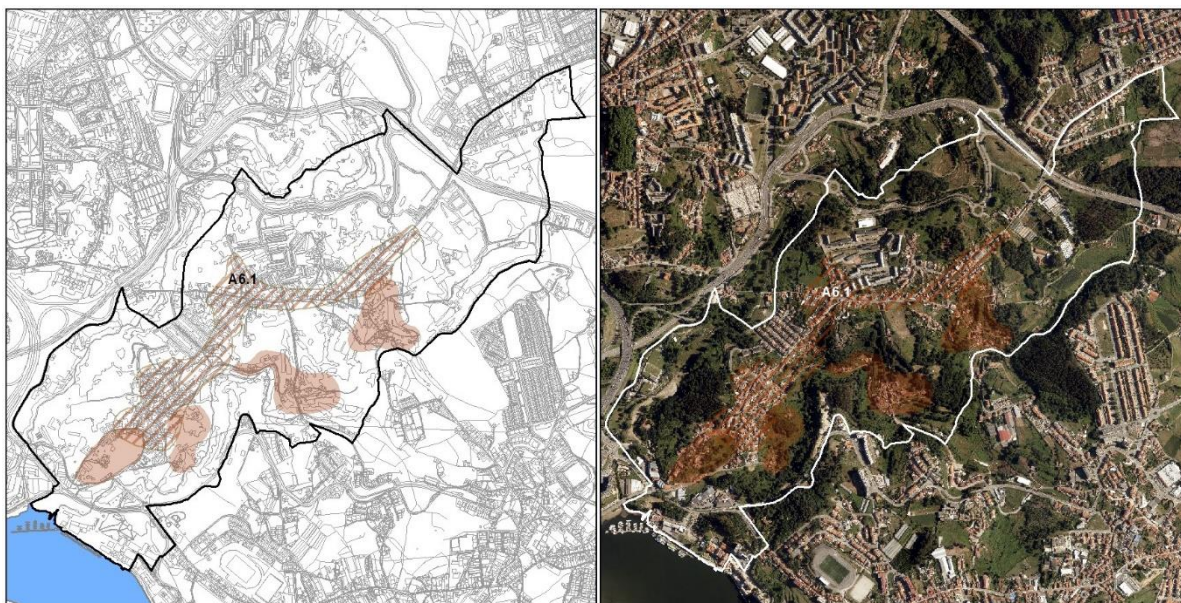
A6.1.	Elaboração de estudo para reordenamento e qualificação urbana
A6.2.	Valorização patrimonial e socioeconómica do eixo S. Pedro – Meiral – Azevedo
A6.3.	Reabilitação do edificado degradado
A6.4.	Reabilitação do edificado tipo “ilha”
A6.5.	Reabilitação do edificado tipo “bairro social”

Descrição

Este projeto centra-se no reforço do sistema funcional de Azevedo de Campanhã através do estímulo à fixação de população e de atividades económicas, assim como à diversificação das suas funções urbanas de proximidade. Em virtude da presença significativa de ativos de carácter patrimonial, traduz-se sobretudo na valorização dos diversos núcleos históricos, de dimensão variável (edificado e espaços exteriores associados do tipo núcleo rural, quinta, assento de lavoura, quinteiro), dispersos pelo território. Para o efeito são estabelecidas cinco (5) Ações: 1 - Identificação de situações críticas tendo em vista o seu reordenamento e qualificação, através de um estudo urbano que aponte as melhores soluções para cada contexto; 2 - Consolidar a vocação do eixo S. Pedro-Meiral-Azevedo, fundamental para a dinamização urbana; 3 - Reabilitação integral de edifícios em propriedade privada; 4 - Orientada para as “ilhas”; 5: Dirigida aos “bairros sociais”. Pretende-se atuar através da conjugação dos vários programas de apoio disponibilizados em domínios tais como: a habitação pública e privada; o apoio ao pequeno comércio e serviços; a construção e reabilitação; a habitação acessível; os equipamentos coletivos e o espaço público.

EE1	EE2	EE3	EE4	EE5	EE6	EE7	EE8
Ambiente natural e urbano qualificado	Valorização do património edificado	Estruturação e conectividade integradas	Funções urbanas qualificadas	Vitalidade urbana e coesão social	Economia, inovação, formação e emprego qualificado	Iniciativas de escala supra-local	Inovação na comunicação e envolvimento em soluções
••	••••	•••	•••	••••	•••	•••	••

A6.1. Elaboração de estudo para o reordenamento e a qualificação urbana



Descrição

Os conjuntos e lugares mais antigos de Azevedo, essencialmente residenciais, possuem uma morfologia urbana muito variável em resultado de um crescimento lento dos aglomerados, separados por descontinuidades territoriais significativas, com prejuízo para os sistemas patrimonial, funcional e de mobilidade.

Pretende-se nesta Ação proceder ao aprofundamento do diagnóstico territorial de modo a identificar as situações críticas das várias componentes do sistema urbano. Propõe-se uma reflexão técnica bem informada a partir da qual seja possível desenhar soluções integradas para este conjunto de espaços urbanos, tendo como foco a melhoria das condições de vida da população através de um incremento substancial do contexto territorial de desenvolvimento esperado.

Para o efeito, esta Ação deverá contar com o envolvimento do departamento municipal de gestão do património cultural, considerando as competências no inventário, salvaguarda, valorização e divulgação dos bens culturais e o património edificado. Bem como aos recursos que dispõe e ao conhecimento já desenvolvido, com destaque para um conjunto diversificado de bens patrimoniais identificados, e que concorrem para a imagem coesa da configuração das estruturas e recursos locais deste território.

Este trabalho colaborativo afigura-se decisivo para a salvaguarda da identidade histórica, cultural e ambiental de Azevedo de Campanhã.

Esta Ação compreende as seguintes atividades:

- Levantamento rigoroso e aprofundado das várias componentes do sistema urbano
- Elaboração do estudo urbanístico referência base de implementação do projeto urbano

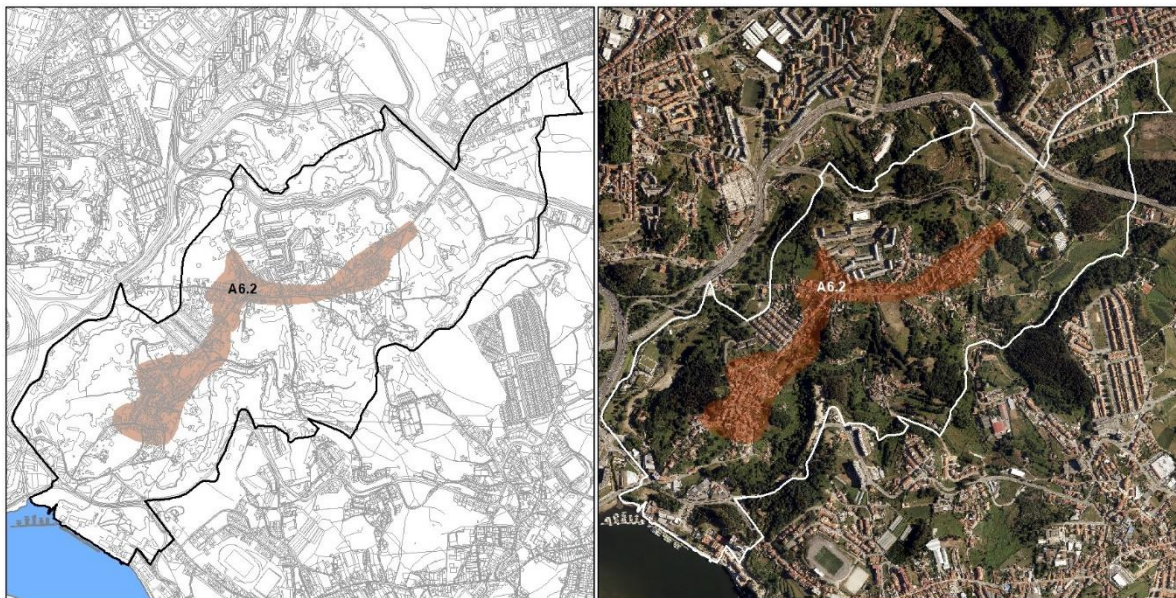
Tipo de intervenção	Principais entidades a envolver
Ações imateriais	CMP

Medições	
Área de intervenção	
Área de estudo	182 045m²

Investimento	
Estimativa	Natureza
Investimento indireto (IND) – corresponderá à afetação de recursos materiais e humanos na dependência das entidades envolvidas	Pública

Fonte potencial de financiamento
Municipal; Comunitário (Portugal 2030 - Programa Regional do Norte 2021-2027); Plano de Recuperação e Resiliência (PRR): Componente C2 – Habitação (Investimento RE-C02-i01: 1.º Direito Programa de Apoio ao Acesso à Habitação) e PRR: Componente C3 - Respostas Sociais; Programa Reabilitar para Arrendar - Habitação Acessível (RPA-HA); Fundo Nacional de Reabilitação do Edificado (FNRE); IFRRU - Instrumento Financeiro para a Reabilitação e Revitalização Urbanas

Cronograma previsional																	
2024		2025		2026		2027		2028		2029		2030		2031		2032	
.	.	.	.	.	.												

A6.2.
Valorização patrimonial e socioeconómica do eixo S. Pedro - Meiral - Azevedo

Descrição

O sistema funcional de Azevedo, no que se refere à economia urbana de proximidade, centra-se no eixo de dinamização urbana da rua do Meiral, situada a linha de fecho dos vales dos rios Tinto e Torto. O eixo do Meiral, com início no largo de S. Pedro, prolonga-se pela rua de Azevedo junto ao Lagarteiro até às Areias.

Ao longo deste trajeto surgem estabelecimentos de pequeno comércio e serviços, cuja antiguidade é por vezes bem notória. Estes ativos patrimoniais e socioeconómicos realçam a importância deste eixo urbano no contexto de Azevedo de Campanhã incontornável para o objetivo de dinamização social e urbana que se pretende para este território. A Ação compreende ainda a promoção da eficiência energética dos edifícios e o uso das energias renováveis em linha com o projeto *Green Porto*, ou do *Cultural and Creative Porto* (ambos identificados na PULSAR²).

As atividades e intervenções a levar a efeito são as seguintes:

- Conjugar programas públicos de apoio ao pequeno comércio e serviços dirigidos ao eixo de dinamização urbana do Meiral, ex: *App* e *Website Shop in Porto*, promoção de Feira Biológica, articulação com a *Invest Porto* para divulgação junto de potenciais investidores de alojamento turístico, etc.
- Requalificar os espaços urbanos envolventes privilegiando o transporte público e a circulação pedonal
- Distribuir a restante circulação rodoviária por canais alternativos
- Reforçar o Porto como polo cultural agregador e promotor da cultura e do património, trazendo à luz do público as características endógenas deste território, através da produção de documentários, visitas virtuais e espaços patrimoniais e museus, *storytelling* digital, experiências de *gaming*, exposições virtuais, etc.

² Pulsar: Estratégia de Desenvolvimento Económico do Porto

Tipo de intervenção	Principais entidades a envolver
Ações imateriais	CMP

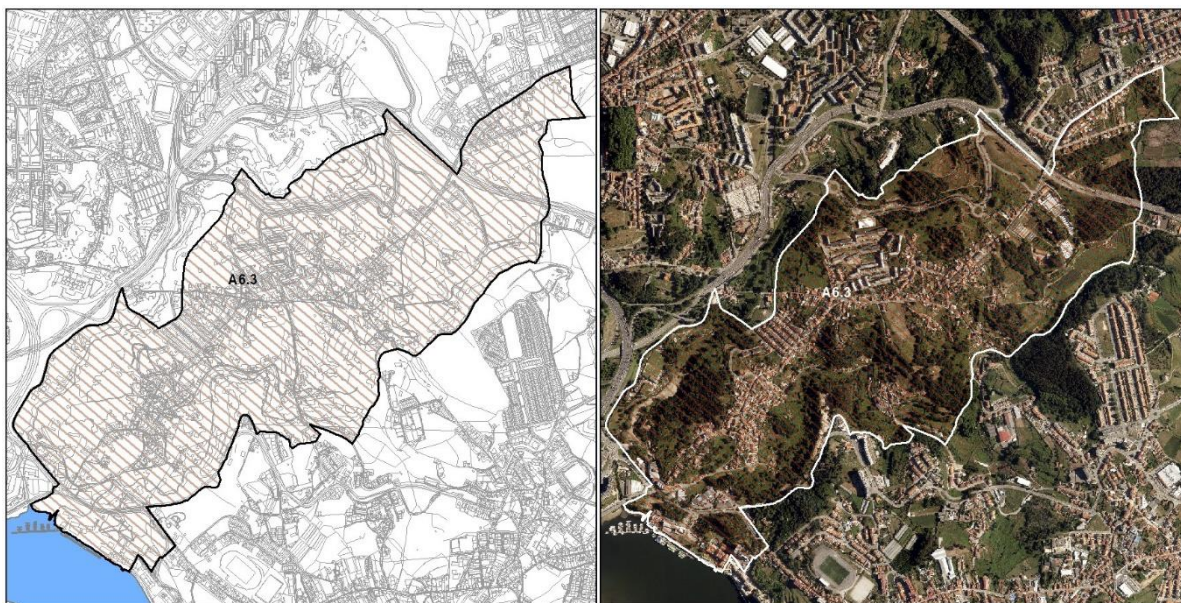
Medições	
Área de intervenção	
Eixo S. Pedro - Meiral - Azevedo	211 448m²

Investimento	
Estimativa	Natureza
Investimento indireto (IND) – corresponderá à afetação de recursos materiais e humanos na dependência das entidades envolvidas	Pública e privada

Fonte potencial de financiamento
Municipal; Comunitário (Portugal 2030 - Programa Regional do Norte 2021-2027); Plano de Recuperação e Resiliência, (PRR): Componente C2 – Habitação (Investimento RE-C02-i01: 1.º Direito Programa de Apoio ao Acesso à Habitação) e PRR: Componente C3 - Respostas Sociais; Programa Reabilitar para Arrendar - Habitação Acessível (RPA-HA); Fundo Nacional de Reabilitação do Edificado (FNRE); IFRRU - Instrumento Financeiro para a Reabilitação e Revitalização Urbanas

Cronograma previsional																			
2024		2025		2026		2027		2028		2029		2030		2031		2032		2033	
				.	.	.	.	.	.	.	.	.	.						

A6.3. Reabilitação do edificado degradado



Descrição

A reabilitação de edifícios em propriedade privada inseridos na ARU de Azevedo, classificados de acordo com o estado de conservação e as tipologias de utilização, é objeto desta Ação. Para o efeito da ORU, teve-se em conta a avaliação efetuada em fase do diagnóstico territorial sustentado na observação pelo exterior dos edifícios, para a definição de uma estimativa do esforço global de investimento por parte dos proprietários dos imóveis, sem prejuízo da certificação do estado de conservação dos imóveis, estabelecida pelo Decreto-Lei n.º 266-B/2012, de 31 de dezembro.

A presente Ação compreende ainda a promoção da eficiência energética dos edifícios e o uso das energias renováveis em linha com o projeto *Green Porto*.

Com base no levantamento do edificado procedeu-se a uma estimativa da área bruta de construção (*abc*) a intervencionar bem como o nível de intervenção necessário:

Estado de conservação	Nível de intervenção	Descrição da intervenção
Razoável (Obras ligeiras)	Intervenção ligeira	Intervenções ligeiras de manutenção das fachadas e coberturas
Razoável (Obras profundas)	Intervenção profunda	Intervenções nas coberturas, substituição de redes técnicas, reformulação de espaços interiores, em particular cozinhas e instalações sanitárias
Mau/ruína	Reconstrução	Intervenções na organização interior da edificação, alterações de fundo na estrutura, nas fachadas ou nas coberturas e/ou construção nova

Tipo de intervenção
Principais entidades a envolver

Reabilitação do edificado

Privados, Município

Com base no levantamento do edificado procedeu-se a uma estimativa da área de construção a intervencionar bem como o nível de intervenção necessário. Para o cálculo da abc³ considera-se o polígono de implantação do edifício multiplicado pelo número de pisos acima da cota de soleira.

Medições

Estado de conservação	Nível de intervenção	Nº de edifícios	Área de construção (m²)
Razoável (Obras ligeiras)	Intervenção ligeira	260	41 335
Razoável (Obras profundas)	Intervenção profunda	118	15 194
Mau/Ruína	Reconstrução	163	21 552
Área total de intervenção estimada			78 081m²

Investimento privado estimado (não incluindo demolições, estudos e projetos das empreitadas)

Nível de intervenção	Valor (€/m²)	Investimento (€)
Intervenção ligeira	400	16 534 000
Intervenção profunda	900	13 674 600
Reconstrução	1650	35 560 800
Investimento total estimado		65 769 400

Fonte potencial de financiamento

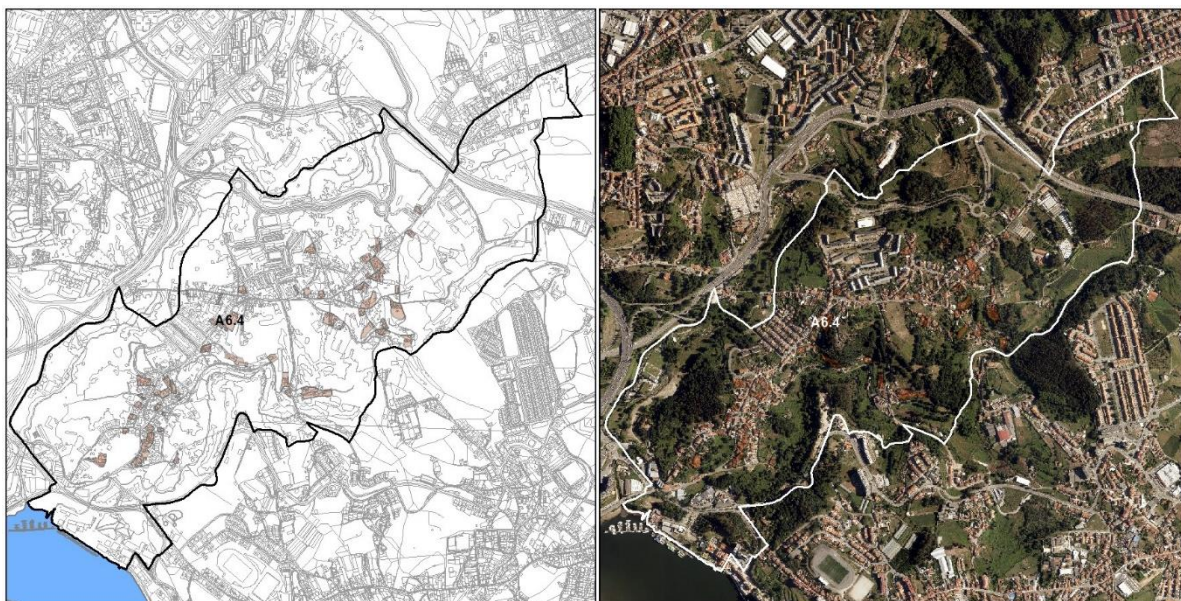
Comunitário (Portugal 2030 - Programa Regional do Norte 2021-2027); Plano de Recuperação e Resiliência (PRR): Componente C2 – Habitação (Investimento RE-C02-i01: 1.º Direito Programa de Apoio ao Acesso à Habitação) e PRR: Componente C3 - Respostas Sociais; Programa Reabilitar para Arrendar - Habitação Acessível (RPA-HA); Fundo Nacional de Reabilitação do Edificado (FNRE); IFRRU - Instrumento Financeiro para a Reabilitação e Revitalização Urbanas

Cronograma previsional

2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033
•	•	•	•	•	•	•	•	•	•

³ Área bruta de construção

A6.4. Reabilitação do edificado tipo “ilha”



Descrição

Esta Ação é orientada para o edificado tipo “ilha” através de levantamento aprofundado às condições de salubridade, habitabilidade, morfologia e inserção urbana, tendo em vista uma possível reabilitação destes aglomerados, incluindo a caracterização de outras variáveis tais como a titularidade do solo e a legalidade urbanística. O diagnóstico territorial⁴, datado a 2015, identificou 67 aglomerados tipo “ilha” ocupando cerca de 53,5 ha (2,9% da ARU) numa média de 7 fogos por aglomerado, 470 dos quais estão habitados.

Pretende-se, sempre que possível, manter e qualificar a habitabilidade destes conjuntos, criando as melhores condições tipológicas, funcionais, arquitetónicas e paisagísticas adequadas ao contexto de Azevedo de Campanhã.

As atividades e intervenções a levar a efeito são as seguintes:

- Levantamento das condições de habitabilidade do edificado
- Identificação das “Ilhas” passíveis de reabilitação
- Identificação cadastral e patrimonial
- Definir programa de realojamento
- Definição das tipologias de reabilitação
- Reabilitar a “ilha” e o espaço urbano envolvente

⁴ ‘Ilhas’ do Porto - Levantamento e Caracterização, Instituto da Construção da Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto, 2015.

Tipo de intervenção
Principais entidades a envolver

Reabilitação de “ilha”

Privados, Município

Com base no levantamento do edificado tipo “ilha” de 2015, procedeu-se a uma estimativa da área de construção a intervencionar bem como o nível de intervenção necessário. Para o cálculo da abc considera-se o polígono de implantação do edifício multiplicado pelo número de pisos acima da cota de soleira.

Medições

Estado de conservação	Nível de intervenção	Área de construção (m²)
Razoável (Obras ligeiras)	Intervenção ligeira	4210
Razoável (Obras profundas)	Intervenção profunda	3770
Mau/Ruína	Reconstrução	5735
Área total de intervenção estimada		13 715

Investimento privado estimado

Nível de intervenção	Valor (€/m²)	Investimento (€)
Intervenção ligeira	400	1 684 000
Intervenção profunda	900	3 393 000
Reconstrução	1650	9 462 750
Investimento total estimado		14 539 750

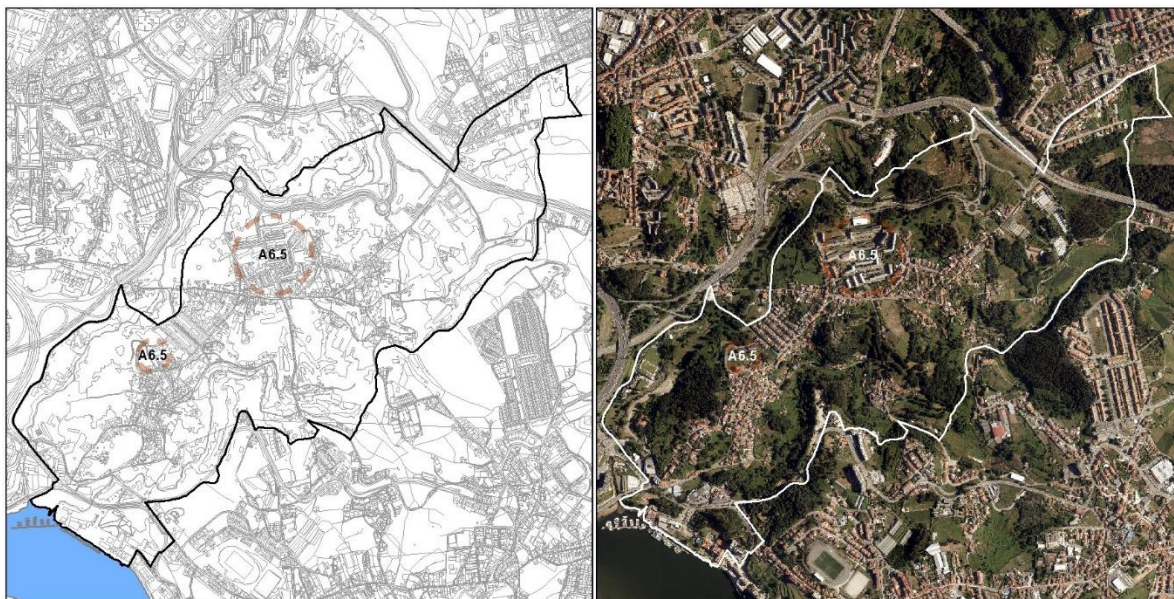
Fonte potencial de financiamento

Municipal; Comunitário (Portugal 2030 - Programa Regional do Norte 2021-2027); Plano de Recuperação e Resiliência (PRR): Componente C2 – Habitação (Investimento RE-C02-i01: 1.º Direito Programa de Apoio ao Acesso à Habitação) e PRR: Componente C3 - Respostas Sociais; Programa Reabilitar para Arrendar - Habitação Acessível (RPA-HA); Fundo Nacional de Reabilitação do Edificado (FNRE); IFRRU - Instrumento Financeiro para a Reabilitação e Revitalização Urbanas

Cronograma previsional

2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033
.	.	.	.	.	.	.	.	.	.

A6.5. Reabilitação do edificado tipo “bairro social”



Descrição

Esta Ação compreende a reabilitação de dois conjuntos de edifícios de habitação social pública nomeadamente o bairro social municipal do Lagarteiro e o bairro social da Polícia de Segurança Pública (PSP), sito à rua de Costa Barreto. Enquanto o bairro do Lagarteiro foi alvo de uma reabilitação municipal profunda em 2010, já o bairro da PSP (beneficiários dos Serviços Sociais da PSP) não teve qualquer intervenção desde a sua construção nos anos 70 do séc. XX. Se por um lado as intervenções no Lagarteiro serão mais ao nível de determinadas unidades habitacionais e no espaço público, no caso do edificado da PSP os dois blocos habitacionais apresentam-se com graves patologias funcionais e lacunas no espaço público envolvente.

As atividades e intervenções a levar a efeito são as seguintes:

- Levantamento das condições de habitabilidade do edificado
- Definição das tipologias de reabilitação
- Reabilitar o edificado e o espaço urbano envolvente

Tipo de intervenção	Principais entidades a envolver
Reabilitação de edifícios de habitação social	Estado (Ministério da Administração Interna), Município

Com base no levantamento do edificado procedeu-se a uma estimativa da área de construção a intervencionar bem como o nível de intervenção necessário. Para o cálculo da abc considera-se o polígono de implantação do edifício multiplicado pelo número de pisos acima da cota de soleira.

Medições		
Estado de conservação	Nível de intervenção	Área de construção (m²)
Razoável (Obras ligeiras)	Intervenção ligeira	0
Razoável (Obras profundas)	Intervenção profunda	780
Mau/Ruína	Reconstrução	0
Área total de intervenção estimada		780

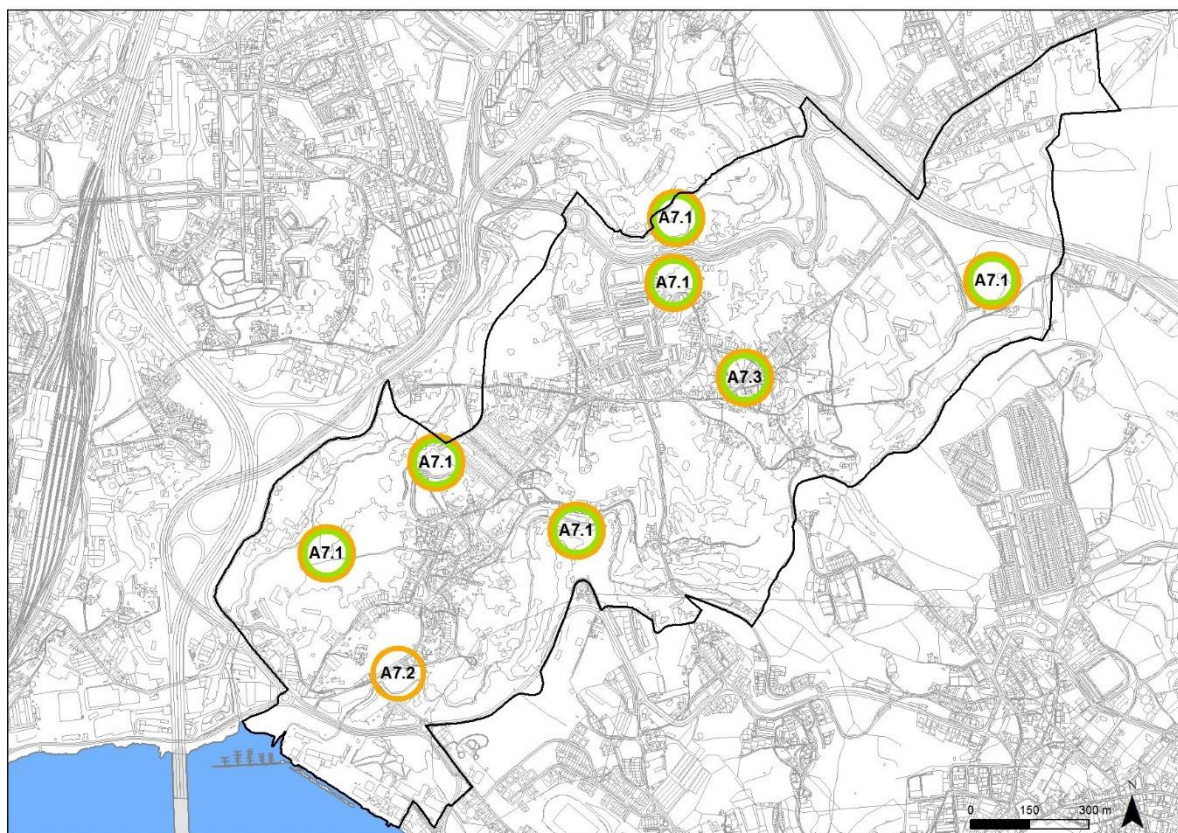
Investimento privado estimado		
Nível de intervenção	Valor (€/m²)	Investimento (€)
Intervenção ligeira	400	0
Intervenção profunda	900	702 000
Reconstrução	1650	0
Investimento total estimado		702 000

Fonte potencial de financiamento
Municipal; Comunitário (Portugal 2030 - Programa Regional do Norte 2021-2027); Plano de Recuperação e Resiliência (PRR): Componente C2 – Habitação (Investimento RE-C02-i01: 1.º Direito Programa de Apoio ao Acesso à Habitação) e PRR: Componente C3 - Respostas Sociais; Programa Reabilitar para Arrendar - Habitação Acessível (RPA-HA); Fundo Nacional de Reabilitação do Edificado (FNRE); IFRRU - Instrumento Financeiro para a Reabilitação e Revitalização Urbanas

Cronograma previsional																			
2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033										
		.	.	.	.	.	.	.	.										

PE7. EQUIPAMENTOS COLETIVOS

EE4. Funções urbanas qualificadas



□ Limite | ARU Azevedo

PE7. Equipamentos coletivos

- A7.1. Instalação de pequenos equipamentos do tipo, Dog park, Kid park e Radical spot, associados às áreas de fruição coletiva
- A7.2. Reabilitação do campo de futebol juvenil da Associação Branco e Negro, Vitória e Campanhã, na rua da Levada
- A7.3. Instalação da extensão da unidade de saúde familiar de Azevedo de Campanhã em parcela da junta de freguesia

Objetivos estratégicos

- OE3** Incentivar a reabilitação do edificado, a multifuncionalidade e a instalação de equipamentos de referência qualificadores da vida urbana

Objetivos específicos

- OES11** Implementar uma distribuição criteriosa dos equipamentos estruturantes e de proximidade
- OES12** Fomentar modelos habitacionais acessíveis adequados ao tecido social, fora das dinâmicas especulativas do mercado
- OES13** Incentivar a instalação de atividades relevantes geradoras de fluxos, nos sectores dos serviços, comércio, indústria e turismo

Descrição

Uma das principais carências identificadas pelo diagnóstico de Azevedo de Campanhã passa pelo défice de pequenos equipamentos de proximidade associados aos espaços de lazer. Entre estes incluem-se os equipamentos que contribuem para as práticas desportivas e de fruição dos espaços públicos, com papel relevante na fixação de residentes e na atração de novos visitantes, e na qualificação da vida urbana. Assim, para o efeito, este projeto contempla duas Ações sendo a primeira associada aos espaços de utilização coletiva e de lazer existentes e a outra à reabilitação do campo de futebol da Levada destinado às camadas jovens.

Por outro lado, o elevado estado de degradação do imóvel onde se encontrava instalada (encerrada em outubro de 2023) a Unidade de Saúde Familiar de Azevedo Campanhã contribui para o défice de equipamentos de saúde primários que urge colmatar.

O Projeto estruturante contempla três Ações com diferentes tipologias de equipamentos cuja localização pretende abranger de forma equilibrada o território de intervenção, valorizando as suas potencialidades, dinamizando as estruturas e os recursos locais, tendo presente um desenvolvimento urbano criterioso e inclusivo da população residente.

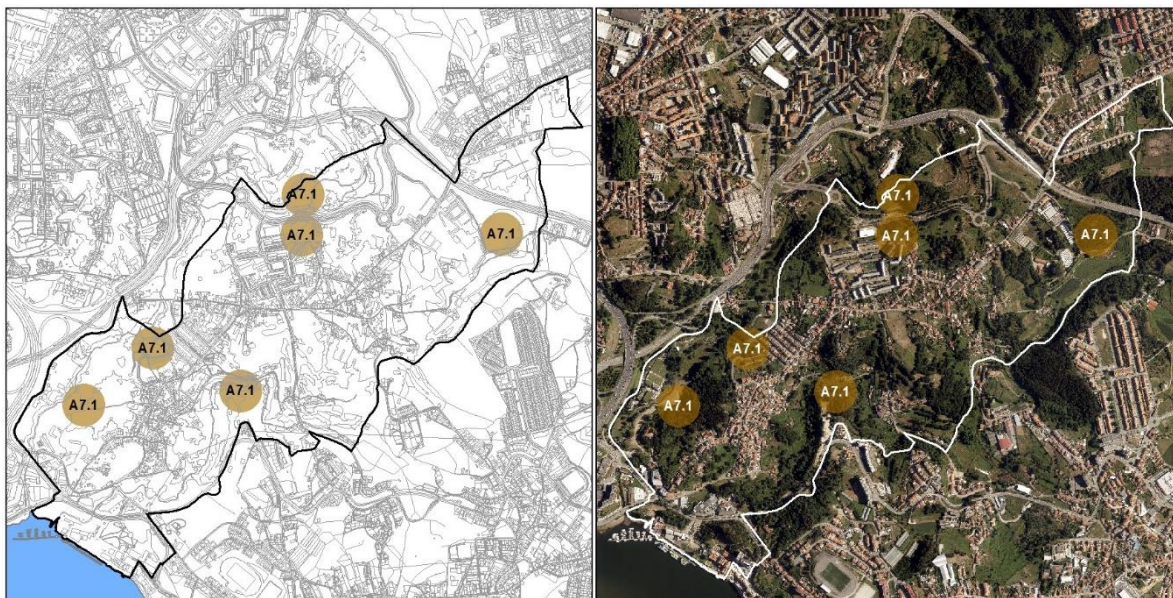
Ações

- A7.1.
- Instalação de pequenos equipamentos do tipo *Dog park*, *Kid park* e *Radical spot*, associados às áreas de fruição coletiva
- A7.2.
- Reabilitação do campo de futebol juvenil da Associação Branco e Negro, Vitória e Campanhã, na rua da Levada
- A7.3.
- Instalação da extensão da unidade de saúde familiar de Azevedo de Campanhã em parcela da junta de freguesia

EE1	EE2	EE3	EE4	EE5	EE6	EE7	EE8
Ambiente natural e urbano qualificado	Valorização do património edificado	Estruturação e conectividade integradas	Funções urbanas qualificadas	Vitalidade urbana e coesão social	Economia, inovação, formação e emprego qualificado	Iniciativas de escala supra-local	Inovação na comunicação e envolvimento em soluções
•	•	•	••••	••••	•	•••	—

A7.1.

Instalação de pequenos equipamentos do tipo *Dog park*, *Kid park* e *Radical spot*, associados às áreas de fruição coletiva



Descrição

Esta Ação pretende dotar a área com pequenos equipamentos de lazer, instalados em jardins/parques verdes de proximidade, com vista à promoção da saúde e de estilos de vida saudáveis, através da prática regular do desporto e de atividade física. A dinamização dos espaços abertos em parques e jardins passa por selecionar locais adequados para a instalação de pequenos equipamentos de apoio às atividades para crianças e jovens (*kid park*), locais de atividade física e de lazer ao ar livre (*radical spot*) e ainda locais para passear animais de companhia (*dog park*).

Para o feito selecionaram-se os seguintes equipamentos e respetivos locais de instalação:

- Instalar três parques caninos *Dog Park*: I - junto ao pavilhão do Lagarteiro; II – junto ao CROA (Areias); III – junto da rua do Rio Tinto na expansão do parque Oriental
- Instalar dois parques infantis: I – junto ao pavilhão do Lagarteiro; II – junto à calçada de S. Pedro na expansão do parque Oriental
- Instalar um espaço Radical Spot na margem esquerda do Rio Torto, na Granja
- Paredes de Escalada
- Rappel
- Arborismo
- Circuitos de manutenção - Exercícios físicos praticados sequencialmente em estações – Estações de *Street Workout*
- Percursos de Orientação – Percurso materializado no terreno por pontos de controlo.
- *River Trekking* – Delimitação de um perímetro de caminhada pelo rio Torto em conexão com a natureza

Tipo de intervenção	Principais entidades a envolver
Pequenos equipamentos lúdicos	CMP

Medições	
Área de intervenção	
<i>Dog park</i>	3
<i>Kid park</i>	3
<i>Radical spot</i>	1

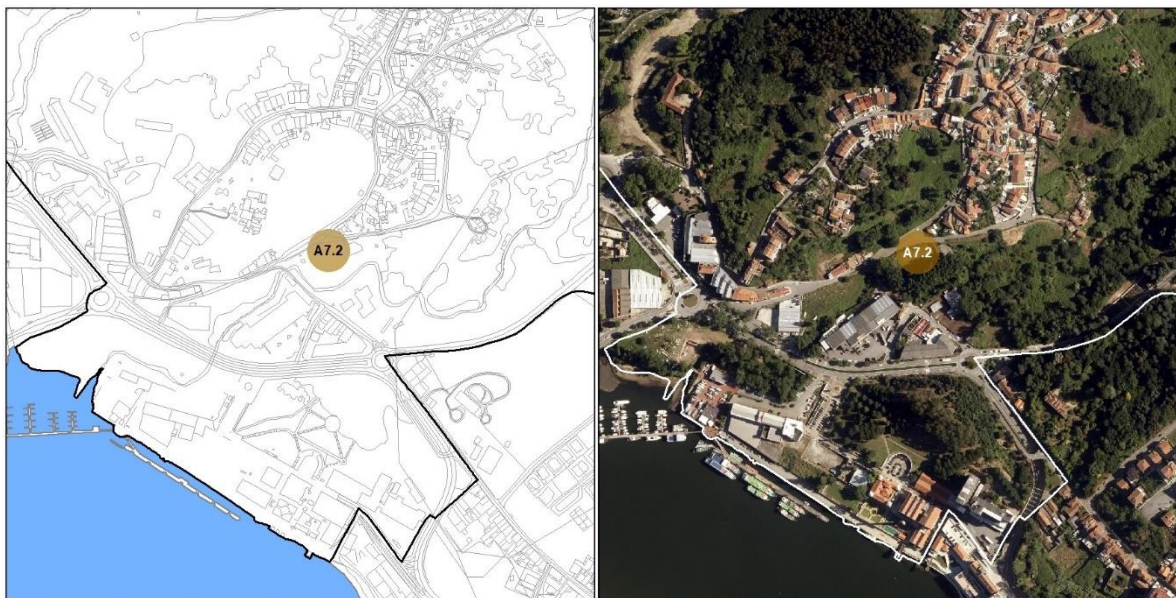
Investimento	
Estimativa	Natureza
350 000€	Pública

Fonte potencial de financiamento
Municipal; Comunitário (Portugal 2030 - Programa Regional do Norte 2021-2027); Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), Componente C1 – Serviço Nacional de Saúde

Cronograma previsional																			
2024		2025		2026		2027		2028		2029		2030		2031		2032		2033	
				.	.	.	.	.	.	.	.								

A7.2.

Reabilitação do campo de futebol juvenil da Associação Branco e Negro, Vitória e Campanhã, na rua da Levada



Descrição

O diagnóstico local, nomeadamente nas entrevistas com o executivo da Junta de Freguesia de Campanhã, revelou a existência de um campo de jogos na rua da Levada muito degradado e sem condições para a prática desportiva. Este antigo equipamento constituído por pavilhão e campo de futebol, pertenceu ao Vitória Sport Clube de S. Pedro de Campanhã, refundado em 2018 sob a designação de Associação Branco e Negro, Vitória e Campanhã, com sede no largo de S. Pedro.

De acordo com a junta de freguesia, embora o campo de futebol não possua as dimensões regulamentares para as competições seniores, ajusta-se perfeitamente aos escalões de formação de futebol juvenil. Com efeito as “escolinhas de futebol” da Associação Branco e Negro, Vitória e Campanhã ficam obrigadas a recorrer a outros locais, com prejuízo para as famílias e para a formação das crianças e jovens de Azevedo de Campanhã.

As intervenções a considerar são:

- Reabilitar o campo de futebol juvenil e as instalações de apoio

Tipo de intervenção	Principais entidades a envolver
Equipamentos desportivos	CMP

Medições
Área de intervenção
Reabilitar o campo de futebol e instalações de apoio 1911m²

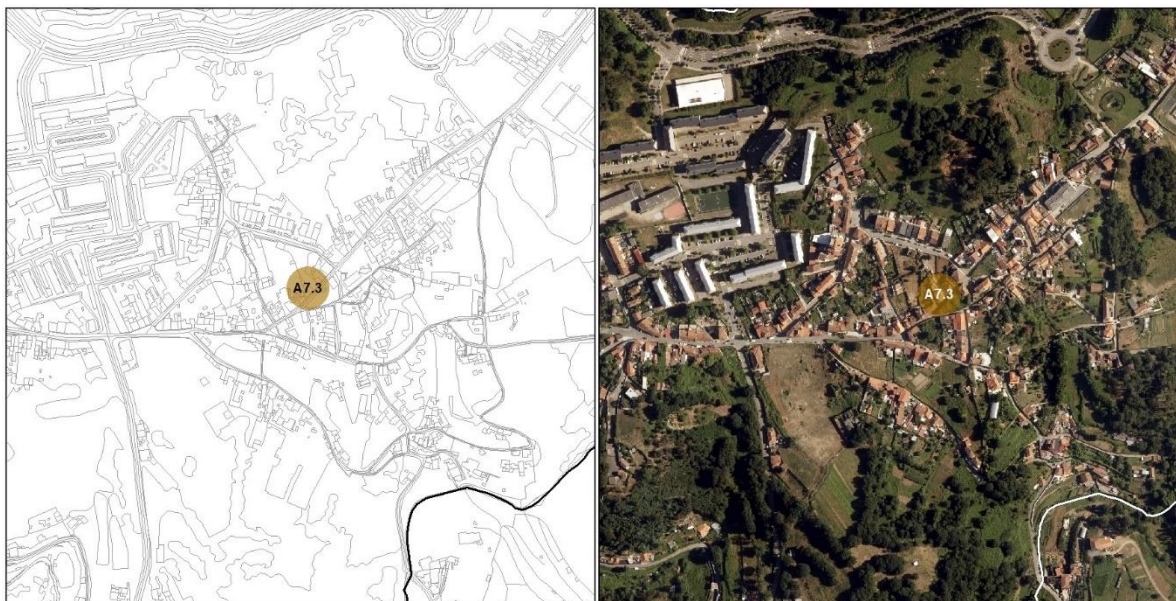
Investimento	
Estimativa	Natureza
3 500 000€	Pública e privada

Fonte potencial de financiamento
Municipal; Comunitário (Portugal 2030 - Programa Regional do Norte 2021-2027); Plano de Recuperação e Resiliência (PRR): Componente C1 – Serviço Nacional de Saúde

Cronograma previsional																			
2024		2025		2026		2027		2028		2029		2030		2031		2032		2033	
.	.	.	.	.	.	.	.												

A7.3.

Instalação da extensão da unidade de saúde familiar de Azevedo de Campanhã em parcela da junta de freguesia



Descrição

A unidade de saúde familiar - USF - de Azevedo Campanhã, instalada num imóvel particular arrendado na rua de Azevedo, n.º 163, é frequentada por cerca de 3500 utentes num universo de 5000 inscritos. De acordo com as notícias, a USF de Azevedo foi encerrada no final de outubro de 2023, transferindo temporariamente, o atendimento para o polo de São Roque da Lameira (Parque da Saúde do Cerco do Porto) até à construção da nova extensão de saúde local.

Tal situação é muito prejudicial para a população maioritariamente idosa e com dificuldades motoras, pelo que a junta de freguesia propõe ceder parte do seu terreno da rua das Areias n.º 59, com uma área de 844m² onde recentemente (2021) instalou um centro de convívio. Como este prédio possui duas frentes, seria viável estabelecer uma entrada com frente para a travessa da Aldeia, transferindo para este local a USF Azevedo Campanhã numa distância aproximada de 400m da atual localização.

Esta solução alternativa ao encerramento da USF de Azevedo Campanhã evitará que a população mais frágil seja obrigada a deslocar-se a outras USF fora da sua área de residência, e proporcionará melhores condições na prestação dos cuidados saúde com a dimensão adequada ao número de utentes inscritos.

A Ação contará com as seguintes iniciativas e intervenções associadas:

- Estudo prévio de conjunto para o prédio da junta de freguesia prevendo acessos independentes para o centro de convívio e a USF
- Elaboração de projeto de construção da nova unidade de saúde familiar
- Construção da nova USF de Azevedo de Campanhã, incluindo arranjos exteriores necessários à otimização funcional do equipamento

Tipo de intervenção	Principais entidades a envolver
Equipamento	CMP e Ministério da saúde

Medições	
Área de intervenção	
Equipamento público	844 m²

Investimento	
Estimativa 600 000€ (não inclui demolições, movimentos de terras, expropriações, aquisição de terrenos, estudos e projetos das empreitadas)	Natureza Pública

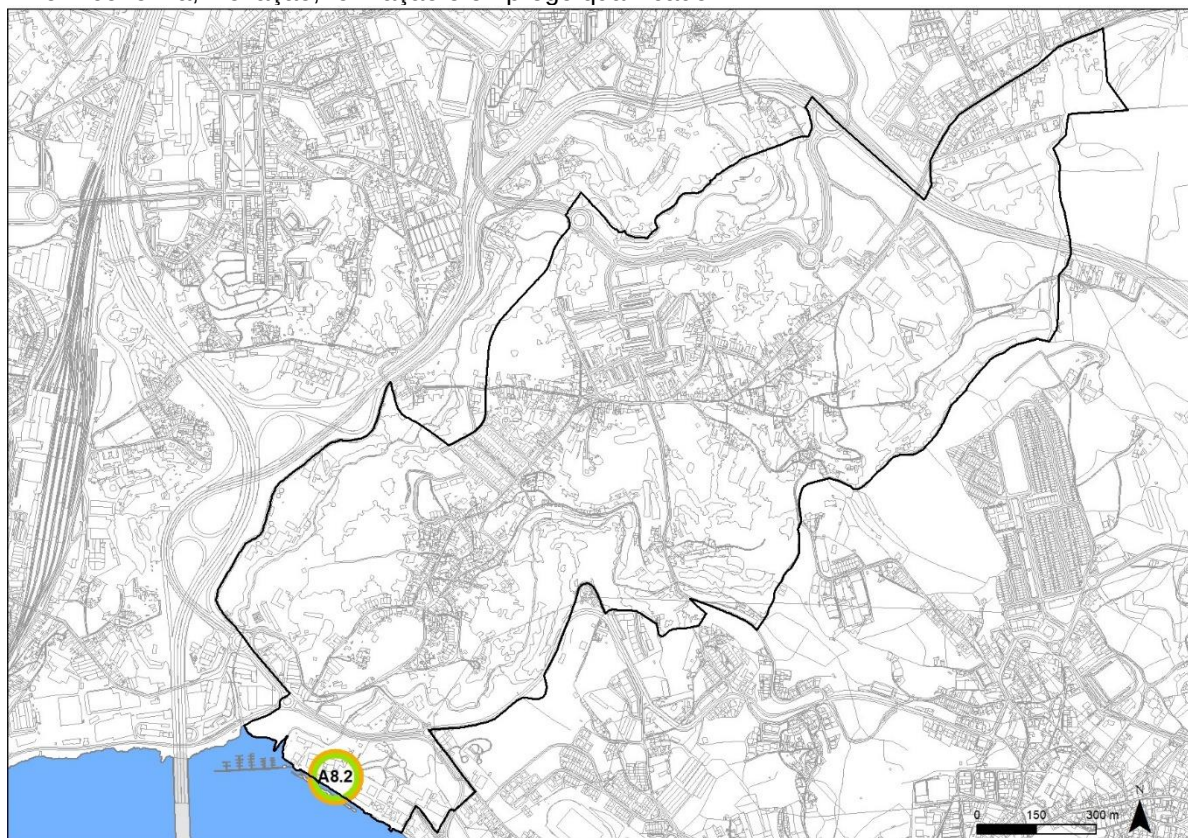
Fonte potencial de financiamento
Municipal; Plano de Recuperação e Resiliência (PRR): Componente C1 – Serviço Nacional de Saúde

Cronograma previsional																			
2024		2025		2026		2027		2028		2029		2030		2031		2032		2033	
.	.	.	.	.	.														

PE8. AÇÃO SOCIAL, EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO

EE5. Vitalidade urbana e coesão social

EE6. Economia, inovação, formação e emprego qualificado



Limite | ARU Azevedo

PE8. Ação social, educação e formação

A8.1. Promover iniciativas de ação social no âmbito da Rede Social do Porto

A8.2. Associar a formação tecnológica ao futuro Media park no Museu da Imprensa

A8.3. Implementar ações de formação profissional em parceria com o agrupamento escolar

Objetivos estratégicos

- | | |
|------------|---|
| OE3 | Incentivar a reabilitação do edificado, a multifuncionalidade e a instalação de equipamentos de referência qualificadores da vida urbana |
| OE4 | Potenciar a base económica, diversificada e articulada com os ativos territoriais e ambientais, capaz de gerar crescimento socioeconómico |

Objetivos específicos

- | | |
|--------------|---|
| OES14 | Implementar ações nos domínios da saúde e bem-estar, desporto, educação, ação social e cultura |
| OES15 | Promover uma oferta diversificada dos sectores de comércio e serviços de proximidade |
| OES16 | Mitigar os focos de pobreza, desemprego e exclusão social, baixa escolaridade e marginalidade |
| OES17 | Consolidar e reforçar as infraestruturas nos espaços do PDM para atividades económicas, com primazia à indústria e serviços de tecnologia limpa, produtos e serviços sustentáveis |
| OES18 | Promover ações de revitalização do tecido empresarial, tendo em vista a promoção da oferta e o reforço da empregabilidade |
| OES19 | Apoiar a requalificação e instalação do comércio e dos serviços de proximidade |

Descrição

Uma fatia significativa da população residente em Azevedo é constituída por pessoas idosas, muitas vezes isoladas, com um conjunto de vulnerabilidades associadas (baixos rendimentos, baixa escolaridade, problemas de saúde associados ao processo de envelhecimento, entre outros) exigindo-se uma articulação institucional entre a operacionalização desta ORU e o Departamento Municipal da Coesão Social em sintonia com o plano de ação anual da Rede Social e os diferentes projetos de intervenção.

Por outro lado, o desemprego e as baixas qualificações representam as maiores fragilidades da população. Com efeito, num território dotado de um tecido empresarial incipiente, a multiplicação de novas atividades de comércio e serviços, bem como a criação de novas áreas empresariais é fundamental para a superação das atuais fragilidades. Contudo, na ausência de uma melhoria significativa dos índices de formação, dificilmente esta medida terá um efeito expressivo na população de Azevedo de Campanhã.

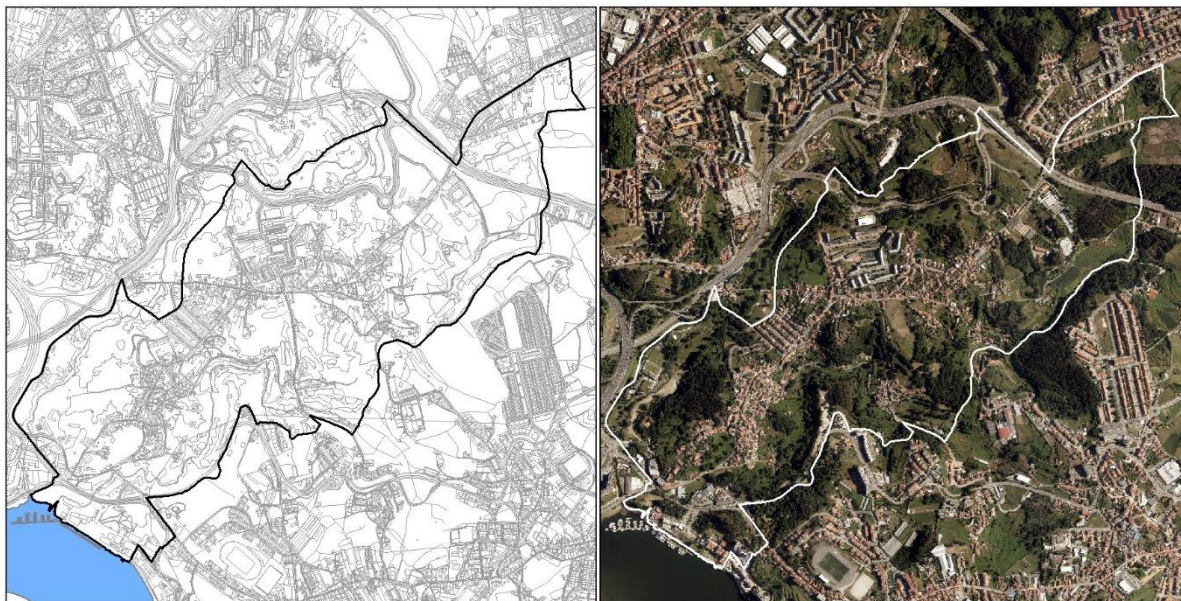
Este projeto estruturante destina-se a superar constrangimentos existentes e melhorar o tecido urbano de Azevedo de Campanhã nos domínios da ação social, emprego e formação profissional. Para o efeito, estabelecem-se três ações: - uma no âmbito da Rede Social do Porto, outra no âmbito da formação tecnológica; e por último, em articulação com as empresas e serviços para futuro enquadramento no mercado laboral, uma ação associada ao aumento das qualificações e da escolaridade do sistema público educativo.

Ações

- A8.1.** Promover iniciativas de ação social no âmbito da Rede Social do Porto
- A8.2.** Associar a formação tecnológica ao futuro *Media park* no Museu da Imprensa
- A8.3.** Implementar ações de formação profissional em parceria com o agrupamento escolar

EE1	EE2	EE3	EE4	EE5	EE6	EE7	EE8
Ambiente natural e urbano qualificado	Valorização do património edificado	Estruturação e conectividade integradas	Funções urbanas qualificadas	Vitalidade urbana e coesão social	Economia, inovação, formação e emprego qualificado	Iniciativas de escala supra-local	Inovação na comunicação e envolvimento em soluções
•	•	•	••••	••••	•	•••	—

A8.1. Promover iniciativas de ação social no âmbito da Rede Social do Porto



Descrição

Pretende-se com a presente Ação qualificar a população residente em Azevedo criando oportunidades de desenvolvimento da cidadania ativa e de participação dos cidadãos, designadamente no que se refere ao seu papel efetivo no planeamento, co-execução e avaliação das ações a implementar. Dinamizar uma política de ação social, assente numa intervenção concertada no território, promotora de impacto de intervenção que resulte na melhoria da qualidade de vida da população, bem como na sua inclusão social e territorial. Incentivar a implementação de iniciativas estruturadas e inovadoras de natureza recreativa, desportiva, cultural e de capacitação ajustada ao território de Azevedo. Desenvolver ações concertadas para a população com vulnerabilidades biopsicossociais e/ou exclusão social ou com comportamentos aditivos e dependências.

Esta ação deverá potenciar as iniciativas plasmadas no Plano de Ação da Rede Social tais como:

- Centro de acolhimento residencial para jovens em situação de vulnerabilidade visando a promoção da sua qualidade de vida e reforçando processos de inclusão social - Centro Juvenil de Campanhã
- Creche e educação pré-escolar e atividades tempos livres - para apoiar o reforço da intervenção com famílias de crianças – Centro Juvenil de Campanhã e Associação Nun'Álvares de Campanhã
- Serviço de apoio domiciliário - Associação Nun'Álvares de Campanhã
- Centro de dia e de convívio - Associação Nun'Álvares de Campanhã
- E.Motion.Arte - projeto de promoção da saúde mental - Fios e Desafios/CMP/JFC

Tipo de intervenção	Principais entidades a envolver
Ações imateriais	CMP

Investimento	
Estimativa	Natureza
Investimento indireto (IND) – corresponderá à afetação de recursos materiais e humanos na dependência das entidades envolvidas	Privada com incentivo público

Fonte potencial de financiamento
Municipal; Comunitário (Portugal 2030 - Programa Regional do Norte 2021-2027); Plano de Recuperação e Resiliência (PRR): Componente C3 - Respostas Sociais, PRR: Componente C4 – Cultura, PRR: Componente C6 - Qualificações e Competências; Programa Erasmus + (domínio: Projetos de reforço de capacidades)

Cronograma previsional																			
2024		2025		2026		2027		2028		2029		2030		2031		2032		2033	
		.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.

A8.2.

Associar a formação tecnológica ao futuro *Media park* no Museu da Imprensa



Descrição

Pretende-se com a presente Ação conciliar a eventual instalação de um centro de produção na área do jornalismo e da informação digital multimédia associado ao Museu Nacional da Imprensa, designado de “*Media park*”, com a necessidade de atrair valências ligadas à capacitação e formação profissional na área tecnológica. Havendo oportunidades de financiamento disponíveis será possível estabelecer sinergias convergentes com a desejada qualificação dos recursos humanos e melhoria da condição socioeconómica da população residente. Neste domínio fará sentido, em linha com o projeto *Cultural and Creative Porto* – também mapeado na PULSAR – a criação de uma plataforma integrada de capacitação, produção e distribuição de serviços e conteúdos culturais e criativos num modelo de centro de competências.

Esta ação deverá materializar as seguintes iniciativas:

- Envolver entidades e parceiros na área das tecnologias de informação e comunicação (TIC)
- Desenvolver um programa para a instalação do Centro de formação tecnológica
- Criar um programa para capacitar jovens e incentivar carreiras em tecnologia
- Materialização de três grandes componentes: (i) *Creative Education and Training*, focado na criação de um *hub* de inovação que faça a ligação entre a educação e as artes; (ii) *Creative Entrepreneurship Lab*, materializado num programa de promoção do talento criativo, com vista ao apoio e à criação de negócios sustentáveis e com potencial de crescimento no contexto da cadeia de valor do sector em contexto digital; (iii) *Centro de Produção Digital* destinado à experimentação e criação digital por parte de criadores profissionais e apoiado por uma operadora de TV e multimédia

Tipo de intervenção	Principais entidades a envolver
Ações imateriais	CMP
	IEFP

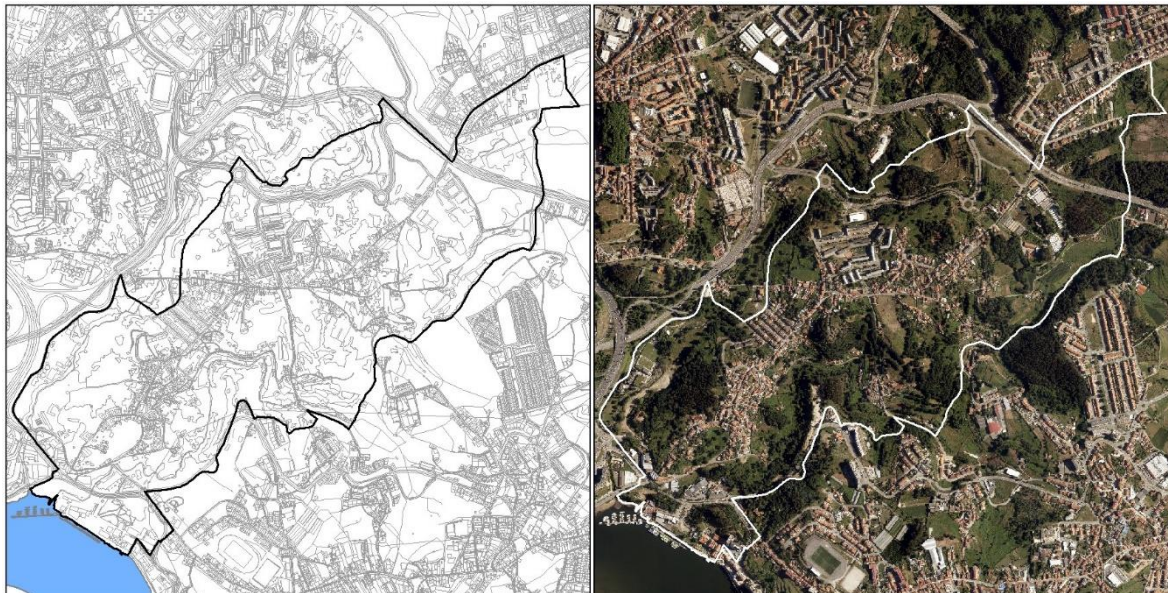
Investimento	
Estimativa	Natureza
Investimento indireto (IND) – corresponderá à afetação de recursos materiais e humanos na dependência das entidades envolvidas	Privada com incentivo público

Fonte potencial de financiamento
Municipal; Comunitário (Portugal 2030 - Programa Regional do Norte 2021-2027); Plano de Recuperação e Resiliência (PRR): Componente C3 - Respostas Sociais, PRR: Componente C4 – Cultura, PRR: Componente C6 - Qualificações e Competências; Programa Erasmus + (domínio: Projetos de reforço de capacidades)

Cronograma previsional																			
2024		2025		2026		2027		2028		2029		2030		2031		2032		2033	
						.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.

A8.3.

Implementar ações de formação profissional em parceria com o agrupamento escolar



Descrição

Pretende-se com a presente ação incentivar parcerias e o estabelecimento de protocolos entre as instituições e o IEFP no sentido de capacitar o mercado de trabalho local na resposta imediata às tendências de procura de mão-de-obra por parte de investidores e empresas que procurem instalar a sua atividade em Azevedo de Campanhã.

Tratando-se de uma intervenção de carácter imaterial que pressupõe uma estreita articulação com as empresas e o sistema público de formação, pretende-se uma estrutura ágil que identifique e selecione os jovens em escolaridade obrigatória, dando-lhes a oportunidade de formação profissional ajustada à procura empresarial.

O projeto *Innovation and Talent District* - da PULSAR – e o projeto *Lifelong Career Guidance* pressupõe o desenvolvimento de parcerias ativas na identificação de profissões de futuro e no investimento em políticas de reconversão profissional e da aquisição de novas competências.

Esta ação deverá materializar as seguintes iniciativas:

- Promover a empregabilidade e valorização do potencial humano, incluindo capacitação para a procura autónoma de emprego
- Implementar projetos programas em articulação com as empresas e o sistema público de formação
- Desenvolver um programa especial de capacitação dirigido a grupos mais vulneráveis em articulação com potenciais entidades empregadoras
- Enquadrar propostas formativas na carteira de candidaturas a financiamento

Tipo de intervenção	Principais entidades a envolver
Ações imateriais	CMP
	IEFP
	Agrupamento de escolas do Cerco

Investimento	
Estimativa	Natureza
Investimento indireto (IND) – corresponderá à afetação de recursos materiais e humanos na dependência das entidades envolvidas	Pública

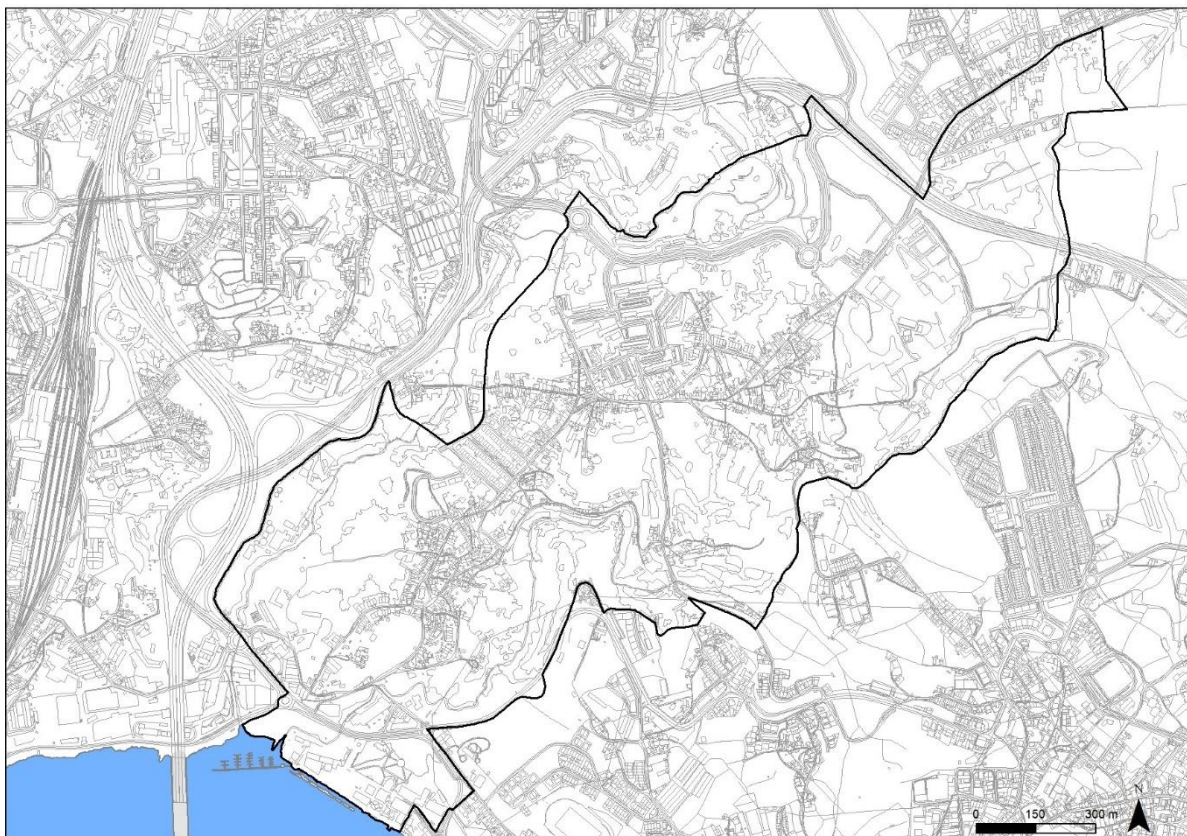
Fonte potencial de financiamento
Municipal; Comunitário (Portugal 2030 - Programa Regional do Norte 2021-2027); Plano de Recuperação e Resiliência (PRR): Componente C3 - Respostas Sociais, PRR: Componente C4 – Cultura, PRR: Componente C6 - Qualificações e Competências (O1 – Modernização da oferta dos estabelecimentos de ensino e formação profissional, Centros tecnológicos especializados); Programa Erasmus + (domínio: Projetos de reforço de capacidades)

Cronograma previsional																			
2024		2025		2026		2027		2028		2029		2030		2031		2032		2033	
				.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.

PE9. DIVULGAÇÃO, ENVOLVIMENTO E PARTICIPAÇÃO

EE5. Vitalidade urbana e coesão social

EE8. Inovação na comunicação e envolvimento em soluções



□ Limite | ARU Azevedo

PE9. Divulgação, envolvimento e participação

- A9.1. Desenvolver um plano de comunicação do PERU
- A9.2. Identificar a rede de atores com impacto social e económico no território
- A9.3. Dinamizar um fórum de cidadania

Objetivos estratégicos

- OE3** Incentivar a reabilitação do edificado, a multifuncionalidade e a instalação de equipamentos de referência qualificadores da vida urbana
- OE5** Envolver os atores territoriais na estratégia de regeneração urbana, através de modelos colaborativos

Objetivos específicos

- OES14** Implementar ações nos domínios da saúde e bem-estar, desporto, educação, ação social e cultura
- OES15** Promover uma oferta diversificada dos sectores de comércio e dos serviços de proximidade
- OES16** Mitigar os focos de pobreza, desemprego e exclusão social, baixa escolaridade e de marginalidade
- OES22** Gerar dinâmicas colaborativas com os atores territoriais em variados domínios da sustentabilidade territorial, com vista à adoção de soluções inovadoras com impacto social e económico

Descrição

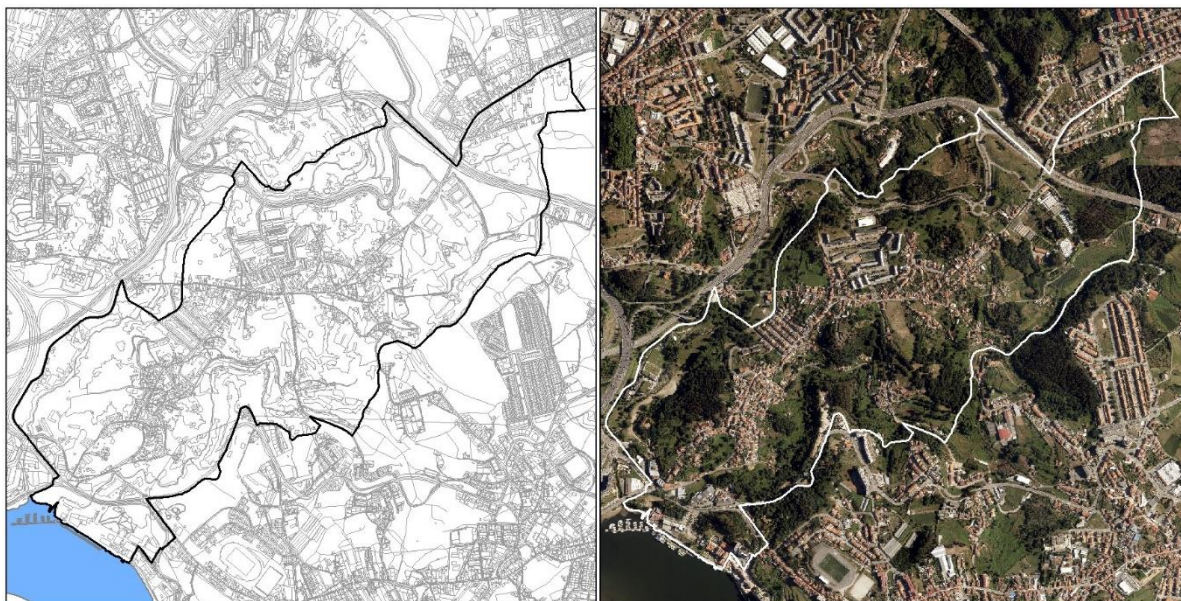
A população de Azevedo de Campanhã evidencia um forte sentimento de pertença ao seu território, caracterizado por elevado espírito crítico relativamente às situações de abandono, pobreza, esquecimento ou estigmatização. Orgulha-se do carácter do “seu” território por preservar ainda traços de uma certa ruralidade de costumes e tradições que muito valorizam. Não é porém a distância aos polos mais dinâmicos do resto da cidade que os preocupa, mas antes a forma como conseguem lá chegar. Nesse sentido, este projeto contempla três ações que pretendem constituir um contexto propício à introdução de práticas inovadoras no âmbito do envolvimento da população na conceção e execução de políticas urbanas. As diversas iniciativas de carácter imaterial destinam-se a tirar partido do potencial de cidadania latente na população deste território.

Ações

- A9.1. Desenvolver um plano de comunicação do PERU
- A9.2. Identificar a rede de atores com impacto social e económico no território
- A9.3. Dinamizar um fórum de cidadania

EE1	EE2	EE3	EE4	EE5	EE6	EE7	EE8
Ambiente natural e urbano qualificado	Valorização do património edificado	Estruturação e conectividade integradas	Funções urbanas qualificadas	Vitalidade urbana e coesão social	Economia, inovação, formação e emprego qualificado	Iniciativas de escala supra-local	Inovação na comunicação e envolvimento em soluções
•	•	•	••••	••••	•	•••	—

A9.1. Desenvolver um plano de comunicação do PERU



Descrição

Esta Ação pretende desenvolver um plano de comunicação do PERU, adequado ao progresso das ações no terreno, de modo a incentivar o investimento, o envolvimento da comunidade local e, de forma geral, de todos os interessados neste território. Com efeito, um dos fatores chave para a concretização dos objetivos estratégicos da operação de reabilitação urbana, passa pela comunicação institucional orientada pela entidade gestora, visando a sensibilização dos interessados para as ações a implementar no espaço urbano.

A elaboração do plano de comunicação passará pelas seguintes iniciativas:

- Definição dos meios de comunicação, digital, impressa ou audiovisual, numa linguagem simples e acessível, que ilustre os objetivos, os projetos e as ações
- Definição do público-alvo a envolver, as metas e as áreas de projeto adequadas
- Definição do cronograma do plano de comunicação
- Divulgação nos meios de comunicação social sempre que as intervenções operacionais justifiquem a sua difusão
- Promoção de sessões públicas de informação técnica sobre instrumentos de apoio aos projetos e ações para a orientação e mobilização dos interessados
- Promoção de sessões participativas para a partilha de informação e recolha de sugestões
- Reuniões e encontros com parceiros para avaliação e acompanhamento dos projetos
- Divulgação pública periódica do acompanhamento da execução do PERU

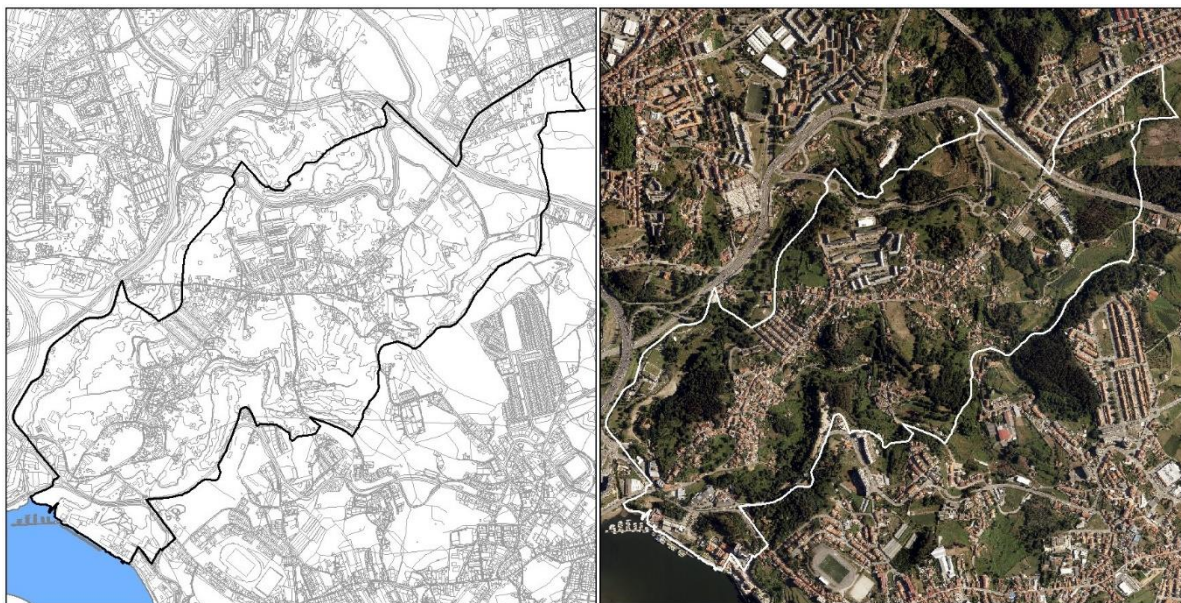
Tipo de intervenção	Principais entidades a envolver
Ações imateriais	CMP

Investimento	
Estimativa	Natureza
Investimento indireto (IND) – corresponderá à afetação de recursos materiais e humanos na dependência das entidades envolvidas	Pública

Fonte potencial de financiamento
Municipal; Comunitário (Portugal 2030 - Programa Regional do Norte 2021-2027); <i>Programme Citizens, Equality, Rights and Values Programme</i> (CERV)

Cronograma previsional																			
2024		2025		2026		2027		2028		2029		2030		2031		2032		2033	
		.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.

A9.2. Identificar a rede de atores com impacto social e económico no território



Descrição

O sucesso na execução do programa estratégico de reabilitação urbana dependerá, em larga medida, da capacidade de envolver residentes, proprietários, investidores e agentes económicos, e demonstrar-lhes como podem contribuir e sair beneficiados com a execução do PERU.

Envolver as partes interessadas, identificar pessoas, grupos ou organizações que possam afetar ou ser afetadas pela operação. Acolher expectativas, demonstrar o impacto esperado do projeto e analisar a esfera de influência para o desenrolar do processo. Sinalizar aqueles que possuindo algum tipo de interesse no território manifestem disponibilidade para contribuir em determinados dos projetos, designadamente:

- Proprietários de prédios urbanos abrangidos
- Moradores e suas associações
- Coletividades e outros grupos interessados
- Decisores e agentes locais

Paralelamente haverá que identificar os agentes externos que de algum modo possam tirar partido da operação e mostrem interesse em se envolver no projeto, tais como:

- Investidores
- Grupos económicos
- Organizações
- Entidades oficiais

Após a identificação da rede de atores com impacto social e económico no território, deverá promover-se o seu envolvimento e participação através de estruturas e mecanismos facilitadores, que passarão pela difusão de informação, por reuniões e encontros sectoriais, fomentando-se a troca de sugestões e de opiniões entre as diversas partes interessadas.

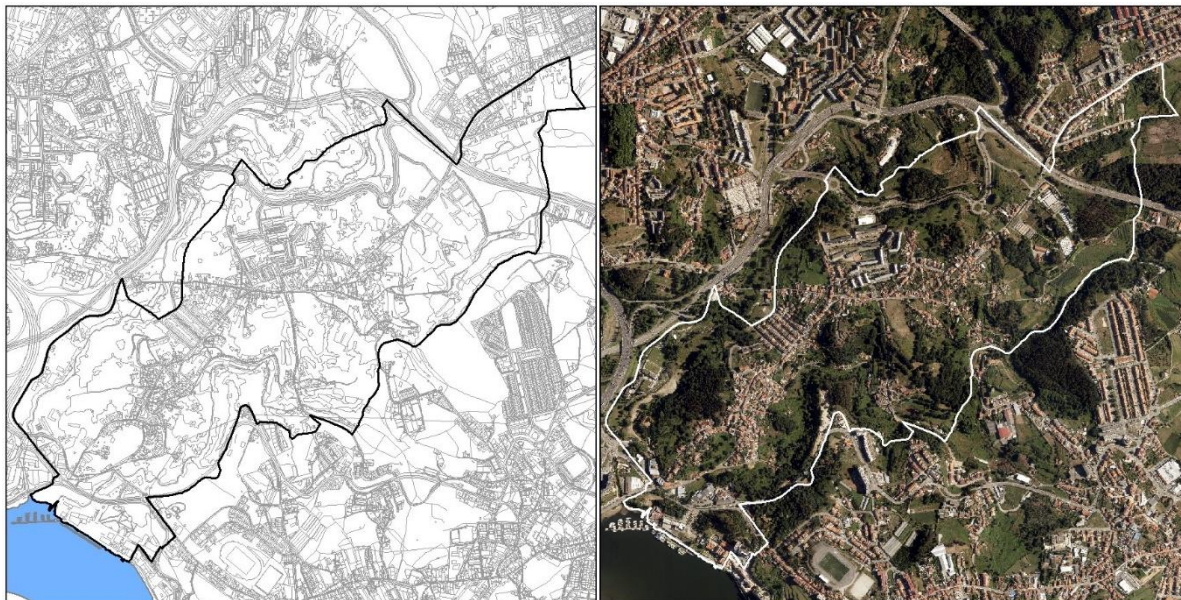
Tipo de intervenção	Principais entidades a envolver
Ações imateriais	CMP

Investimento	
Estimativa	Natureza
Investimento indireto (IND) – corresponderá à afetação de recursos materiais e humanos na dependência das entidades envolvidas	Pública

Fonte potencial de financiamento
Municipal; Comunitário (Portugal 2030 - Programa Regional do Norte 2021-2027); <i>Programme Citizens, Equality, Rights and Values Programme</i> (CERV)

Cronograma previsional																			
2024		2025		2026		2027		2028		2029		2030		2031		2032		2033	
		.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.

A9.3. Dinamizar um fórum de cidadania



Descrição

Na sequência da identificação da rede de atores com impacto social e económico no território a que se refere a ação A9.2, é de grande interesse para o projeto criar uma estrutura participativa onde todos os interessados possam contribuir para a transformação do território.

Para o efeito, com esta Ação pretende-se a dinamização de um *Fórum de Cidadania para a Inovação Territorial*, com o propósito de envolver o maior número de cidadãos (incluído a população local) e instituições.

O *Fórum* deverá congrega a massa crítica necessária para imaginar cenários e propor soluções inovadoras que resultem numa maior vitalidade social e territorial, bem como a qualificação socioeconómica, arquitetónica, paisagística e ambiental deste território.

A dinamização do Fórum de Cidadania contará com iniciativas e ações locais de participação pública, devendo:

- Disponibilizar um espaço polivalente adequado ao *Fórum de Cidadania*
- Criar a estrutura orgânica de dinamização
- Promover encontros e difusão das propostas

Tipo de intervenção	Principais entidades a envolver
Ações imateriais	CMP

Investimento	
Estimativa	Natureza
Investimento indireto (IND) – corresponderá à afetação de recursos materiais e humanos na dependência das entidades envolvidas	Pública

Fonte potencial de financiamento
Municipal; Comunitário (Portugal 2030 - Programa Regional do Norte 2021-2027); <i>Programme Citizens, Equality, Rights and Values Programme</i> (CERV)

Cronograma previsional																			
2024		2025		2026		2027		2028		2029		2030		2031		2032		2033	
						.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.

3.2. Cronograma da operação

O programa estratégico de reabilitação urbana para a ORU de Azevedo, compreende o conjunto de projetos e ações descritos nas páginas anteriores, com tipologias de intervenção muito diversas, na sua maior parte de âmbito material e algumas de âmbito imaterial. No cronograma da operação de reabilitação urbana estão estabelecidas as prioridades de execução⁵, a realizar no período de 10 anos de vigência do programa estratégico de reabilitação urbana.

Considerando que o plano diretor municipal em vigor integra determinados programas e ações, com incidência na ARU de Azevedo, para os quais foram já definidas as orientações de execução, incluindo as prioridades, a estimativa de investimento e os prazos de execução.

Assim sendo, importa que a definição das prioridades das ações programadas na ORU esteja alinhada com as prioridades do programa de execução do PDM. Cada programa e ação do PE-PF (PDM) possui um código identificação (ID), a prioridade e a estimativa de investimento⁶, conforme a Figura 6.

Figura 6. PDM 2021 - Programa/Ação (PE-PF) na ARU de Azevedo

Domínios	ID	Designação de Programa / Ação no PDM	ID Ação na ORU	Prioridade	Estimativa do investimento (PE-PF)				Enquadramento noutros instrumentos	Indicador não-financeiro (Unidade)		
					milhares de euros €							
					Municipal	Participadas	Privados	Global				
Ambiente	ação	SA13	Ampliação do Parque Oriental	A3.1.	Longo prazo	até 10 anos	3 887	0	0	3 887	UOPG 12 - ORU CORUJEIRA	Área intervençnada (m2)
	ação	SA21	Corredores saudáveis - Urbinat	A3.4.	Curto prazo	até 3 anos	0	1 108	0	1 108	URBINAT	Extensão dos corredores intervençionados (km)
Mobilidade	programa	SM06	Rede Ciclável Estruturante	A5.1./A5.2	Longo prazo	até 10 anos	6 756	0	0	6 756	ORU CAMPANHÃ / CORUJEIRA	Extensão da rede (km)
	programa	SM12	Infraestrutura para Transporte Público Rodoviário	n/a	Curto prazo	até 3 anos	20 480	0	0	20 480	ORU CAMPANHÃ / CORUJEIRA	Extensão da rede (km)
	programa	SM14	Outras ligações rodoviárias	A1.2/A1.4	Longo prazo	até 10 anos	35 010	0	4 365	39 375	ORU CAMPANHÃ / CORUJEIRA	Extensão das vias intervençionadas (km)
	programa	SM17	Arruamentos locais	A1.1	Longo prazo	até 10 anos	32 832	0	20 208	53 040	UOPG 12 - ORU CORUJEIRA	Extensão das vias intervençionadas (km)
Equipamento	ação	SE20	Requalificação do Centro de Saúde de Azevedo	A7.3	Médio prazo	até 6 anos	800	0	0	800	n/a	Equipamento requalificado (n.
Infraestrutura	programa	SI03	ETAR do Porto – Sobreiras e Freixo	n/a	Médio prazo	até 6 anos	36 000	0	0	36 000	n/a	Intervenção, manutenção e construção em ETAR
Espaço público	ação	SU12	Requalificação da Frente Ribeirinha do Freixo	A5.1./A5.2	Médio prazo	até 6 anos	8 583	0	0	8 583	n/a	Área intervençnada (m2)

Fonte: CMP/DMPU/DMPOT

O cronograma das ações do PERU apresentado na Tabela 4 corporiza a estratégia do plano de execução da operação de reabilitação urbana, define a sua implementação a curto e médio prazo e destaca as ações prioritárias.

O planeamento e a prioridade das ações está alinhado com o programa de execução e com o plano de financiamento (PE-PF) do PDM, e conjuga as interdependências de cada uma nos domínios do

⁵ RJRU, Artigo 33.º, n.º 2, al. c)

⁶ No quadro da fig. 6, adaptado do PE-PF (PDM) os valores estimados do investimento reportam-se à totalidade do programa/ação de cada identificador do PE-PF. Acrescentou-se ainda uma coluna com o código de identificação da ação conexa do PERU de Azevedo

ambiente, da mobilidade, do edificado e das infraestruturas, e ainda um conjunto de ações imateriais a executar ao longo do tempo.

Estima-se que o prazo de 10 anos de execução da ORU de Azevedo seja adequado para alavancar os investimentos públicos e privados necessários, com recurso às fontes de financiamento disponíveis através de escolhas criteriosas e fundamentadas, tomando em consideração as várias componentes do investimento.

Tabela 4. Cronograma das ações

Ação	Médio prazo					Longo prazo				
	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033
A1.1. Criação da via estruturante do parque Oriental para ligação da rua do Freixo à rotunda do Ribeirinho	SM17	SM17	SM17	SM17						
A1.2. Execução do eixo urbano complementar de ligação da Granja ao nó das Areias	SM14	SM14	SM14	SM14	SM14					
A1.3. Criação da via alternativa à rua da Senhora da Hora										
A1.4. Construção de estruturas viárias complementares à nova linha de Metro Souto-Dragão									SM14	SM14
A2.1. Requalificação viária dos núcleos urbanos históricos – Bacelo, Levada, Granja e Furamontes										
A2.2. Estruturação viária do núcleo urbano a criar nas Areias e nova ligação intermunicipal										
A2.3. Intervenção no espaço público, na rede viária e transportes coletivos no eixo S. Pedro - Meiral - Azevedo										
A2.4. Intervenção nos arruamentos locais promovendo redes pedonais inclusivas e a hierarquização de percursos										
A2.5. Qualificação e criação de espaços de fruição pública, pequenos largos e praças, dotando-os de mobiliário urbano										
A3.1. Requalificação ambiental e paisagística do vale do rio Tinto e continuidade ecológica do parque Oriental		SA13	SA13	SA13	SA13	SA13	SA13	SA13	SA13	SA13
A3.2. Valorização das calçadas e caminhos históricos de fruição										
A3.3. Promoção de um corredor verde-âncora entre o parque Oriental e o viveiro municipal através do loteamento das Areias										
A3.4. Valorização viária e pedonal entre Azevedo e Bonjôia e do Lagarteiro à ponte de Tírares		SA21	SA21	SA21	SA21					
A4.1. Continuidade ecológica nas margens do rio Torto e salvaguarda da prática agrícola										
A4.2. Criação de projetos inovadores no domínio das NbS (Nature-based Solutions)										
A4.3. Valorização das ligações viárias e pedonais intermunicipais										
A5.1. Criação de espaços verdes de fruição na envolvente da marina do Freixo		SU12	SU12	SU12	SU12	SU12				
A5.2. Promoção de corredor verde-âncora na frente ribeirinha conectado ao vale dos rios Tinto e Torto										
A6.1. Elaboração de estudo para o reordenamento e a qualificação urbana										
A6.2. Valorização patrimonial do eixo S. Pedro - Meiral - Azevedo										
A6.3. Reabilitação do edificado degradado										
A6.4. Reabilitação do edificado tipo “ilha”										
A6.5. Reabilitação do edificado tipo “bairro social”										
A7.1. Instalação de pequenos equipamentos tipo <i>Dog park</i> , <i>Kid park</i> e <i>Radical spot</i> , associados às áreas de fruição coletiva										
A7.2. Reabilitação do campo de futebol juvenil da Associação Branco e Negro, Vitória e Campanhã, na rua da Levada										
A7.3. Instalação da extensão da unidade de saúde familiar de Azevedo de Campanhã em parcela da junta de freguesia	SE20	SE20	SE20							
A8.1. Promover iniciativas de ação social no âmbito da Rede Social do Porto										
A8.2. Associar a formação tecnológica ao futuro <i>Media park</i> no Museu da Imprensa										
A8.3. Implementar ações de formação profissional em parceria com o agrupamento escolar										
A9.1. Desenvolver um plano de comunicação do PERU										
A9.2. Identificar a rede de atores com impacto social e económico no território										
A9.3. Dinamizar um fórum de cidadania										

Ação Prioritária

Fonte: CMP/DMPU/DMPOT

3.3. Programa de investimento e financiamento

Programa de investimento

Tratando-se de uma operação de reabilitação urbana sistemática associada a um programa de investimento público, há que definir qual o montante global do investimento⁷ para as ações previstas na ORU, estimando-se para o efeito um valor correspondente a aproximadamente 105 M€, conforme se expõe na Tabela 5. O investimento público, que tem como principal promotor a Câmara Municipal do Porto, ascende a aproximadamente 18 M€ e o investimento privado atinge cerca de 66 M€. O investimento público-privado atinge cerca de 22 M€.

Tabela 5. Natureza do investimento

Natureza do investimento	Investimento total (€)
Público	17 423 680
Público-Privado	21 553 290
Privado	65 769 400
TOTAL	104 746 370

Fonte: CMP/DMPU/DMPOT

O programa de investimento desagregado pelas componentes de investimento⁸ apresenta-se de acordo com a Tabela 6.

Tabela 6. Componentes do investimento

Componentes investimento	Investimento total (€)
Rede viária	8 785 340
Espaço público	3 940 600
Espaço verde	5 014 580
Reabilitação de edificado	81 011 150
Ambiente	1 544 700
Equipamento	4 450 000
TOTAL	104 746 370

Fonte: CMP/DMPU/DMPOT

Apresentam-se de seguida, na Tabela 7, as estimativas de investimento para cada ação proposta, identificando a natureza e a componente do investimento associadas. Estas refletem um cálculo com base em valores orçamentais a preços médios de referência, correntes em operações semelhantes

⁷ O valor de investimento apurado não inclui demolições, expropriações, aquisição de terrenos, estudos e projetos.

⁸ Não inclui a componente associada ao Plano de comunicação e de valorização do projeto.

Tabela 7. Natureza, componentes e estimativa de investimento por ação

Ação	Investimento (Euro €)	Natureza do Investimento	Rede viária	Espaço público	Espaço verde	Reabilitação Edificado	Ambiente	Equipamento	Ações imateriais
A1.1. Criação da via estruturante do parque Oriental	2 464 200	Púb-Privado	•						
A1.2. Execução do eixo urbano complementar da Granja ao nó das Areias	586 800	Púb-Privado	•						
A1.3. Criação da via alternativa à rua da Senhora Hora	130 500	Púb-Privado	•						
A1.4. Construção de estruturas complementares à nova linha de Metro Souto-Dragão	232 500	Público	•						
A2.1. Requalificação viária dos núcleos – Baceiro, Levada, Granja e Furamontes	1 971 000	Público	•						
A2.2. Estruturação viária do núcleo a criar nas Areias e nova ligação intermunicipal	1 037 000	Púb-Privado	•						
A2.3. Intervenção no espaço público no eixo S. Pedro - Meiral e Azevedo	498 000	Público		•					
A2.4. Intervenção nos arruamentos locais promovendo redes pedonais inclusivas	848 600	Público	•						
A2.5. Qualificação e criação de espaços de fruição pública	475 650	Público		•					
A3.1. Requalificação do vale do rio Tinto e continuidade ecológica do parque Oriental	382 200	Púb-Privado					•		
A3.2. Valorização das calçadas e caminhos históricos de fruição	240 000	Público	•						
A3.3. Promoção de corredor verde-âncora entre o parque Oriental e o viveiro municipal	800 000	Púb-Privado			•				
A3.4. Valorização viária e pedonal de Azevedo a Bonjóia e do Lagarteiro a Tirares	62 240	Público	•						
A4.1. Continuidade ecológica nas margens do rio Torto e salvaguarda agrícola	1 162 500	Público					•		
A4.2. Criação de projetos inovadores no domínio das Nbs	IND	Público					•		
A4.3. Valorização das ligações viárias e pedonais intermunicipais	1 445 000	Público	•						
A5.1. Criação de espaços verdes de fruição na envolvente da marina do Freixo	2 734 450	Público		•					
A5.2. Promoção de corredor verde-âncora na frente ribeirinha	4 214 580	Público			•				
A6.1. Elaboração de estudo para o reordenamento e a qualificação urbana	IND	Público							•
A6.2. Valorização patrimonial e socioeconómica do eixo S. Pedro - Meiral - Azevedo	IND	Público							•
A6.3. Reabilitação do edificado degradado	65 769 400	Privado				•			
A6.4. Reabilitação do edificado tipo "ilha"	14 539 750	Púb-Privado				•			
A6.5. Reabilitação do edificado tipo "bairro social"	702 000	Púb-Privado				•			
A7.1. Instalação de pequenos equipamentos associados às áreas de fruição coletiva	350 000	Público						•	
A7.2. Reabilitação do campo de futebol juvenil na rua da Levada	3 500 000	Público						•	
A7.3. Instalação da extensão da unidade de saúde familiar de Azevedo de Campanhã	600 000	Público						•	
A8.1. Promover iniciativas de ação social no âmbito da Rede Social do Porto	IND	Público							•
A8.2. Associar a formação tecnológica ao futuro <i>Media park</i> no Museu da Imprensa	IND	Púb-Privado							•
A8.3. Implementar ações de formação profissional em parceria com agrupamento escolar	IND	Púb-Privado							•
A9.1. Desenvolver um plano de comunicação do PERU	IND	Público							•
A9.2. Identificar a rede de atores com impacto social e económico no território	IND	Público							•
A9.3. Dinamizar um fórum de cidadania	IND	Público							•
Total	104 746 370		8 785 340	3 940 600	5 014 580	81 011 150	1 544 700	4 450 000	IND

Fonte: CMP/DMPU/DMPOT

Investimento público

A repartição do investimento público durante o prazo de execução da ORU de Azevedo, apresentado na Tabela 8, reflete o cronograma de execução das intervenções⁹ considerando uma repartição equitativa do investimento no intervalo de tempo definido para cada ação.

Tabela 8. Distribuição do investimento público por ano da operação

Investimento público		
Ano	Valor (€)	(%)
2024	1 219 657,60	7,0
2025	4 355 920,00	25
2026	4 355 920,00	25
2027	4 338 496,32	25
2028	1 393 894,40	8
2029	662 099,84	3,8
2030	348 473,60	2,0
2031	243 931,52	1,4
2032	278 778,88	1,6
2033	278 778,88	1,6
TOTAL	17 423 680,00	100

Fonte: CMP/DMPU/DMPOT

Pressupostos de investimento

— Edificado

As estimativas de valor relativas à reabilitação do edificado basearam-se no diagnóstico do estado de conservação e no nível de intervenção necessário.

Tabela 9. Base de cálculo para intervenções no Edificado

Estado de conservação	Nível de intervenção	Descrição da intervenção	Valor de referência por área de construção
Razoável (Obras ligeiras)	Intervenção ligeira	Intervenções ligeiras de manutenção das fachadas e coberturas	400€/m²
Razoável (Obras profundas)	Intervenção profunda	Intervenções nas coberturas, substituição de redes técnicas, reformulação de espaços interiores, em particular cozinhas e instalações sanitárias.	900€/m²
Mau	Reconstrução	Intervenções na organização interior da edificação, alterações de fundo na estrutura, nas fachadas ou nas coberturas e/ou construção nova.	1650€/m²
Ruína			

Fonte: CMP/DMPU/DMPOT

⁹ O cronograma reflete o enquadramento do investimento municipal associado ao planeamento das empreitadas de intervenção no espaço público, definido até ao ano de 2033.

— Espaço público

Para determinar a estimativa de custos com o espaço público foram consideradas as diferentes tipologias de execução por nível de intervenção necessária.

Tabela 10. Base de cálculo para intervenções no espaço público

Tipologia	Nível de intervenção	Descrição da intervenção	Valor de referência por área de intervenção
Rede rodoviária	Ligeira	Empreitadas para reparação de eixos viários e espaço público adjacente – praças, passeios e infraestruturas	75€/m ²
	Profunda	Qualificação e dimensionamento de eixos viários existentes, incluindo infraestruturas, pavimentos e acabamentos à superfície	100€/m ²
	Nova	Execução de novos eixos viários – e espaço público adjacente – praças, passeios e infraestruturas	150€/m ²
Praças, largos, e pequenos equipamentos de apoio	Ligeira	Obras de manutenção de infraestruturas, pavimentos e acabamentos à superfície	70€/m ²
	Profunda	Obras de substituição de infraestruturas, pavimentos e acabamentos à superfície	100€/m ²
	Nova	Empreitadas para execução de praças ou largos e respetivas infraestruturas	150€/m ²
Calçadas, caminhos e modos suaves	Ligeira	Obras de manutenção de infraestruturas, pavimentos e acabamentos à superfície	50€/m ²
	Profunda	Obras de substituição de infraestruturas, pavimentos e acabamentos à superfície	100€/m ²
	Nova	Execução de calçadas, caminhos pedonais e cicláveis e respetivas infraestruturas	150€/m ²
Espaços verdes de fruição	Manutenção e renovação	Manutenção ou renovação parques e jardins existentes	15€/m ²
	Nova	Criação ou ampliação de parque urbano e jardins públicos	60€/m ²

Fonte: CMP/DMPU/DMPOT

Programa de financiamento

A operação de reabilitação urbana inclui uma estimativa dos custos totais da execução da operação e a identificação das fontes de financiamento definidas no programa de financiamento. Para a concretização do programa de investimento na ORU de Azevedo, é necessário o recurso a financiamento Municipal, face ao conjunto de intervenções no espaço público, referenciadas detalhadamente nas respetivas fichas de ação.

Poderá no entanto o Município recorrer a outras fontes de financiamento para implementar algumas das ações programadas, em função da natureza das intervenções, e de acordo com as seguintes tipologias:

- Financiamento municipal;

- Financiamento comunitário;
- Instrumentos financeiros específicos da reabilitação urbana;
- Financiamento afeto ao sector empresarial do Estado;
- Financiamento privado.

O financiamento Municipal abrange as ações promovidas pela Câmara Municipal associadas ao investimento público na ARU e que serão alavancadas através de financiamento próprio. Não obstante, destaca-se que o financiamento destas ações poderá ser articulado com as prioridades de investimento definidas no atual quadro estratégico comum, bem como ser enquadrado em futuros programas e iniciativas públicas.

As ações atribuídas ao sector empresarial do Estado e ao sector privado, direcionado para a concretização das ações a promover por empresas públicas e por entidades privadas (proprietários/particulares), constituem uma responsabilidade das mesmas e de acordo com os seus planos de financiamento.

Em síntese, é possível destacar os seguintes programas e instrumentos financeiros vocacionados para apoiar a reabilitação urbana:

- *Programa Operacional Regional do Norte - NORTE 2030;*
- *IFRRU 2030 - Instrumento Financeiro para a Reabilitação e Revitalização Urbanas*
- *Programa Reabilitar para Arrendar – Habitação Acessível;*
- *1.º DIREITO - Programa de Apoio ao Acesso à Habitação;*
- *Fundo Nacional de Reabilitação do Edificado.*

NORTE 2030

PROGRAMA OPERACIONAL REGIONAL DO NORTE 2021/2027

<https://www.ccdr-n.pt/pagina/norte2030>

O programa NORTE 2030 constitui um instrumento de suporte à execução das estratégias de desenvolvimento regional e sub-regionais, mobilizando recursos financeiros para alavancar o investimento na Região Norte, no quadro da Política de Coesão Europeia e do Acordo de Parceria Portugal 2030 e em conjunto com os demais Programas.

<https://www.ccdr-n.pt/pagina/plano-de-acao-norte-2030-workshops-tematicos>

O financiamento comunitário diz respeito a ações enquadráveis nas prioridades de investimento definidas no Acordo Parceria Portugal 2020 e nos respetivos programas operacionais regionais e temáticos

IFRRU 2030

A Estratégia Portugal 2030, aprovada pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 98/2020, de 13 de novembro, constitui o referencial estratégico para a elaboração do Acordo de Parceria Portugal

2030 e dos Programas do Quadro Financeiro Plurianual (QFP) da União Europeia para o período de 2021-2027. Tal como determinado nas Resoluções do Conselho de Ministros n.ºs 97/2020, de 13 de novembro, e 98/2020, de 13 de novembro, o modelo de financiamento da Estratégia Portugal 2030 assenta numa lógica de complementaridade entre fundos europeus, em particular do Portugal 2030 e do Plano de Recuperação e Resiliência, os fundos nacionais, nomeadamente o Orçamento de Estado, empréstimos de instituições financeiras internacionais, como o Banco Europeu de Investimento (BEI), entre outros. Uma das áreas chave definidas na Estratégia Portugal 2030 é a reabilitação do edificado, contribuindo para duas agendas temáticas: «as pessoas primeiro: um melhor equilíbrio demográfico, maior inclusão, menos desigualdade» e «um país competitivo externamente e coeso internamente». Com efeito, as áreas urbanas e o edificado disperso podem revelar défices de integração socioespacial, sobretudo de comunidades mais desfavorecidas e, nomeadamente, ao nível do acesso a uma habitação condigna. Assim, a regeneração e revitalização do edificado é imprescindível como instrumento para fomentar uma maior atratividade dos territórios e fixação de pessoas, seja pelo aumento da oferta de habitação acessível, seja através da qualificação do espaço público e do ambiente urbano e urbano-rural, mediante ações de regeneração física, económica e social de áreas onde residam comunidades desfavorecidas, contribuindo para o combate à pobreza, à pobreza energética e à exclusão social.

PRR - Plano de Recuperação e Resiliência

<https://recuperarportugal.gov.pt/plano-de-recuperacao-e-resiliencia/>

O Plano de Recuperação e Resiliência é um programa de âmbito nacional, com um período de execução até 2026, que vai implementar um conjunto de reformas e de investimentos destinados a impulsionar o país no caminho da retoma, do crescimento económico sustentado e da convergência com a Europa ao longo da próxima década, tendo como orientação um conceito de sustentabilidade inspirado nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) das Nações Unidas. O PRR está alinhado com os seis pilares relevantes da estratégia europeia 2030:

- Transição verde;
- Transformação digital;
- Crescimento inteligente, sustentável e inclusivo, incluindo coesão económica, emprego, produtividade, competitividade, investigação, desenvolvimento e inovação, e um Mercado Único em bom funcionamento com pequenas e médias empresas (PME) fortes;
- Coesão social e territorial;
- Saúde e resiliência económica, social e institucional, inclusive com vista ao aumento da capacidade de reação e preparação para crises;
- Políticas para a próxima geração, crianças e jovens, incluindo educação e competências.

Programa Reabilitar para Arrendar – Habitação Acessível

<https://www.portaldahabitacao.pt/reabilitar-para-arrendar- -habitacao-acessivel>

Este Programa, com enquadramento na Resolução de Conselho de Ministros n.º 50-A/2018, de 2 de maio, é da responsabilidade do IHRU e tem como objetivo o financiamento, através de um empréstimo de longo prazo, de operações de reabilitação de edifícios com idade igual ou superior a 30 anos, situadas em ARU, que após reabilitação deverão destinar-se predominantemente a fins habitacionais e a frações para arrendamento em regime de renda condicionada. Podem também ser concedidos empréstimos para a reabilitação de edifícios com mais de 30 anos situados fora de ARU, desde que careçam de obras de reabilitação integral e sejam constituídos exclusivamente por frações habitacionais e respetivas partes acessórias.

São beneficiários qualquer pessoa singular ou coletiva, de natureza pública ou privada, que seja proprietária do edifício ou de parte do edifício a reabilitar ou que demonstre ser titular de direitos e poderes sobre o mesmo que lhe permitam onerá-lo e agir como dono de obra no âmbito de contratos de empreitada e que promova a operação de reabilitação por si ou em conjunto com outros titulares. O empréstimo pode ascender a 90% do custo das operações, apresentando condições (maturidade, taxa de juro e período de carência) atrativas para o investidor.

1.º DIREITO - Programa de Apoio ao Acesso à Habitação

<https://www.portaldahabitacao.pt/1.ºC2ºBA-direito>

O Programa 1.º Direito, gerido pelo IHRU, faz parte da Nova Geração de Políticas de Habitação, criada pela Resolução de Conselho de Ministros n.º 50-A/2018, de 2 de maio, sendo regulamentado pela Portaria n.º 230/2018, de 17 de agosto. Tem como objetivo promover o acesso a uma habitação adequada às pessoas que vivem em situações habitacionais indignas e que não dispõem de capacidade financeira para encontrar uma solução habitacional condigna. O programa assenta na concessão de apoio financeiro aos atores públicos e assistenciais locais (municípios, empresas municipais, instituições particulares de solidariedade social), a associações de moradores e cooperativas de habitação e construção, constituídas por agregados familiares elegíveis ao abrigo do programa, e, ainda, diretamente aos próprios agregados familiares, para disponibilização de um leque diverso de soluções habitacionais a preços acessíveis, incluindo (e privilegiando) a reabilitação de prédios ou de frações para habitação ou de equipamentos sociais funcionalmente complementares a empreendimentos habitacionais.

É responsabilidade do Município efetuar o diagnóstico das situações habitacionais indignas existentes no território e, em conformidade, elaborar a Estratégia Local de Habitação que enquadra todos os apoios financeiros a conceder no seu território. O diagnóstico deve identificar os agregados familiares que vivem em condições habitacionais indignas e as ações de iniciativa pública que entende serem necessárias para o desenvolvimento de cada solução habitacional. A Estratégia Local de Habitação deverá priorizar as soluções habitacionais em que se devem enquadrar todos os pedidos de apoio ao abrigo do Programa 1.º Direito.

Os pedidos de apoio financeiro devem ser apresentados ao Município que, com este enquadramento, os avalia e gere e envia as candidaturas ao IHRU, instruídas com os elementos essenciais à análise das mesmas, no quadro das regras e princípios do programa, tendo em vista o financiamento das correspondentes soluções habitacionais.

Fundo Nacional de Reabilitação do Edificado

<https://www.portaldahabitacao.pt/fundo-nacional-para-a-reabilitacao-do-edificado>

Trata-se de um instrumento no âmbito da política de habitação e reabilitação urbana, criado através da RCM n.º 48/2016, de 1 de setembro, que visa dar uma resposta integrada a um conjunto alargado de objetivos de política pública, designadamente:

- (i) Promover a reabilitação de edifícios e a regeneração urbana;
- (ii) Combater o despovoamento dos centros urbanos e promover o acesso à habitação, em particular pela classe média;
- (iii) Dinamizar o arrendamento habitacional;
- (iv) Apoiar o comércio local, em particular o tradicional;
- (v) Apoiar a retoma do sector da construção, a sua reorientação para a reabilitação e a criação de emprego no sector.

É um Fundo Especial de Investimento Imobiliário, fechado e de subscrição particular, orientado para o desenvolvimento de projetos de reabilitação de imóveis e para a promoção do arrendamento, tendo em vista a regeneração urbana e o repovoamento dos centros urbanos. Tem como princípios de intervenção a sustentabilidade económica e rentabilidade dos investimentos, um forte controlo do risco, a transparência, o rigor informativo e a proteção dos investidores, e como principal objetivo um investimento mínimo de 60% da área reabilitada destinado ao arrendamento para habitação permanente, a disponibilizar em condições que permitam o acesso da classe média, e o investimento restante em área destinada ao comércio e serviços tradicionais e a outras tipologias de habitação, regras de afetação que devem verificar-se tanto em termos globais como por município.

Este instrumento permite aos participantes que nele integrem os seus imóveis promover a reabilitação dos mesmos e obter rendimentos sem aumentar os seus níveis de endividamento podendo ser acordada a reaquisição do imóvel após a rentabilização do investimento efetuado. Possibilita um investimento de baixo risco, com objetivos de rentabilidade interessantes e que contribui, paralelamente, para a concretização de objetivos de políticas públicas nacionais.

Embora na fase atual apenas possam participar no Fundo Nacional de Reabilitação do Edificado as entidades públicas e as do terceiro sector, está previsto o seu alargamento, numa segunda fase, às entidades privadas, incluindo pessoas singulares.

De seguida apresentam-se na Tabela 11 as fontes de financiamento previsíveis para cada ação proposta.

Tabela 11. Potenciais fontes de financiamento por Ação

Ação	Potencial fonte de financiamento				
	Municipal	Comunitário	Instrumentos reabilitação urbana	Sector do Estado	Privado
A1.1. Criação da via estruturante do parque Oriental	*	*			*
A1.2. Execução do eixo urbano complementar da Granja ao nó das Areias	*	*			*
A1.3. Criação da via alternativa à rua da Senhora Hora	*	*			*
A1.4. Construção de estruturas complementares à nova linha de Metro Souto-Dragão	*	*			
A2.1. Requalificação viária dos núcleos – Bacelo, Levada, Granja e Furamontes	*	*			
A2.2. Estruturação viária do núcleo a criar nas Areias e nova ligação intermunicipal	*	*			*
A2.3. Intervenção no espaço público no eixo S. Pedro - Meiral e Azevedo	*	*			
A2.4. Intervenção nos arruamentos locais promovendo redes pedonais inclusivas	*	*			
A2.5. Qualificação e criação de espaços de fruição pública	*	*			
A3.1. Requalificação do vale do rio Tinto e continuidade ecológica do parque Oriental	*	*		*	*
A3.2. Valorização das calçadas e caminhos históricos de fruição	*	*		*	
A3.3. Promoção de corredor verde-âncora entre o parque Oriental e o viveiro municipal	*	*		*	*
A3.4. Valorização viária e pedonal de Azevedo a Bonjónia e do Lagarteiro a Tirares	*	*		*	
A4.1. Continuidade ecológica nas margens do rio Torto e salvaguarda agrícola	*	*		*	
A4.2. Criação de projetos inovadores no domínio das NbS	*	*		*	
A4.3. Valorização das ligações viárias e pedonais intermunicipais	*	*			
A5.1. Criação de espaços verdes de fruição na envolvente da marina do Freixo	*	*		*	
A5.2. Promoção de corredor verde-âncora na frente ribeirinha	*	*		*	
A6.1. Elaboração de estudo para o reordenamento e a qualificação urbana	*	*	*	*	
A6.2. Valorização patrimonial e socioeconómica do eixo S. Pedro - Meiral - Azevedo	*	*	*	*	
A6.3. Reabilitação do edificado degradado		*	*	*	
A6.4. Reabilitação do edificado tipo "ilha"		*	*	*	*
A6.5. Reabilitação do edificado tipo "bairro social"	*	*	*	*	*
A7.1. Instalação de pequenos equipamentos associados às áreas de fruição coletiva	*	*		*	
A7.2. Reabilitação do campo de futebol juvenil na rua da Levada	*	*		*	
A7.3. Instalação da extensão da unidade de saúde familiar de Azevedo de Campanhã	*	*		*	
A8.1. Promover iniciativas de ação social no âmbito da Rede Social do Porto	*	*		*	
A8.2. Associar a formação tecnológica ao futuro <i>Media park</i> no Museu da Imprensa	*	*		*	*
A8.3. Implementar ações de formação profissional em parceria com o agrupamento escolar	*	*		*	*
A9.1. Desenvolver um plano de comunicação do PERU	*	*			
A9.2. Identificar a rede de atores com impacto social e económico no território	*	*			
A9.3. Dinamizar um fórum de cidadania	*	*			

Fonte: CMP/DMPU/DMPOT

4. MODELO INSTITUCIONAL

As operações de reabilitação urbana, ORU, de acordo com os artigos 9.º e 10.º do RJRU, devem ser coordenadas e geridas por uma entidade gestora, que poderá ser assumida por uma empresa do sector empresarial local ou pelo próprio município.

Neste sentido, e face às características da ORU de Azevedo e à presente proposta da definição do programa estratégico de reabilitação urbana, PERU, considera-se que a Porto Vivo, SRU – Sociedade de Reabilitação Urbana do Porto, empresa do sector local da esfera jurídica do município do Porto de responsabilidade limitada, nos termos do artigo 19.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, reúne as condições necessárias para o exercício das funções de entidade gestora da Operação de Reabilitação Urbana da ARU de Azevedo.

A sociedade Porto Vivo, SRU tem inscrita por objeto social, nos seus estatutos, a promoção da reabilitação urbana na cidade do Porto, designadamente através da coordenação, gestão, acompanhamento e avaliação das operações de reabilitação urbana aprovadas na cidade do Porto, possuindo assim as competências necessárias para que seja designada gestora da ORU de Azevedo nos termos do disposto no RJRU.

Como entidade gestora da ORU, a Porto Vivo, SRU deverá elaborar anualmente um relatório de monitorização da operação de reabilitação em curso, que será submetido à apreciação da Assembleia Municipal (RJRU, Art.º 20.º-A).

Neste campo, salienta-se que será obrigatório que a cada cinco anos de vigência da ORU, a Câmara Municipal submeta à apreciação da Assembleia Municipal não só um relatório de avaliação da sua execução, como, se for caso disso, uma proposta de alteração do respetivo instrumento de programação (RJRU, Art.º 20.º-A).

5. MEDIDAS DE PLANEAMENTO E GESTÃO TERRITORIAL

A área de reabilitação urbana (ARU) de Azevedo aprovada em 2023 estabeleceu que seria implementada uma operação de reabilitação urbana (ORU) do tipo sistemática orientada pelo programa estratégico de reabilitação urbana (PERU) a desenvolver por um período indicativo de 10 anos. O plano de ação concretizado no presente Relatório pretende responder às necessidades identificadas no diagnóstico territorial bem como tirar partido das potencialidades e das oportunidades tendo em vista a reconversão, a revitalização e bem-estar social a levar a cabo no horizonte temporal programado.

Durante o período de programação da ORU, para além das ações de acompanhamento participativo elencadas no projeto P9 devem adotar-se sempre que necessário medidas de planeamento e gestão territorial, que acompanhem as dinâmicas territoriais.

Deste modo para uma gestão integrada do processo deve tomar-se em consideração a implementação das seguintes medidas:

- Capacitar o PERU com programas inovadores com a capacidade de atração de novos investimentos e atividades económicas, articulado com a perspetiva de desenvolvimento integrado da Cidade
- Adequar os instrumentos de planeamento e gestão do território à estratégia do PERU
- Assegurar uma estrutura de gestão com a competência técnica necessária à concretização dos projetos
- Constituir uma estrutura de acompanhamento e um conselho estratégico de avaliação e monitorização das ações no terreno
- Apoiar e orientar as políticas do Município na prossecução da estratégia definida para a ORU, em respeito pelo modelo económico da operação

6. QUADRO DE BENEFÍCIOS FISCAIS E OUTROS INCENTIVOS

Na delimitação da ARU, nos termos da alínea c) do n.º 2 do artigo 13.º e da alínea a) do artigo 14.º do RJRU, o município está obrigado a definir “os benefícios fiscais associados aos impostos municipais sobre o património, designadamente o imposto municipal sobre imóveis (IMI) e o imposto municipal sobre as transmissões onerosas de imóveis (IMT), nos termos da legislação aplicável”.

6.1. Impostos Municipais

Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI)

De acordo com o artigo 45.º, n.º 1 e n.º 2 do Decreto-Lei n.º 215/89, de 1 de julho, na sua atual redação (Estatuto dos Benefícios Fiscais - EBF), ficam isentos de IMI os prédios urbanos objeto de reabilitação urbana, pelo período de 3 anos a contar do ano, inclusive, da conclusão das obras de reabilitação, desde que:

- Sejam objeto de intervenções de reabilitação de edifícios promovidas nos termos do RJRU aprovado pelo Decreto-Lei n.º 307/2009, de 23 de outubro, na sua redação atual ou do Decreto-Lei n.º 95/2019, de 18 de julho;

e

- Em consequência da intervenção o respetivo estado de conservação esteja dois níveis acima do anteriormente atribuído e tenha, no mínimo, um nível bom nos termos do disposto no Decreto-Lei n.º 266-B/2012, de 31 de dezembro;

e

- Sejam cumpridos os requisitos de eficiência energética e de qualidade térmica aplicáveis aos edifícios a que se refere o Decreto-Lei n.º 101-D/2020, de 7 de dezembro, sem prejuízo do disposto no Decreto-Lei n.º 95/2019, de 18 de julho.

O reconhecimento da intervenção de reabilitação para efeitos de aplicação dos benefícios fiscais deve ser requerido conjuntamente com a comunicação prévia/pedido de licença da operação urbanística.

A comunicação do reconhecimento ao serviço de finanças territorialmente competente cabe à câmara municipal, no prazo máximo de 20 dias a contar da data de determinação do estado de conservação resultante das obras ou da emissão da certificação energética, se esta for posterior.

Este regime não é cumulativo com outros benefícios fiscais de natureza idêntica, não prejudicando, porém, a opção por outro mais favorável.

Procedimento para reconhecimento da isenção:

- Certificação da execução da ação de reabilitação urbana pela entidade licenciadora;
- Certificação de cumprimento dos requisitos de eficiência energética e de qualidade térmica aplicáveis aos edifícios a que se refere o Decreto-Lei n.º 101-D/2020, de 7 de dezembro, sem prejuízo do disposto no Decreto-Lei n.º 95/2019, de 18 de julho;
- Determinação do nível de conservação do prédio antes do início e no termo das ações de reabilitação.

Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis (IMT)

De acordo com o artigo 45.º, n.º 1 e n.º 2 b) e c), do Decreto-Lei n.º 215/89, de 1 de julho, na sua atual redação (EBF), ficam isentos de IMT:

- As aquisições de imóveis destinados a intervenções de reabilitação, desde que o adquirente inicie as respetivas obras no prazo máximo de três anos a contar da data de aquisição;
- A primeira transmissão, subsequente à intervenção de reabilitação, a afetar a arrendamento para habitação permanente ou, quando localizado em área de reabilitação urbana, também a habitação própria e permanente;

desde que:

- Sejam objeto de intervenções de reabilitação de edifícios promovidas nos termos do RJRU aprovado pelo Decreto-Lei n.º 307/2009, de 23 de outubro, na sua redação atual, ou do Decreto-Lei n.º 95/2019, de 18 de julho;
- e
- Em consequência da intervenção o respetivo estado de conservação esteja dois níveis acima do anteriormente atribuído e tenha, no mínimo, um nível bom nos termos do disposto no Decreto-Lei n.º 266-B/2012, de 31 de dezembro;
- e
- Sejam cumpridos os requisitos de eficiência energética e de qualidade térmica aplicáveis aos edifícios a que se refere o Decreto-Lei n.º 101-D/2020, de 7 de dezembro, sem prejuízo do disposto no Decreto-Lei n.º 95/2019, de 18 de julho.

O reconhecimento da intervenção de reabilitação para efeitos de aplicação dos benefícios fiscais deve ser requerido conjuntamente com a comunicação prévia/pedido de licença da operação urbanística.

A comunicação do reconhecimento ao serviço de finanças territorialmente competente cabe à câmara municipal, no prazo máximo de 20 dias a contar da data de determinação do estado de conservação resultante das obras ou da emissão da certificação energética, se esta foi posterior.

Este regime não é cumulativo com outros benefícios fiscais de idêntica natureza, não prejudicando, porém, a opção por outro mais favorável.

Procedimento para reconhecimento da isenção:

- Certificação da execução da ação de reabilitação urbana que compete à entidade licenciadora;
- Certificação do nível de conservação do prédio antes do início e no termo das ações de reabilitação;
- Certificação de cumprimento dos requisitos de eficiência energética e de qualidade térmica aplicáveis aos edifícios a que se refere o Decreto-Lei n.º 101-D/2020, de 7 de dezembro, sem prejuízo do disposto no Decreto-Lei n.º 95/2019, de 18 de julho.

6.2. Taxas devidas pelo estado de conservação

De acordo com o artigo 45.º, n.º 1 e n.º2, alínea d) do Decreto-Lei n.º 215/89, de 1 de julho, na sua atual redação (EBF), beneficiam de redução a metade das taxas devidas pela avaliação do estado de conservação, os imóveis que:

- Sejam objeto de intervenções de reabilitação de edifícios promovidas nos termos do RJRU aprovado pelo Decreto-Lei n.º 307/2009, de 23 de outubro, na sua redação atual, ou do Decreto-Lei n.º 95/2019, de 18 de julho;

e

- Em consequência da intervenção o respetivo estado de conservação esteja dois níveis acima do anteriormente atribuído e tenha, no mínimo, um nível bom nos termos do Decreto-Lei n.º 266-B/2012, de 31 de dezembro;

e

- Sejam cumpridos os requisitos de eficiência energética e de qualidade térmica aplicáveis aos edifícios a que se refere o Decreto-Lei n.º 101-D/2020, de 7 de dezembro, sem prejuízo do disposto no Decreto-Lei n.º 95/2019, de 18 de julho.

O reconhecimento da intervenção de reabilitação para efeitos de aplicação dos benefícios fiscais deve ser requerido conjuntamente com a comunicação prévia/pedido de licença da operação urbanística.

6.3. Regulamento Municipal de Isenções de Impostos

De acordo com os artigos 1.º, 2.º, 3.º, 14.º e 15.º do Regulamento de Isenções de Impostos Municipais do Município do Porto, na sua atual redação, beneficiam de isenção de IMI, prédios objeto de reabilitação urbana com e sem valorização energética.

Reabilitação urbana sem valorização energética

Ficam isentos de IMI os prédios urbanos objeto de reabilitação urbanística, pelo período de 5 anos a contar do ano, inclusive, da conclusão das obras de reabilitação, sem possibilidades de renovação, desde que:

- Os prédios tenham sido objeto de intervenção de reabilitação, já concluída, promovida nos termos do RJRU, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 307/2009, de 23 de outubro, na sua redação atual, ou do Decreto-Lei n.º 95/2019, de 18 de julho;

e

- Em consequência da intervenção, o estado de conservação dos prédios esteja dois níveis acima do anteriormente atribuído e tenha, no mínimo, o nível “bom”, nos termos do disposto no Decreto-Lei n.º 266-B/2012, de 31 de dezembro;

e

- Sejam cumpridos os requisitos de eficiência energética e de qualidade térmica a que se refere o Decreto-Lei n.º 101-D/2020, de 7 de dezembro, sem prejuízo do disposto no Decreto-Lei n.º 95/2019, de 18 de julho.

Reabilitação urbana com valorização energética

Ficam isentos de IMI os prédios urbanos objeto de reabilitação urbanística, pelo período de 5 anos, a contar do ano, inclusive, da conclusão das obras de reabilitação, renovável por mais 5 anos, dependendo esta renovação de novo requerimento do interessado, desde que se cumpram os requisitos anteriores, bem como os relativos à valorização energética.

O reconhecimento da intervenção de reabilitação deve ser requerido conjuntamente com a comunicação de início de trabalhos, comunicação prévia ou pedido de licença da operação urbanística.

A certificação da valorização energética compete à Agência de Energia do Porto, mediante a apresentação de Certificado Energético e documentação relacionada no âmbito do Sistema de Certificação Energética dos Edifícios.

A comunicação do reconhecimento ao serviço de finanças territorialmente competente cabe à câmara municipal.

Este regime não é cumulativo com outros benefícios fiscais de idêntica natureza, não prejudicando, porém, a opção por outro mais favorável.

Procedimento para reconhecimento da isenção:

- Certificação da execução da ação de reabilitação urbana pela entidade licenciadora;
- Certificação de cumprimento dos requisitos de eficiência energética e de qualidade térmica aplicáveis aos edifícios a que se refere o Decreto-Lei n.º 101-D/2020, de 7 de dezembro, sem prejuízo do disposto no Decreto-Lei n.º 95/2019, de 18 de julho;
- Certificação de valorização energética, quando se pretenda beneficiar de renovação automática, por igual período, da isenção de IMI - Determinação do nível de conservação do prédio antes do início e no termo das ações de reabilitação.

6.4. Taxas Municipais

Isenções e reduções em matéria de reabilitação urbana

De acordo com o artigo G/16.º do Código Regulamentar do Município do Porto (CRMP):

1. Tendo em vista a promoção da reabilitação urbana da cidade, nas áreas de reabilitação urbana aprovadas nos termos do RJRU, é reduzido em 50% o montante das taxas previstas neste CRMP e devidas pelo licenciamento / autorização / comunicação prévia de obras de reabilitação, excluindo a ocupação do domínio público.

2. O montante das taxas devidas pelos licenciamentos ou comunicações anuais renováveis de publicidade e ocupação do domínio público, quando tenham por objeto locais em que ocorreram obras de requalificação urbana é reduzido no valor correspondente ao período de duração das obras.
3. Se as obras de requalificação urbana se tiverem iniciado no ano anterior ao do licenciamento ou comunicação e se mantiveram nesse ano por um período igual ou superior a seis meses, inviabilizando assim a utilização plena dos factos, há lugar a uma isenção total das taxas referidas no número anterior.

Anexo 1 | Peças desenhadas

01. Programa de Ação do Programa Estratégico de Reabilitação Urbana
02. Ações Prioritárias do Programa Estratégico de Reabilitação Urbana

FICHA TÉCNICA

Diretor Municipal de Desenvolvimento Urbano

José Duarte

Diretora do Departamento Municipal de Planeamento Urbano

Susana Bettencourt

Chefe da Divisão Municipal de Planeamento e Ordenamento do Território

Rita Lopes

Consultor

Manuel Fernandes de Sá

Equipa técnica

Alexandra Faria

Graça Lage

Isabel Carvalho

Isabel Rebelo

Manuel Ribeiro

Mónica Santos

Paulo Costa

Rui Pimpão

Direção Municipal de Desenvolvimento Urbano

Departamento Municipal de Planeamento Urbano

Divisão Municipal de Planeamento e Ordenamento do Território

dmpot@cm-porto.pt



Porto.